

PUCRS

ESCOLA DE HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

AMANDA CABRAL DIAS

**O DESEMPREGO E O DESALENTO DE PROFISSIONAIS FORMADOS EM SERVIÇO SOCIAL  
NO RIO GRANDE DO SUL**

Porto Alegre  
2021

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica  
do Rio Grande do Sul

**AMANDA CABRAL DIAS**

**O DESEMPREGO E O DESALENTO DE PROFISSIONAIS FORMADOS EM  
SERVIÇO SOCIAL NO RIO GRANDE DO SUL**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de Mestra ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), defesa final.

Orientadora: Professora Pós-Dra. Jane Cruz Prates

Porto Alegre  
2021

## Ficha Catalográfica

D541d Dias, Amanda Cabral

O desemprego e o desalento de profissionais formados em Serviço Social no Rio Grande do Sul / Amanda Cabral Dias. – 2021.

153 p.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, PUCRS.

Orientadora: Profa. Dra. Jane Cruz Prates.

1. Desemprego e o Desalento. 2. Contrarreforma Trabalhista de 2017. 3. Precarização do Trabalho. 4. Precarização Existencial. 5. Saúde e Subjetividade. I. Prates, Jane Cruz. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecária responsável: Clarissa Jesinska Selbach CRB-10/2051

**AMANDA CABRAL DIAS**

**O DESEMPREGO E O DESALENTO DE PROFISSIONAIS FORMADOS EM  
SERVIÇO SOCIAL NO RIO GRANDE DO SUL**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de Mestra ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), defesa final.

Aprovada em: 08/03/2021.

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Professora Pós-Dra. Jane Cruz Prates (Orientadora) – (PUCRS)

---

Professora Pós-Dra. Gleny Terezinha Duro Guimarães – (PUCRS)

---

Professor Dr. Reinaldo Nobre Pontes – (UFPA)

Porto Alegre  
2021

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus inicialmente pelo socorro nos momentos mais difíceis! GRATIDÃO principalmente à minha mãe Iracema, por ser um exemplo de mulher, mãe, por ser guerreira, batalhadora, “trabalhadeira”, por me amparar nessa árdua trajetória de vida. Também ao meu pai Marcondes que esteve mais próximo de mim nesses últimos anos, apesar dos pesares!

O Mestrado na PUCRS<sup>1</sup>, em uma instituição de excelência internacional representa a realização de mais um SONHO, meu coração se enche de orgulho, de muita alegria, que transborda aos olhos. Torna-se impossível expressar somente em palavras tudo o que sinto nesse momento. É muita emoção e satisfação ler cada página desse trabalho! São tempos difíceis, de grandes aprendizados, muitas vezes de solidão, de ansiedade, que para além da ‘formação’ profissional ajudaram a me tornar uma pessoa melhor, mais humanizada, sensível ao real, ao buscar ter mais empatia, ombridade, alteridade, solidariedade e consciência de classe. Preocupada (até demais) com as injustiças, anseios e desigualdades enfrentadas todos os dias por nós trabalhadores e trabalhadoras.

Sou uma marxista em construção, visto que não arranhei nem 0,000000001% da obra de Marx, Engels e dos/as demais marxistas, imersa assim em um processo de aprendizagem diário, constante. E, por estar inserida nas lutas políticas, sociais, me filiei ao PSOL<sup>2</sup> em 2020, pois também “aqui está, o povo sem medo, sem medo de lutar!” Não há como eu não me sentir imensamente grata pelo potencial crítico, reflexivo, propositivo, mobilizador, humanizador do Serviço Social, tanto na minha vida, como na vida dos usuários/as, ainda de outras pessoas, como colegas da categoria, de como para mim a graduação e o mestrado são transformadores e apaixonantes! É aquele tipo de profissão que cativa e emociona mentes e corações! Longe porém, de uma lógica messiânica, romantizada, mas buscando se distanciar do fatalismo, com o pé no chão, na realidade concreta, Razão e Sensibilidade! Aqui se respira luta!

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -

---

<sup>1</sup> Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

<sup>2</sup> Partido Socialismo e Liberdade.

Brasil (CAPES) - Finance Code 001. Sendo a pesquisa desenvolvida através da concessão de Bolsa de Estudo Integral, por meio do PROEX<sup>3</sup>, sem a qual seria inviável dedicar-me com tanto tempo e esmero a esse estudo. Sem esse auxílio financeiro, dificultaria, até impossibilitaria a viabilidade dos estudos, pois sou de outro lugar, do Ceará. No Rio Grande do Sul morei de aluguel, não tenho familiares no Estado gaúcho, nem suporte em caso de desemprego ou estudando sem bolsa integral.

Venho agradecer novamente à todos os professores e professoras que passaram na minha trajetória acadêmica e de vida, desde a graduação na UNIPAMPA<sup>4</sup>. Tudo o que aprendi em Serviço Social tem um pouco de cada um e cada uma de vocês, inclusive também a minha admiração e respeito, em que faço questão de agradecer nomeadamente: Simone de Oliveira, José Wesley, César Beras, Elisângela Pessôa, Rosilaine Coradini, Evelise Lazzari, Edison Ouriques, Jocenir de Oliveira, Jaina Pedersen, Adriana Cantini, Marisa Camargo, Solange Berwing, Walter Cruz, Jaqueline Quadrado, Monique Vieira, Monique Damascena, Loiva Machado e em destaque novamente, ao professor Jorge Alexandre da Silva meu caro orientador na Graduação, gratidão por partilharem seus conhecimentos e saberes. No Mestrado na PUCRS também agradeço: ao Giovane Scherer, a Gissele Carraro, a Ana Lúcia Maciel, a Beatriz Gershenson e a Izete Pengo.

Em especial agradeço a minha orientadora professora Jane Cruz Prates, a nossa Papisa do Método em Marx, pelo apoio, força, gentileza, humanidade, incentivo, todo o aprendizado, por além de me orientar, também por me ouvir em alguns momentos de angústia e aflição. Agradeço imensamente a banca examinadora, pela satisfação e a honra de tê-lo/a na análise inicial e na Defesa desse trabalho, nessa nova etapa de formação. Ao professor Reinaldo Nobre Pontes e a professora Gleny Terezinha Duro Guimarães, pessoas que admiro profundamente. A Qualificação foi para mim um divisor de águas, um momento único, me fazer entender que sou capaz, uma pesquisadora, que estou no caminho certo, que todo esse trabalho e dedicação não são em vão. Trouxe ânimo, fôlego, lucidez e um grande sentimento de estar cumprindo meu dever, me emocionou muito as gentis palavras e contribuições, espero ter conseguido atender a maior parte da expectativa de vocês. O meu mais profundo sincero e eterno agradecimento! O/a Educador/a se eterniza em cada ser que educa, dialoga, troca saberes, conhecimentos, ensina e aprende (FREIRE, 2017).

---

<sup>3</sup> Programa de Excelência Acadêmica.

<sup>4</sup> Universidade Federal do Pampa Campus São Borja/RS.

Agradeço:

As minhas tias Conceição Cabral e Vilani Dias, por serem essas pessoas especiais, que já fizeram muito por mim. Também aos meus gatinhos Ninho e Biru Birigin pela companhia nas “férias” em Fortaleza.

*In memoriam* agradeço aos meus tios: Raimundo Cabral, Batista Rocha e Antônio Cabral, tia Araci Cabral, a minha avó paterna Diomar Rocha, ao Sinézio Rodrigues amigo da família, sinto muito a falta de cada um/a de vocês.

Enfim, agradeço à todas as pessoas, citadas ou não diretamente, que passaram pela minha vida, tanto pessoal, como acadêmica e que de alguma forma puderam me ajudar, principalmente de 2015 para cá na graduação e de 2019 no mestrado. Gratidão também ao meu amigo Rogério Silva, a alguns/as colegas da pós em especial: ao Marlon Jara, ao Wellington Ruis, a Jenifer Brites, ao Pedro Samuel, ao Rodrigo Nunes, a Eliane Moreira, ao Claudiomiro Ramos, a Jéssica Degrandi, ao Michael Lampert, ao Ricardo Souza, a Roberta Andrade, a Andressa Bernardon, a Fernanda Brenner, a Paula Mrus, a Luísa Fernandes, também a Andrea Kuttner secretária do nosso PPGSS<sup>5</sup>.

Ainda agradeço ao filósofo Henry Bugalho, aos juristas Jorge Luiz Souto Maior e Valdete Souto Severo, ao grande ator Bemvindo Sequeira, à socióloga Sabrina Fernandes, aos jornalistas Helder Maldonado e Marco Bezzi, a auditora Lúcia Fattorelli, ao Historiador Carlito Neto, ao entregador antifacista Paulo Galo, aos professores Ricardo Antunes e Alysson Mascaro, por serem essas pessoas inspiradoras, combativas, pelos excelentes vídeos e debates que vocês vêm proporcionando na *internet*, que além do conhecimento ímpar e análise crítica da realidade, foram ainda alento nesses momentos difíceis. Me fizeram descobrir, entender, refletir e pensar sobre várias coisas nesse período de pandemia.

E, por último, mas não menos importante, agradeço aos/as profissionais entrevistados/as, profundo respeito e admiração pela história de cada um/a, pela gentileza e a riqueza das discussões suscitadas, pessoas essas essenciais na pesquisa: a classe trabalhadora!!!

---

<sup>5</sup> Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

## **INTERTEXTO - É PRECISO AGIR!!!**

Primeiro levaram os negros  
Mas não me importei com isso  
Eu não era negro

Em seguida levaram alguns operários  
Mas não me importei com isso  
Eu também não era operário

Depois prenderam os miseráveis  
Mas não me importei com isso  
Porque eu não sou miserável

Depois agarraram uns desempregados  
Mas como tenho meu emprego  
Também não me importei

Agora estão me levando  
Mas já é tarde.  
Como eu não me importei com ninguém  
Ninguém se importa comigo.

(Bertolt Brecht-1898-1956)



## DEDICATÓRIA



Fonte: (ROMANO, 2018).

Dedico primeiramente esse trabalho a minha Mãe! Também aos nossos mestres maiores Marx e Engels, dois dos maiores pensadores e estudiosos da humanidade, ainda aos/as professores/as de Serviço Social, aos/as autores/as e principalmente à classe trabalhadora, à quem empenho grande parte dos meus estudos e pesquisas!

## RESUMO

A presente Dissertação teve como objetivo, analisar as formas de desemprego e o desalento que se manifestam aos profissionais formados em Serviço Social no Rio Grande do Sul, entre o período 2010 à 2020 e após a aprovação, implementação da Contrarreforma Trabalhista em 2017. A Introdução traz aproximações iniciais com as categorias que foram abordadas no estudo, assim como apresenta os caminhos metodológicos da pesquisa e os procedimentos éticos. Como caminho para o conhecimento a pesquisa fundamentou-se no método materialista histórico dialético formulado por Marx, evidenciando as categorias centrais: totalidade, historicidade, contradição e mediação. Para a coleta de dados foi realizada a análise de documentos sobre a Contrarreforma Trabalhista de 2017, a fim de identificar as principais mudanças que atingem os trabalhadores, em especial aqueles formados em Serviço Social, complementada por consultas à bancos de dados do IBGE, dentre outros. Posteriormente foi realizado um mapeamento do perfil de profissionais via redes de contato. A amostra foi do tipo não probabilística intencional, conformada a partir da técnica da bola de neve contemplando o número de 8 profissionais no Estado do Rio Grande do Sul, através de entrevistas com formulário estruturado com perguntas abertas e fechadas. Trata-se de uma pesquisa do tipo mista, com ênfase qualitativa. O segundo capítulo discute sobre trabalho, em meio as suas contradições no capitalismo brasileiro dependente, explana sobre a crise estrutural capitalista da década de 1970, a reestruturação produtiva e as principais repercussões à classe trabalhadora. Aborda ainda sobre o neoliberalismo e o neodesenvolvimentismo no país, discute inclusive o desemprego e o desalento na realidade brasileira contemporânea. Discorre sobre as mudanças em curso no mundo do trabalho, sob a égide da Contrarreforma Trabalhista de 2017 e as consequências à classe trabalhadora, inclusive aos profissionais formados em Serviço Social. Já o terceiro capítulo engloba elementos das entrevistas, dos depoimentos dos profissionais da área em situação de desemprego e o desalento. Reporta-se a análise dos dados, principalmente no que se refere aos resultados da pesquisa, articulado ao debate teórico e as inferências. Aborda sobre desigualdades e resistências, as dificuldades e estratégias de enfrentamento. E por fim, debate sobre as repercussões da pandemia de COVID-19 no agravamento dos processos sociais de desemprego, desalento e da contrarreforma trabalhista nas interdições e precarização no mercado de trabalho. Com o propósito de responder ao problema de pesquisa: *Quais os determinantes e repercussões dos processos de desemprego e o desalento que se materializam na vida de profissionais formados em Serviço Social no Rio Grande do Sul, principalmente após a Contrarreforma trabalhista de 2017?* Os principais resultados evidenciam que a precarização do trabalho, agravada pelo avanço neoliberal, a acumulação flexível e aprofundada na Contrarreforma Trabalhista de 2017, impõem condições mais aviltantes à força de trabalho, travestidas de empreendedorismo, como a *uberização*, a informalidade, o subemprego, dentre outras formas de expressão, o que se acentua ainda mais com a crise sanitária imposta pela pandemia do COVID-19. O desemprego não diminuiu conforme a promessa falaciosa do governo Temer e os direitos foram duramente atacados e suprimidos. Percebeu-se também a relação do desemprego com formas de precarização existencial que repercutem no adoecimento, na vulnerabilização da saúde mental, na baixa autoestima e frustração, impactando na subjetividade dos trabalhadores pesquisados, agudizados pela situação de pandemia e também a importância do apoio familiar. Esses aspectos, no entanto, não reverberam numa busca coletiva de estratégias de resistência, que logrem maior alcance e conquistas para o conjunto da classe trabalhadora, mostrando que o individualismo que marca esse modo de produção perpassa também a vida desses trabalhadores.

**Palavras-chave:** Desemprego e o Desalento. Contrarreforma Trabalhista de 2017. Precarização do Trabalho. Precarização Existencial. Saúde e Subjetividade.

## ABSTRACT

This Dissertation aimed to analyze the forms of unemployment and/or discouragement that manifest themselves to professionals trained in Social Work in Rio Grande do Sul, between the period 2010 to 2020 and after approval, implementation of the Labor Counter-reform in 2017. The Introduction introduces initial approximations with the categories that were addressed in the study, as well as presenting the methodological paths of the research and the ethical procedures. As a path to knowledge, the research was based on the dialectical historical materialist method formulated by Marx, highlighting the central categories: totality, historicity, contradiction and mediation. For data collection, documents were analyzed on the 2017 Labor Counter-reform, in order to identify the main changes affecting workers, especially those trained in Social Work, complemented by consultations with IBGE databases, among others. . Subsequently, a profile mapping of professionals was carried out via contact networks. The sample was of the intentional non-probabilistic type, conformed from the snowball technique covering the number of 8 professionals in the State of Rio Grande do Sul, through interviews with a structured form with open and closed questions. It is a mixed type research, with qualitative emphasis. The second chapter discusses work, in the midst of its contradictions in dependent Brazilian capitalism, explains the structural capitalist crisis of the 1970s, the productive restructuring and the main repercussions for the working class. It also discusses neoliberalism and neodevelopment in the country, it also discusses unemployment and / or discouragement in contemporary Brazilian reality. It discusses the ongoing changes in the world of work, under the auspices of the Labor Counter-reform 2017 and the consequences for the working class, including professionals trained in Social Work. The third chapter, on the other hand, includes elements from the interviews, from the testimonies of professionals in the area who are unemployed and / or discouraged. The analysis of the data is reported, mainly with regard to the research results, linked to the theoretical debate and inferences. It addresses inequalities and resistance, difficulties and coping strategies. And finally, debate about the repercussions of the COVID-19 pandemic on the aggravation of the social processes of unemployment, discouragement and labor counter-reform in interdictions and precariousness in the labor market. In order to answer the research problem: What are the determinants and repercussions of unemployment and / or discouragement processes that materialize in the lives of professionals trained in Social Work in Rio Grande do Sul, mainly after the Labor Counter-reform of 2017? The main results show that the precariousness of work, aggravated by the neoliberal advance, the flexible and in-depth accumulation in the Labor Counter-reform of 2017, impose more demeaning conditions on the workforce, disguised as entrepreneurship, such as uberization, informality, underemployment, among others. other forms of expression, which is further accentuated by the health crisis imposed by the pandemic of COVID-19. Unemployment has not decreased in line with the fallacious promise of the Temer government and rights have been severely attacked and suppressed. It was also perceived the relationship between unemployment and forms of existential precariousness that impact on illness, vulnerability of mental health, low self-esteem and frustration, impacting the subjectivity of the workers surveyed, exacerbated by the pandemic situation and also the importance of family support. These aspects, however, do not reverberate in a collective search for resistance strategies, which achieve greater reach and achievements for the working class as a whole, showing that the individualism that marks this mode of production also permeates the lives of these workers.

**Keywords:** Unemployment and Discouragement. Labor Counter-reform 2017. Precariousness of Labor. Existential precariousness. Health and Subjectivity.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

**Andifes** - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

**Andes-SN** - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

**BEm** - Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda

**BPC** - Benefício de Prestação Continuada

**CAGED** - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

**CAPES** - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

**CFESS** - Conselho Federal de Serviço Social

**CLT** - Consolidação das Leis do Trabalho

**CNPJ** - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

**CPMI** - Comissão Parlamentar Mista de Inquérito

**CRAS** - Centro de Referência de Assistência Social

**CRESS** - Conselho Regional de Serviço Social

**COREN** - Conselho Regional de Enfermagem

**DIEESE** - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos

**DORT** - Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho

**DOU** - Diário Oficial da União

**DRU** - Desvinculação de Receitas da União

**EAD** - Ensino à Distância

**FGTS** - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

**FHC** - Fernando Henrique Cardoso

**FMI** - Fundo Monetário Internacional

**FIESP** - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

**GTEMPP** - Grupo de Estudos sobre Teoria Marxiana, Ensino e Políticas Públicas

**IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**IGP** - Índice Geral de Preços

**INSS** - Instituto Nacional do Seguro Social

**LER** - Lesão por Esforço Repetitivo

**MBA** - Master in Business Administration

**MBL** - Movimento Brasil Livre

**NEPES** - Núcleo de Estudos em Políticas e Economia Social

**OIT** - Organização Internacional do Trabalho

**ONG** - Organização não governamental

**PAC** - Programa de Aceleração do Crescimento

**PEA** - População Economicamente Ativa

**PEC** - Proposta de Emenda Constitucional

**PHF** - Professor Hermenegildo Firmeza

**PIA** - População em Idade Ativa

**PIB** - Produto Interno Bruto

**PME** - Pesquisa Mensal de Emprego

**PNAD Contínua** - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

**PMDB** - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

**PRN** - Partido da Reconstrução Nacional

**PROEX** - Programa de Excelência Acadêmica

**PROUNI** - Programa Universidade para Todos

**PSDB** - Partido da Social Democracia Brasileira

**PSOL** - Partido Socialismo e Liberdade

**PT** - Partido dos Trabalhadores

**PPGSS** - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

**PUCRS** - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

**PUC-SP** - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

**RAIS** - Relação Anual de Informações Sociais

**REUNI** - Restruturação e Expansão da Universidades

**RFB** - Receita Federal do Brasil

**RGPS** - Regime Geral de Previdência Social

**RH** - Recursos Humanos

**RS** - Rio Grande do Sul

**SASERS** - Sindicato dos Assistentes Sociais do Rio Grande do Sul

**SB** - São Borja

**SELIC** - Sistema Especial de Liquidação e Custódia

**SER V** - Secretaria Executiva Regional V

**SUS** - Sistema Único de Saúde

**TST** - Tribunal Superior do Trabalho

**UECE** - Universidade Estadual do Ceará

**UERJ** - Universidade Estadual do Rio de Janeiro

**UFA** - Unidades de Formação Acadêmica

**UFAM** - Universidade Federal do Amazonas

**UFB** - Universidade Federal da Bahia

**UFF** - Universidade Federal Fluminense

**UFP** - Universidade Federal de Pernambuco

**UFPA** - Universidade Federal do Pará

**UFRGS** - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

**UFRJ** - Universidade Federal do Rio de Janeiro

**UFRN** - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

**ULBRA** - Universidade Luterana do Brasil

**UnB** - Universidade de Brasília

**UNIPAMPA** - Universidade Federal do Pampa

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Quadro 1</b> – Produções teóricas sobre as categorias centrais.....	<b>22</b>
<b>Quadro 2</b> – Trabalhos acadêmicos por nível de pós-graduação.....	<b>23</b>
<b>Quadro 3</b> – Perfil dos sujeitos da pesquisa.....	<b>31</b>
<b>Ilustração 1</b> – Mutações no modo de produção.....	<b>48</b>
<b>Foto 1</b> – Dilma e Lula: caminhos à ‘esquerda’, progressista.....	<b>59</b>
<b>Quadro 4</b> – Conceitos utilizados pelo IBGE para definição de trabalhadores ocupados/desocupados.....	<b>68</b>
<b>Figura 1</b> – Situação laboral da população brasileira.....	<b>69</b>
<b>Foto 2</b> – Trabalhadores desempregados e desalentados: exército industrial de reserva.....	<b>73</b>
<b>Ilustração 2</b> – O Pato de Tróia.....	<b>75</b>
<b>Ilustração 3</b> – Capitalismo Selvagem.....	<b>87</b>
<b>Foto 3</b> – Resistir é preciso, mobilizar, lutar e seguir adiante!.....	<b>100</b>
<b>Ilustração 5</b> – O pão ou a liberdade?.....	<b>102</b>
<b>Ilustração 4</b> – Traços da precarização existencial.....	<b>106</b>
<b>Foto 4</b> – O navio negreiro.....	<b>116</b>
<b>Gráfico 1</b> – Orçamento da União em 2019.....	<b>118</b>
<b>Gráfico 2</b> - Orçamento da União em 2020.....	<b>119</b>

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>18</b>
<b>1.1. CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA: MÉTODO E METODOLOGIA</b> .....	<b>25</b>
<b>1.2 PROCEDIMENTOS ÉTICOS</b> .....	<b>36</b>
<b>1.3. MEMORIAL ACADÊMICO-PROFISSIONAL</b> .....	<b>39</b>
<b>2. CONTRADIÇÕES DO TRABALHO NO CAPITALISMO DEPENDENTE: O CASO BRASILEIRO</b> .....	<b>43</b>
<b>2.1. “ADMIRÁVEL MUNDO NOVO”:</b> CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA .....	<b>45</b>
<b>2.2. RESCALDO DOS ESCOMBROS: NEOLIBERALISMO, NEODESENVOLVIMENTISMO E REPERCUSSÕES À CLASSE TRABALHADORA NO BRASIL</b> .....	<b>54</b>
<b>2.3. DESPOSSUÍDOS: O DESEMPREGO E O DESALENTO NA REALIDADE BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA</b> .....	<b>67</b>
<b>2.4. O PATO DE TRÓIA: CONTRARREFORMA TRABALHISTA DE 2017, PRECARIZAÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO E AS CONSEQUÊNCIAS LABORAIS AOS TRABALHADORES</b> .....	<b>75</b>
<b>3. REALIDADE SOB O FIO DA NAVALHA, DESEMPREGO E DESALENTO DE PROFISSIONAIS FORMADOS EM SERVIÇO SOCIAL: ANÁLISE DOS ASPECTOS OBJETIVOS E SUBJETIVOS EM TEMPOS PANDÊMICOS</b> .....	<b>89</b>
<b>3.1. DESIGUALDADES E RESISTÊNCIAS: DIFICULDADES E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO DOS PROFISSIONAIS ENTREVISTADOS, INTERLOCUÇÕES NECESSÁRIAS</b> .....	<b>91</b>
<b>3.2. PRECARIZAÇÃO EXISTENCIAL E OS IMPACTOS NA SUBJETIVIDADE E NA SAÚDE DOS SUJEITOS DA PESQUISA: SUBLINHANDO EVIDÊNCIAS</b> .....	<b>103</b>
<b>3.3. ENTRE A CRUZ E A ESPADA: REPERCUSSÕES DA PANDEMIA DE COVID-19 NO AGRAVAMENTO DAS DESIGUALDADES E INTERDIÇÕES NO MERCADO DE TRABALHO</b> .....	<b>113</b>
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>124</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>129</b>



<b>APÊNDICE A (ROTEIRO NORTEADOR DA PESQUISA) .....</b>	<b>148</b>
<b>APÊNDICE B (TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO)....</b>	<b>150</b>
<b>APÊNDICE C (ROTEIRO DE ANÁLISE DOCUMENTAL) .....</b>	<b>152</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A presente Dissertação de Mestrado em Serviço Social apresentada ao PPGSS da Escola de Humanidades da PUCRS para obtenção do grau, do título de Mestre, vincula-se a linha de pesquisa 3: Serviço Social, Trabalho e Processos Sociais. O estudo teve como **Objetivo Geral:** analisar a produção teórica que versa sobre o desemprego e o desalento, correlacionando às condições de vida de profissionais formados<sup>6</sup> em Serviço Social nessa situação no Rio Grande do Sul e da classe trabalhadora em si. A fim de explicitar esses processos sociais<sup>7</sup> decorrentes das interdições e desigualdades de acesso ao mundo do trabalho. Principalmente no cenário após a Contrarreforma Trabalhista de 2017<sup>8</sup> e agravada pela pandemia, no intuito de contribuir com proposições e estratégias para seu enfrentamento. A delimitação temporal da investigação foi entre o período de 2010 à 2020. Como esse fenômeno não se apresenta na realidade de forma explícita, então suas determinações e contradições precisam ser desocultadas a partir da articulação entre seus múltiplos condicionantes.

Essa pesquisa partiu de inquietações da pesquisadora desde a graduação em Serviço Social na UNIPAMPA/SB, do significado, sentido e centralidade que a categoria **Trabalho** tem tanto na vida pessoal, profissional, como acadêmica da mestrandia. Ao permear a sociabilidade capitalista frente ao atual cenário de desemprego estrutural que repercute na vida da classe trabalhadora. Pretende-se em especial, verificar como esses processos sociais de precarização, de desemprego, de desalento e da contrarreforma trabalhista de 2017 se materializam na vida dos profissionais formados em Serviço Social entrevistados, que vivenciam essa situação no Rio Grande do Sul e os impactos à sua saúde em meio a pandemia. Na mesma direção, esperou-se identificar estratégias de resistência utilizadas por esses profissionais, com vistas a propor

---

<sup>6</sup> Devido a padronização linguística, quando se utilizou nessa Dissertação qualquer palavra no gênero masculino, entende-se todos os gêneros e identidades contempladas de um modo geral (ao encontro da linguagem inclusiva) empregando-se no sentido do ser humano genérico. Utilizar o termo ‘trabalhadores e trabalhadoras’ por exemplo é ainda é uma concepção binária, não aportando a diversidade humana. Reafirma-se o compromisso com o Projeto Ético-Político do Serviço Social que tem como um dos princípios no Código de Ética do/a Assistente Social de 1993, a defesa intransigente dos direitos humanos, sua pluralidade, respeito à diversidade.

<sup>7</sup> Trata-se da precarização do trabalho, do desemprego, do desalento e da Contrarreforma Trabalhista de 2017, que impactam por exemplo na saúde, na subjetividade das pessoas.

<sup>8</sup> Para mim como autora, torna-se necessário e importante demarcar uma posição política com o uso do termo Contrarreforma, (na mesma esteira do pensamento e discussões de BEHRING; BOSCHETTI (2010), KELLER (2019), (ANTUNES, 2018)), dentre outros autores, ao invés de Reforma. Pois, na perspectiva neoliberal, de um Estado residual para a classe trabalhadora e de atendimento aos interesses do mercado, tal expressão, (conceito) é mais coerente para tratar desse relevante debate. Essa categoria será discutida amplamente no item 2.4.

ações de fortalecimento das lutas. Assim “a própria escolha do tema, do método e das estratégias depende de valores, interesses, apropriações e prioridades, que sem dúvida, são históricas, contextualizadas e, em parte, condicionadas por esse contexto” (PRATES, 2016, p. 110). Entende-se que esse debate é de extrema relevância para a Universidade e para a área do Serviço Social, tanto no que tange a produção e socialização de conhecimentos, como no aporte de reflexões e estratégias para o seu enfrentamento. Levou-se em consideração as transformações em curso tanto antes, como após a Contrarreforma Trabalhista de 2017 e também foi considerado o cenário de emergência sanitária, pandemia<sup>9</sup>, imposta ao mundo pela COVID-19, mas que assume particularidades na realidade brasileira, o que se avalia como um debate primordial no processo de formação profissional em Serviço Social.

Essa produção acadêmica fundamentou-se no método dialético crítico, orientado pela obra, investigação marxiana<sup>10</sup> e marxista, ao encontro da “[...] profundidade da pesquisa intrinsecamente relacionada e direcionada para a realidade social e para as ações concretas com vistas à sua transformação” (PRATES, 2016, p. 108). Caracterizou-se ainda como um estudo do tipo misto, com ênfase qualitativa, na pesquisa bibliográfica e na análise de bancos de dados secundários, complementadas por alguns depoimentos coletados via entrevista *on-line*, em razão do contexto de pandemia do COVID-19. O Roteiro que norteou as entrevistas para coleta dos depoimentos de profissionais da área em situação de desemprego e o desalento, foi constituído por questões abertas e fechadas direcionadas aos profissionais formados em Serviço Social no Rio Grande do Sul. A amostra de 8 pessoas entrevistadas, considerou as suas expressões em caráter ilustrativo para aportar materialidade ao debate teórico realizado acerca desses processos. Para o tratamento dos dados foram utilizados o tratamento estatístico simples para dados quantitativos e análise de conteúdo para os dados qualitativos a partir da

---

<sup>9</sup> Neves; Oliveira; Pauli (2020, p. 5) “o primeiro caso confirmado de contaminação por coronavírus no Brasil ocorreu em 26 de fevereiro de 2020, sendo que o reconhecimento do estado de calamidade pública ocorreu por meio do Decreto Legislativo nº 6/2020, em 20 de março de 2020, quando o país já havia confirmado 970 infecções por coronavírus e 11 óbitos em decorrência da doença.” Também denominada Síndrome Respiratória Aguda Grave SARS-CoV-2.

<sup>10</sup> Que “[...] tem de se apropriar da matéria [*stoff*] em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexos interno. Somente depois de consumado tal trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. Se isso é realizado com sucesso, e se a vida da matéria é agora refletida idealmente, o observador pode ter a impressão de se encontrar diante de uma construção a priori. Meu método dialético, em seus fundamentos, não é apenas diferente do método hegeliano, mas exatamente o seu oposto. Para Hegel, o processo de pensamento, que ele, sob o nome de ideia, chega mesmo a transformar num sujeito autônomo, é o demiurgo do processo efetivo, o qual constitui apenas a manifestação externa do primeiro. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem” (MARX, 2013, p. 129).

metodologia elaborada por Moraes (1999). Referente ao método, abordou-se as categorias marxianas centrais: contradição, historicidade, totalidade e mediação. Foram trazidos à discussão aspectos da manifestação dos processos sociais que conformam o mundo do trabalho nessa região geográfica e política, alvo central da pesquisa em questão, pois entende-se que o Estado gaúcho embora compartilhe aspectos universais, apresenta também particularidades.

Para a fundamentação teórica desse estudo, foram discutidas diferentes categorias que se referem e se articulam ao desemprego e o desalento no contexto da sociedade brasileira de capitalismo dependente e tardio. Ensejou, nesse sentido, desvendar novos aspectos referentes à precarização e flexibilização do trabalho. Nesta perspectiva buscou refletir sobre o desemprego e o desalento de profissionais formados em Serviço Social, considerando a sua vinculação com o chamado “novo e precário mundo do trabalho” (ALVES, 2007). Assim, a situação de desemprego que por vezes são apreendido como não sendo um espaço de manifestação da precarização do trabalho, passa a ser reconhecido como tal, na medida em que a precarização é identificada também nas relações de vida e labor, não apenas no espaço físico (ou não) de assalariamento.

Identificou-se a necessidade de aprofundar a discussão e o debate sobre o tema, por envolver diretamente o desemprego e o desalento de profissionais formados em Serviço Social, frente aos desdobramentos pertinentes da precarização do trabalho, que perduram e se complexificam na contemporaneidade, agravados pela crise econômico-social e nesse período histórico também sanitária. Verifica-se ainda um progressivo e avassalador cenário de desmontes de direitos, inclusive trabalhistas, como os já retirados na contrarreforma de 2017 (também os previdenciários em 2019). Além de outras propostas de contrarreformas em curso, tão absurdas quanto, com por exemplo a ‘Reforma’ Administrativa de 2020 (da implosão do Estado ‘social’ e dos serviços públicos), caracterizada pelo avanço ultra neoliberal, de extrema direita do mandato de Jair Bolsonaro.

Destacou-se como novidade nesse trabalho, o direcionamento do estudo aos profissionais desempregados e desalentados, considerando que as produções do Serviço Social que tratam do tema **Trabalho** se direcionam em sua maioria, a profissionais da área que estão inseridos no mercado formal. Compreende-se assim como pertinentes as reflexões e estudo sobre esse tema, pois o conhecimento sistematizado visa contribuir nas discussões, ao aportar, sistematizar subsídios teóricos que instiguem o fomento de outras propostas de pesquisa por outros pesquisadores, ao dar visibilidade as ações, processos de luta, resistência, acesso à

direitos, ao encontro de transformações concretas na realidade material. Ressalta-se que a garantia de direitos é base fundamental do compromisso ético-político dos assistentes sociais.

Foi realizada uma breve revisão sobre as produções acadêmicas existentes no Serviço Social no Catálogo Teses e Dissertações da CAPES (2020), a fim de compreender como os conceitos centrais desse estudo estão sendo discutidos no período compreendido entre 2010 à 2020. O descritor **Desemprego** aparece 149 vezes, dentre os quais 121 vezes em Dissertações de Mestrado e 28 em Teses de Doutorado. As principais Instituições de Ensino Superior com estudos nessa área são: a UERJ com 11 trabalhos, a UNB e a UECE com 10, a UFP com 9 e a PUCRS com 8. Já para o termo **Desalento** constam 32 produções em outras áreas do conhecimento, como Direito, Economia, Letras, porém somente uma na área do Serviço Social em 2015, uma Dissertação na UFAM, direcionada à Gestão do SUS. Em relação a **Precarização Existencial**<sup>11</sup> constam 258 produções, sendo 201 Dissertações e 57 Teses. As Universidades com mais trabalhos nessa temática são: PUC-SP e a UERJ com 21, a UFP com 20, a UFRN com 18 e a UFRJ com 16 produções acadêmicas.

No que se refere à **Precarização do Trabalho** constam 5003 trabalhos acadêmicos, sendo 3910 Dissertações e 1093 em Teses. Destacam-se em produções a: PUC-SP com 420, a UFRJ com 349, a UERJ com 283, a UFP com 251 e a UFF com 238 trabalhos. Referente ao termo **Saúde e Subjetividade** constam 4999 resultados, com 3907 Dissertações e 1092 Teses. Se sobressaem nas pesquisas nessa área a: PUC-SP com 416, a UFRJ com 348, a UERJ com 284, a UFP com 251 e a UFF com 237 produções. No tocante à **Contrarreforma Trabalhista**, constam 191 resultados, dentre 152 Dissertações e 39 Teses. Tem mais trabalhos nessa área a: UERJ e a UFRJ com 18, a UFP com 17, a UnB com 16 e a UFF com 11. Como ataques à direitos trabalhistas já estavam em curso, mesmo antes da famigerada contrarreforma de 2017, como com as terceirizações por exemplo, acadêmicos já se debruçavam para compreender a processualidade desse fenômeno que se espalhava também em outras áreas.

Salienta-se ainda o grande número de pesquisas realizadas pelas Universidades Federais e Estaduais, em destaque a UERJ, a UFP, a UFRJ e a UFF o que demonstra e reforça a

---

<sup>11</sup> Que “[...] não se reduz ao estresse ideológico provocado pela precarização do homem como ser humano-gênico, mas diz respeito também à degradação das condições de existência do trabalho vivo no território das metrópoles e nos espaços públicos de desenvolvimento humano, isto é, as condições da reprodução social como circulação, territorialidade, consumo e lazer. Na verdade, com a vigência do novo modo de desenvolvimento capitalista (o capitalismo flexível) e o bloco histórico do capital de feição neoliberal, a ideologia do mercado se dissemina” (ALVES, 2013, p. 9). Tal categoria será mais aprofundada na seção 3.1.

importância do ensino público, socialmente referenciado, gratuito e de qualidade no país, com a devolutiva das pesquisas para a academia e a sociedade. Foram então elaborados quadros para melhor visualização dos dados da pesquisa:

**Quadro 1 – Produções teóricas sobre as categorias centrais**

<b>UFA</b>	<b>DESCRITORES</b>	<b>NÚMERO DE PRODUÇÕES</b>
<b>UERJ</b>	<b>PRECARIZAÇÃO EXISTENCIAL</b>	<b>21</b>
	<b>PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO</b>	<b>283</b>
	<b>SAÚDE E SUBJETIVIDADE</b>	<b>284</b>
	<b>CONTRARREFORMA TRABALHISTA</b>	<b>18</b>
	<b>DESEMPREGO</b>	<b>11</b>
<b>UFP</b>	<b>DESEMPREGO</b>	<b>9</b>
	<b>PRECARIZAÇÃO EXISTENCIAL</b>	<b>20</b>
	<b>PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO</b>	<b>251</b>
	<b>SAÚDE E SUBJETIVIDADE</b>	<b>251</b>
	<b>CONTRARREFORMA TRABALHISTA</b>	<b>17</b>
<b>UFRJ</b>	<b>PRECARIZAÇÃO EXISTENCIAL</b>	<b>16</b>
	<b>PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO</b>	<b>349</b>
	<b>SAÚDE E SUBJETIVIDADE</b>	<b>348</b>
	<b>CONTRARREFORMA TRABALHISTA</b>	<b>18</b>
<b>UFF</b>	<b>PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO</b>	<b>238</b>
	<b>SAÚDE E SUBJETIVIDADE</b>	<b>237</b>
	<b>CONTRARREFORMA TRABALHISTA</b>	<b>11</b>
<b>UnB</b>	<b>DESEMPREGO</b>	<b>10</b>
	<b>CONTRARREFORMA TRABALHISTA</b>	<b>16</b>

<b>PUC-SP</b>	<b>PRECARIZAÇÃO EXISTENCIAL</b>	<b>21</b>
	<b>PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO</b>	<b>420</b>
	<b>SAÚDE E SUBJETIVIDADE</b>	<b>416</b>
<b>PUCRS</b>	<b>DESEMPREGO</b>	<b>8</b>
	<b>PRECARIZAÇÃO EXISTENCIAL</b>	<b>20</b>
<b>UFPA</b>	<b>DESEMPREGO</b>	<b>7</b>
<b>UFAM</b>	<b>DESALENTO</b>	<b>1</b>
<b>UECE</b>	<b>DESEMPREGO</b>	<b>10</b>
<b>UFRN</b>	<b>DESEMPREGO</b>	<b>7</b>
	<b>PRECARIZAÇÃO EXISTENCIAL</b>	<b>18</b>

Fonte: (Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES em: 29/09/2020, adaptado pela autora).

Ao verificar as produções no Serviço Social na pós-graduação mestrado e doutorado, o estudo sobre alguns Descritores chamam atenção em termo de quantidade na produção acadêmica. Referente ao Desemprego, observa-se que das 149 produções, somente 5 trabalhos direcionam-se mais diretamente para o trabalho do assistente social pelo enunciado no título. No que concerne ao Desalento, consta somente uma produção há 6 anos atrás, o que aponta a necessidade de mais estudos sobre essas temáticas, a fim de buscar compreender seus desdobramentos no mundo do trabalho. Já Precarização do Trabalho, Saúde e Subjetividade, percebe-se um volume expressivo de produções com uma média de 500 trabalhos por ano.

**Quadro 2 – Trabalhos acadêmicos por nível de pós-graduação**

<b>DESCRITOR</b>	<b>MESTRADO</b>	<b>DOCTORADO</b>	<b>TOTAL</b>
<b>DESEMPREGO</b>	<b>121</b>	<b>28</b>	<b>149</b>
<b>DESALENTO</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
<b>PRECARIZAÇÃO EXISTENCIAL</b>	<b>251</b>	<b>57</b>	<b>258</b>
<b>PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO</b>	<b>3910</b>	<b>1093</b>	<b>5003</b>
<b>SAÚDE E SUBJETIVIDADE</b>	<b>3907</b>	<b>1092</b>	<b>4999</b>
<b>CONTRARREFORMA TRABALHISTA</b>	<b>152</b>	<b>39</b>	<b>191</b>

Fonte: (Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES em: 29/09/2020, adaptado pela autora).

A partir dessas interlocuções o problema de pesquisa se propôs investigar: *Quais os determinantes e repercussões dos processos de desemprego e o desalento que se materializam na vida de profissionais formados em Serviço Social no Rio Grande do Sul, principalmente após a Contrarreforma Trabalhista de 2017?* Esta formulação que consiste em “[...] sintetizar o “núcleo duro” de nossa investigação por meio de uma grande pergunta que posteriormente será desdobrada em questões norteadoras que lhe são inclusivas e que articuladas podem auxiliar a resolver o problema” (PRATES, 2016, p. 111). Para buscar aprofundar e sistematizar o conhecimento referente ao problema central de estudo e para analisar outras importantes dimensões frente à esse questionamento foram elencadas ainda as seguintes questões norteadoras:

- Quais as principais mudanças e consequências para os trabalhadores (em especial para profissionais formados em Serviço Social) a partir da Contrarreforma Trabalhista de 2017?
- Quais as formas e estratégias de resistência utilizadas por profissionais formados em Serviço Social em situação de desemprego e desalento no Rio Grande do Sul?
- Quais as principais dificuldades encontradas pelos profissionais formados em Serviço Social em situação de desemprego e desalento para se (re) inserirem no mercado de trabalho no Rio Grande do Sul?
- Quais as repercussões do desemprego e desalento na subjetividade e na saúde de trabalhadores, em destaque aos profissionais formados em Serviço Social no Rio Grande do Sul?
- Quais os impactos da pandemia imposta pelo COVID-19 no agravamento dos processos sociais de precarização, desemprego, desalento e da Contrarreforma Trabalhista de 2017?



## 1.1. CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA: MÉTODO E METODOLOGIA

### MÉTODO

Para fundamentar a análise compreende-se como imprescindível nesse estudo a adoção do método dialético crítico, fundamentado em Marx, como forma de proceder o pensamento, do caminho para o conhecimento. Tal filiação teórica não se constituiu em mera formalidade acadêmica, mas na busca de um olhar ampliado, crítico e propositivo sobre a realidade social. Tem-se como finalidade investigar o tema delimitado, através da interpretação de suas características particulares, analisada à luz de um contexto maior, para desvelá-lo e desocultá-los de modo a contribuir na produção de conhecimento referente a esse objeto e responder ao problema de pesquisa e as questões norteadoras, que

no sentido marxiano significa sempre a busca dos fundamentos históricos e sociais que deram origem a determinado fenômeno social, permitindo, com isso, compreender a sua natureza mais profunda e não simplesmente o questionamento de lacunas ou imperfeições (TONET, 2013, p. 11).

Conforme Konder (2008) a dialética é um modo de pensar, analisar e olhar para a realidade, visando transformações. Entende-se, portanto, que a realidade está em constante movimento, que para Marx é constituída por categorias que dela emanam para posteriormente analisá-la. As categorias centrais que fizeram parte da dinâmica desse estudo são: a totalidade, a historicidade, a contradição e a mediação. A categoria totalidade permite traçar um estudo amplo, obtendo uma visão de ‘homem<sup>12</sup>’ e de mundo, reportando-se também ao particular, ao singular, voltando ao universal, dialeticamente e em constante movimento.

Identificou-se assim, que a realidade deve ser analisada levando em consideração as dimensões que a compõem, tem-se a perspectiva do conjunto para apreender cada elemento constitutivo, é um todo articulado. Abrange relações estruturadas e determinadas entre as partes e o todo. Relaciona-se nesse trabalho a totalidade com o capitalismo (da estrutura dessa sociedade, a questão social, luta de classes), pois verifica-se a partir deste, a dinâmica das relações sociais e seus processos, bem como o contexto social, econômico, político, cultural e nesse momento também sanitário. Isso se manifesta como uma de suas expressões, na

---

<sup>12</sup> Como ser humano-genérico, representando a espécie humana e não um gênero em si.

precarização do trabalho, nas condições de vida, existencial, como também no desemprego e o desalento de profissionais formados em Serviço Social, objeto do estudo em questão. A totalidade expressa

a realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classes de fatos, conjuntos de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido. Acumular todos os fatos não significa ainda conhecer a realidade; e todos os fatos (reunidos em seu conjunto) não constituem, ainda, a totalidade. Os fatos são conhecimento da realidade se são compreendidos como fatos de um todo dialético – isto é, se não são átomos imutáveis, indivisíveis e indemonstráveis, de cuja reunião a realidade saia constituída – se não entendidos como partes estruturais do todo (KOSIK, 1976, p. 35 – 36).

A categoria totalidade, concerne a profunda relação dialética e multifacetada entre as partes e o todo. É muito mais do que o agrupamento de todas as partes, onde a relação entre as partes altera o sentido de cada uma destas e também o todo. Sendo que “a totalidade concreta não é um todo dado, e sim um movimento de autocriação permanente, o que implica a historicização dos fenômenos que a compõem” (PRATES, 2014, p. 215). Dessa forma, conhecer a totalidade presume entender que as partes se articulam entre si e com o todo de forma dialética e se articulam das partes para o todo e vice-versa. Esse movimento, dinamicidade, carrega em si a historicidade, que para Marx

[...] não parte de um estudo histórico. Vamos repetir mais uma vez: parte da lógica. Extrai uma forma, o valor de troca. Mostra sua estrutura (um conjunto de equivalências) e seu funcionamento (troca, circulação, constituição do dinheiro e da moeda). Depois, passa para o conteúdo: o trabalho social produtivo, com suas perequações coerentes, os meios sociais (produtividade média de uma sociedade determinada, etc.) (LEFEBVRE, 1975, p. 22).

Assim, compreender a historicidade reverbera em apreender o movimento dos fenômenos, que estão em constante processo e que só podem ser apreendidos através do entendimento dessa dinâmica, pois “a historicidade dos fenômenos sociais é, antes de tudo, o reconhecimento de sua processualidade e de sua provisoriedade, o movimento e transformação do homem, da realidade e dos fenômenos” (PRATES, 2014, p. 216). Para Konder (2008) a categoria historicidade compreende os processos como parte de um contexto sócio-histórico, econômico, político e cultural, que analisa, reflete a compreensão de modificação dos sujeitos históricos, fenômenos e processos sociais constituídos na sociedade e em constante

transformações na realidade material. Essa dinâmica de funcionamento repercute em contradições que ao descobrir

[...] um termo contraditório de outro não significa destruir o primeiro, ou esquecê-lo, ou pô-lo de lado. Ao contrário, significa descobrir um complemento de determinação. A relação entre dois termos contraditórios é descoberta como algo preciso: cada um é aquele que nega o outro; e isso faz parte dele mesmo. Essa é a sua ação, sua realidade concreta. Assim o pensamento do nada e o nada do pensamento têm como função “negar” a satisfação do pensamento, sua tentação de fechar-se, de contentar-se com o que tem, com o que é. E, precisamente, desse modo, eles tornam o pensamento vivo; longe de destruí-lo, fazem dele um pensamento real (LEFEBVRE, 1975, p. 178).

A categoria contradição conforme Konder (2008) é marcada por negações e superações, se apresenta como uma negação inclusiva concreta, que resulta em sínteses provisórias. É entendida pela dialética como princípio básico do movimento pelo qual os seres sociais existem, o motor da história, permeia os conflitos na sociedade capitalista. É a força que leva à derruir ordens sociais, como ocorrera com o império romano, o absolutismo francês, a escravidão brasileira dentre outros. Conforme Marx (1974) a contradição tem relação intrínseca com o movimento do real, em que a produção e reprodução da realidade se ancora no antagonismo entre as classes sociais: burguesia e proletariado. Deve-se dessa forma, compreender a conexão entre os diferentes aspectos da realidade, visto que constituem uma unidade na diversidade.

No desenvolvimento existem elementos chamados contrários. Estes, no processo de transformação, são opostos. Mas não podem existir um sem o outro, apesar de possuírem algum aspecto importante ou essencial que o outro não possui. Não é possível, por exemplo, conceber a existência da burguesia sem a presença do proletariado. E, por outro lado, todos sabemos que essa classe social privilegiada é proprietária dos meios de produção. Os opostos estão em interação permanente. Isto é o que constitui a contradição, ou seja, a luta dos contrários (TRIVIÑOS, 2007, p. 69).

Assim, com o objetivo de entender o movimento entre as categorias centrais, traz-se como subsídio ainda a categoria mediação. Para Pontes (1999) a mediação tem duas dimensões: uma reflexiva que é subjetiva, elaborada pela razão, por meio de sucessivas aproximações que imbricam no entendimento do sujeito frente à realidade social. E outra que é ontológica, é objetiva, existindo assim independente da apreensão racional dos sujeitos. “As mediações funcionam como condutos por onde fluem as relações entre as várias instâncias da realidade. São elas que possibilitam conceber-se a realidade como totalidade” (PONTES, 2009, p. 181).

É dessa forma, meio por onde transitam os diversos níveis da realidade, que se articulam as unidades dos complexos maiores.

[...] não pode existir, nem na natureza, nem na sociedade, nenhum objeto que [...] não seja mediato, não seja resultado de mediações. [...] a mediação é uma categoria objetiva, ontológica, que tem que estar presente em qualquer realidade, independente do sujeito (LUKÁCS, 1979, p. 90).

Os processos de mediação com o real favorecem com que os sujeitos desenvolvam outras mediações entre o contexto social, a realidade objetiva, concreta, com os quais estão inseridos e os processos vivenciados em suas vidas particulares, cotidiano. As transformações na sociedade, ao encontro de atender necessidades humanas, são expressões objetivas das mediações elaboradas a partir da relação entre ‘o homem’ e a natureza, ao decorrer da história, “na sua dinâmica de objetivar-se no mundo e incorporar tais objetivações” (PONTES, 1995, p. 78). O ser humano ao passo que transforma a natureza também se transforma, pois a atividade vital lhe dá condições de ser criador e autocriador, um ser de práxis, o movimento teleológico, da prévia ideação para a objetivação (MARX; ENGELS, 2001).

O paradoxo desses tempos de crise expressa simultaneamente o crescimento das desigualdades decorrentes da financeirização das relações econômicas na era da ‘acumulação flexível’, com regressão e destruição de direitos conquistados, e a expansão da extrema direita respaldada no voto popular e compromissada com uma agenda econômica ultraliberal de corte de direitos, privatização de serviços sociais e sua mercantilização, com drástica redução nos fundos públicos para o financiamento de políticas sociais universais (IAMAMOTO, 2019b, p. 34).

Assim entende-se a precarização do trabalho, existencial, desemprego e o desalento como expressões da questão social, do conflito, luta de classes entre burguesia e proletariado. Ainda de desdobramentos políticos, culturais, históricos, que resultam de várias mediações e processos sociais, como alguns apontados pela autora, mediante a produção e reprodução da ordem capitalista. A sociedade que é “[...] produto de relações sociais, de ações recíprocas dos homens entre si, no complexo processo de reprodução social da vida. O mundo social é um mundo de relações” (YAZBEK, 2009, p. 144). Compreende-se que as relações sociais determinam a consciência e não o contrário (MARX, 2008). Dessa forma, percebe-se que é primordial conhecer o movimento e a dinâmica das relações sociais constituídas pela sociabilidade capitalista, para desmistificá-las como “eternas e harmoniosas”, sendo passíveis de superação dialética, assim como nos modos de produção anteriores (primitivo, escravista,

feudal) o que requer compreender, explicar os processos sociais que as constituem. Daí a necessidade que o conhecimento sobre a realidade social se constitua como a apreensão, a captura do próprio objeto, em suas determinações, contradições, aspectos mais importantes, não resumindo a análise à aparência do fenômeno, ou seja, ao encontro da essência, visto seu constante movimento, dinamicidade.

No tocante a metodologia, esta aporta, traz cientificidade à pesquisa, busca as respostas aos questionamentos do estudo. No Serviço Social se propõe a conhecer aspectos da realidade dos sujeitos, com o propósito de transformações, de mudanças, sendo dessa forma “[...] o caminho do pensamento seguido pelo investigador [...] sua escolha metodológica, que deve corresponder à necessidade e conhecimento do objeto” (MINAYO, 2007, p. 187-188). Deste modo traça-se como será feita a pesquisa científica que deu base para o trabalho acadêmico, indica-se ainda o tipo de pesquisa; o universo e a amostra; os procedimentos: as técnicas e instrumentos e a análise e tratamento de dados.

Referente ao tipo de pesquisa a dissertação se caracterizou a partir de abordagem do tipo misto ou quantiquantitativa), sendo que esses estudos “[...] multimetodológicos se constituem na articulação de ambos os tipos de dados, que partem de fundamentos e características distintas” (PRATES, 2012, p. 123). Assim, entende-se como imprescindível a coleta dos dados tanto quantitativos como qualitativos, visto que os mesmos são utilizados de modo complementar como contraprovas históricas. Os estudos mistos podem enfatizar quantidades ou qualidades, sem contudo desconsiderá-las, reitera-se que no presente estudo destaca-se o caráter qualitativo.

Já relativo ao universo e amostra, o trabalho teve ênfase na pesquisa bibliográfica e análises documentais. Utilizou de bancos secundários produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e outros órgãos de pesquisa que dispunham de dados sobre desemprego e o desalento, complementadas por algumas abordagens diretas realizadas por meio de entrevistas *on-line* para coleta dos depoimentos de profissionais que vivenciam esses processos. Inicialmente delineou-se um estudo cujo o destaque centrava-se na coleta direta, logo buscaria um número mais significativo de profissionais. Contudo, em função da pandemia e do isolamento imposto pelo COVID-19, foi necessário o redimensionamento do processo, atribuindo maior centralidade ao desenvolvimento teórico acerca da temática para dar conta dos prazos estabelecidos para a conclusão do estudo e elaboração da dissertação de mestrado, com um número exequível de participantes, no total 8.

O universo é a categoria de profissionais formados em Serviço Social no Rio Grande do Sul, que conforme o CRESS<sup>13</sup>/RS 10ª Região<sup>14</sup> é da ordem de 9.591 até junho de 2020, com o registro ativo, regular. Pelos motivos já apresentados anteriormente optou-se por uma amostra do tipo intencional de profissionais em situação de desemprego e desalento no Estado, em um número de 8 pessoas. Como critérios de inclusão considerou-se: ser formado em Serviço Social (graduação, bacharelado há pelo menos 6 meses); estar em situação de desemprego ou desalento ou realizando tarefas provisórias não relacionadas à área de formação há também pelo menos 6 meses; ou ainda em situação de trabalho intermitente; não estar fazendo especialização em Serviço Social ou áreas afins, nem pós-graduação, (residência, mestrado, doutorado, pós-doutorado).

No que refere aos procedimentos: técnicas e instrumentos, a coleta de dados, foi realizada inicialmente com a análise de documentos sobre a Contrarreforma Trabalhista de 2017, a fim de identificar as principais mudanças que atingem os trabalhadores, em especial aqueles formados em Serviço Social. Posteriormente foi feito um mapeamento do perfil de profissionais formados em Serviço Social (sem vínculo empregatício, institucional, nem registro ativo no conselho de classe, CRESS/RS, bacharéis) em situação de desemprego e desalento, via redes sociais, como em grupos de *Whastapp* e *Facebook*, que assim indicaram outros profissionais, a partir da técnica de bola de neve, para fins de condução de entrevista. A amostra foi do tipo não probabilística intencional, conformada também a partir dessa mesma técnica, além dos dados coletados via entrevista, foram utilizados dados quantitativos de bancos secundários, (como já apontados) dentre outros, sendo articulados no trabalho. A fim de apreender, analisar e discutir as expressões dos sujeitos da pesquisa, traça-se um breve panorama sobre o perfil dos profissionais entrevistados:

---

<sup>13</sup> Conselho Regional de Serviço Social.

<sup>14</sup> Daniela Meinke Agente Administrativa – CRESS 10ª Região. Informação obtida por *e-mail*: cress10.registros@terra.com.br.

**Quadro 3 – Perfil dos sujeitos da pesquisa**

<b>Profissional/ Idade:</b>	<b>Onde nasceu/Onde mora:</b>	<b>Sexo:</b>	<b>Universidade:</b>	<b>Outras qualificações Acadêmicas:</b>
1- 26	São Borja/Viamão	M	UNIPAMPA	Mestrado em Serviço Social/Acadêmico em Direito
2- 59	Bagé/Porto Alegre	F	PUCRS	Magistério
3- 56	Porto Alegre/Porto Alegre	F	ULBRA	NÃO
4- 22	São Borja/São Borja	F	UNIPAMPA	NÃO
5- 26	Rosário do Sul/Santa Maria	F	UNIPAMPA	Mestrado em Ciências Sociais
6- 25	São Borja/São Borja	F	UNIPAMPA	Acadêmica em Administração
7- 27	Uruguaiana/São Borja	F	UNIPAMPA	NÃO
8- 30	Santa Maria/Santa Maria	F	UNIPAMPA	NÃO

Fonte: (DIAS, 2021).

Nesse percurso investigativo, foram contactadas mais de 60 pessoas para verificar a possibilidade de concederem uma entrevista. Algumas pessoas inicialmente concordaram, mas depois desistiram de participar, outros profissionais não responderam a solicitação e alguns simplesmente não atenderam mais aos contatos. Já outras pessoas só queriam participar se fosse Questionário ao invés de Entrevista. Em síntese, foi possível fazer a escuta de 8 sujeitos, sendo 7 do sexo feminino e 1 do sexo masculino. Ressalta-se que a “[...] a categoria das (os) assistentes sociais, ainda é predominantemente feminina, contando com apenas 3% de homens” (CFESS, p. 18, 2005). Percebeu-se conforme o Quadro 3, um significativo fluxo migratório dessas pessoas dentro do Estado à procura de melhores condições vida, trabalho e estudo (4 de 4, metade). Com profissionais que residem em Porto Alegre (Capital), Santa Maria (Região Central), Viamão (Região Metropolitana) e São Borja (Fronteira Oeste), de idades entre 22 e 59 anos, com graduações na PUCRS, na ULBRA<sup>15</sup> e na UNIPAMPA, nessa Universidade com maioria expressiva dos profissionais formados, 6 de 8, (também a mestranda), sendo o “[...] primeiro curso público, federal e gratuito no interior do estado gaúcho na área de Serviço Social

<sup>15</sup> Universidade Luterana do Brasil.

[...]” (FRAGA *et al.*, 2020, p. 1). Um marco histórico para a profissão no Rio Grande do Sul, no final de 2006 no governo Lula, através do REUNI<sup>16</sup>.

Verifica-se ainda que a maioria tem entre 22 e 30 anos de idade (5 de 8), portanto, um grupo jovem que não consegue se (re) inserir no mercado de trabalho, sendo que, dentre estes, 2 possuem Mestrado (Profissionais 1 e 5) e 2 estão realizando um segundo curso de Graduação (Profissionais 1 e 6). Dos 8 profissionais, apenas 2 já trabalharam como assistentes sociais, embora um deles apenas emitindo parecer para o Judiciário, mas sem qualquer vínculo empregatício (Profissional 1). E a segunda (Profissional 3) trabalhou por 6 anos e foi demitida em fevereiro de 2020, exatamente no período em que a pandemia do Coronavírus começa se a materializar no Brasil. As demais profissionais, ou seja, a grande maioria, (6 de 8) nunca trabalharam na profissão em que se formaram, o Serviço Social. Suas vidas laborais, conforme relatam se restringiram ao trabalho informal, autônomo, intermitente, precarizado e o próprio desemprego (6 de 8). Um trabalhou como Educador Social (Profissional 1) e outra como Auxiliar Financeira (Profissional 2) no Conselho de outra categoria (COREN<sup>17</sup>). Uma profissional ‘apenas’ permanece estudando para melhor qualificar-se (Profissional 5), uma entrevistada estava desempregada recentemente e há apenas uma semana tinha se vinculado a um estágio (Profissional 6). A Profissional 8 está no trabalho intermitente e duas trabalham informalmente, a Profissional 5 ‘ajuda’ sua mãe com venda de *lingerie* e a Profissional 7 trabalha com maquiagem e sobancelha. A subutilização a que são expostos os profissionais graduados e alguns com formação complementares, (como já foi mencionado) acaba por impactar não só nas suas condições de existência, mas também na sua subjetividade, autoestima e saúde mental. Os demais dados empíricos obtidos a partir dos depoimentos dos profissionais entrevistados serão apresentados no Terceiro Capítulo, em caráter ilustrativo.

Na busca por identificar os movimentos de luta e resistência da categoria profissional, foi enviado *e-mail* para o CEFES: cfess@cfess.org.br, com duas perguntas<sup>18</sup> sobre o assunto.

---

<sup>16</sup> Restruuturação e Expansão das Universidades.

<sup>17</sup> Conselho Regional de Enfermagem.

<sup>18</sup> 1- Sobre o trabalho de luta, resistência que contemplem outras ações para além da própria categoria, dos assistentes sociais com empregos formais na área. 2- Se tem/Como é o direcionamento para os profissionais formados em Serviço Social (bacharéis, que não tem registro ativo), que estão em desemprego e desalento, ao encontro de um processo coletivo organizado referente à luta e resistência.

2- Dados referente ao desemprego e ou/desalento de assistentes sociais (que tenham registro ativo e estão nessa condição de não trabalho formal) no Rio Grande do Sul, o mais recente.



No contato com a Assessora Especial Cristina Abreu, a mesma informou que o trabalho do CFESS se direciona para orientação e fiscalização do exercício profissional de assistentes sociais, conforme a Lei 8662/93 e que os questionamentos feitos, deveriam ser encaminhados ao CRESS e aos sindicatos aos quais se filiam os assistentes sociais, pois são eles que buscam identificar as relações e condições de trabalho a que estão sujeitos os profissionais. Assim, constata-se que o CFESS não dispõe de dados referentes ao desemprego e desalento dos profissionais com registro regular. Afirmo ainda que o Conselho está imerso nas lutas gerais da classe trabalhadora (mas não com um direcionamento mais específico para os bacharéis em Serviço Social), na defesa do trabalho com direitos e com posicionamentos políticos junto aos CRESS.

Em comunicação com o CRESS 10ª Região, (Rio Grande do Sul) através do *e-mail*: cress10.registros@terra.com.br, a Agente Administrativa Daniela Meinke, solicitou entrar em contato no *e-mail*: cress10.coordenadora@terra.com.br, com Elisa Benedetto, Conselheira Presidenta. A mesma aponta que não há uma forma de atualização contínua da situação funcional da categoria no Estado. Quanto aos processos de luta e resistência, afirma que o Conselho incentiva e se envolve constantemente, mas não menciona se há ou não um direcionamento mais direto para os bacharéis em Serviço Social. Foi enviado um outro *e-mail* perguntando sobre essa questão, porém sem retorno até o fechamento da pesquisa. No cenário de pandemia ressalta ainda que as mobilizações, reuniões, fóruns, conselhos foram todos remotos. Sugeri a consulta ao documento Bandeiras de Luta<sup>19</sup>, pois o tema é abordado com mais especificidade. Mencionou ainda pesquisa interinstitucional feita pelo CRESSRS, UFRGS<sup>20</sup> e PUCRS, onde constam dados sobre condições e relações de trabalho dos assistentes sociais no Estado, contudo o estudo não tem por objetivo problematizar o desemprego e o desalento. A pesquisa encontra-se em etapa final de análise, mas os dados ainda não foram divulgados. O Sindicato dos Assistentes Sociais do Rio Grande do Sul (SASERS) não respondeu a três *e-mails* enviados através dos contatos: sasers@sasers.com.br; secretaria@sasers.com.br e a busca realizada através dos telefones: (51) 3024-5977 e (51) 3228-8921 também foram infrutíferas. Para consultar o CAGED<sup>21</sup>, é necessário ter cadastro com

---

<sup>19</sup> CFESS; CRESS. **Bandeiras de Luta do Conjunto CFESS-CRESS**. Disponível em: <<https://cutt.ly/rkduKgn>>, acesso em: 02 fev. 2021.

<sup>20</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

<sup>21</sup> Cadastro Geral de Empregados e Desempregados.

senha, login ou Certificado Digital. A RAIS<sup>22</sup> e a RFB<sup>23</sup> não dispõem de dados referentes ao desemprego e o desalento de assistentes sociais. A análise dos dados, portanto, refere-se a exploração do material coletado nas entrevistas realizadas *on-line* com 8 profissionais formados em Serviço Social.

Relativo então à análise e tratamento de dados, de acordo com Prates (2003) a análise de conteúdo permeia-se por fases, que são a: pré-análise; a exploração do material, tratamento dos resultados; inferência e interpretação. A análise de conteúdo que trata-se de um procedimento de estudo, investigação, descrição e interpretação dos dados “[...] para o desvelar das ideologias que podem existir nos dispositivos legais, princípios, diretrizes etc., que à simples vista, não se apresentam com a devida clareza” (TRIVIÑOS, 1987, p. 159-160). Utilizou-se o tratamento estatístico simples para os dados quantitativos. Frisa-se ainda que a análise de conteúdo se constitui em seus fundamentos como

[...] uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. Essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum. Essa metodologia de pesquisa faz parte de uma busca teórica e prática, com um significado especial no campo das investigações sociais. Constitui-se em bem mais do que uma simples técnica de análise de dados, representando uma abordagem metodológica com características e possibilidades próprias (MORAES, 1999, p. 2).

Entende-se dessa forma, que a análise de conteúdo é utilizada tanto para descrever como para interpretar os conteúdos. Se constitui como uma articulação entre teoria e prática e ancora-se no rigor científico. Para Moraes (1999) na primeira etapa: a preparação das informações, trata-se de identificar das amostras pesquisadas, quais estão de acordo com os objetivos da pesquisa, pois isso é central no estudo. Na temática foram feitos recortes para delimitar o universo e a amostra do trabalho, foram identificadas as diferentes amostras e utilizados números (Profissional 1 até o 8) para distingui-los entre si.

Já segunda etapa sistematizada por Moraes (1999): a unitarização ou transformação do conteúdo em unidades, consiste em separar o bloco em partes, os diferentes aspectos do

---

<sup>22</sup> Relação Anual de Informações Sociais.

<sup>23</sup> Receita Federal do Brasil.

conteúdo, ou seja, é a transformação do conteúdo pesquisado em unidades. Foram relidos os materiais e assim definidas as unidades de análise e isoladas cada uma delas. Verificou-se as diferentes discussões sobre o conteúdo que se refere ao tema. Na terceira etapa da análise de conteúdo: a categorização ou classificação das unidades em categorias, Moraes (1999) pontua que é o momento de verificar a repetição, o contraponto e a novidade, separou-se nesse momento por categorias. Caracteriza-se ainda pela redução dos dados, tendo como destaque os aspectos mais relevantes, uma síntese. Agrupou-se os dados e considerou-se a parte em comum entre estes, por semelhança ou analogia.

No tocante à quarta etapa: a descrição, Moraes (1999) aponta que esta consiste em expor o resultado do trabalho de pesquisa. Como a abordagem dos dados, na análise de conteúdo desse estudo é qualitativa, o autor reforça a importância de trazer citações diretas, fundamentação, embasamento teórico, não sendo esse um momento interpretativo. Enfim, na quinta e última etapa: a interpretação, Moraes (1999) salienta que esta não deve se limitar a ‘somente’ descrever, mas buscar um entendimento mais aprofundado por meio da interpretação, das inferências. Aprofunda-se a compreensão das categorias, unidades de análise, elaborando sínteses para apontar o significado destas. Procura-se então, as determinações, os processos por trás dos fenômenos. Ainda com uma visão ampliada, crítica e propositiva sobre a realidade social e para os sujeitos, ao considerar aspectos como princípios, valores, aspirações, comportamentos, crenças, dentre outros, o que converge com o método dialético crítico, que busca a essência por trás da aparência fenomênica.

## 1.2. PROCEDIMENTOS ÉTICOS

O projeto foi aprovado no Comitê Científico da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e também cadastrado na Plataforma Brasil. Após essas etapas foram realizados contatos, com o objetivo de acordar a participação e a realização das entrevistas. Com o perfil identificado, através das perguntas iniciais<sup>24</sup> foi feito o convite para a entrevista *on-line* (sendo gravada e degravada, transcrita com prévia autorização) com os profissionais formados em Serviço Social no Rio Grande do Sul, em situação de desemprego e desalento, inserção precária, precarização, trabalho intermitente; ancorada no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O documento foi enviado para os entrevistados, as informações, os direitos dos participantes do estudo e as dúvidas foram esclarecidas, bem como o processo de realização da pesquisa e então solicitado a devolução com a assinatura para os devidos fins de realização da coleta.

No tocante ao instrumento de coleta de dados, a presente pesquisa teve a aplicação de um roteiro de entrevista do tipo estruturado. Reafirma-se o compromisso ético com a proteção e sigilo das informações, sobre a não identificação dos sujeitos partícipes da pesquisa, conforme disposto no Artigo 16 do Código de Ética Profissional do/a assistente social (1993) e as determinações de adequação a resolução 510/16, sobre a confidencialidade das informações, e terão resguardados os dados coletados e a identificação dos sujeitos envolvidos. A devolução dos resultados da pesquisa será feita com a socialização via artigos, apresentação de trabalhos, participação em eventos que discutam a temática e com a sistematização da presente dissertação.

O presente estudo estrutura-se em três capítulos, sendo este o primeiro a **Introdução**, que aponta os aspectos metodológicos da pesquisa, ao abordar a investigação científica no trabalho profissional do Serviço Social. Trata sobre o método em Marx como referencial teórico crítico de análise da realidade social em constante processo, evidencia também as categorias

---

<sup>24</sup> 1- Você é formado/a em Serviço Social? (Com diploma de Graduação, Bacharelado e sem registro ativo no Conselho?)

2- Está em situação de desemprego ou desalento há pelo menos 6 meses? Realizando atividades provisórias, informais ou intermitentes (sem carteira assinada) não relacionadas ao Serviço Social?

3- Está fazendo pós-graduação em Serviço Social? (Residência, Especialização, Mestrado, Doutorado, Pós-doutorado?)

centrais: historicidade, totalidade e contradição, ainda com subsídio da categoria mediação. Com o propósito de trazer e discutir aspectos da manifestação desses processos sociais no Rio Grande do Sul, alvo central da referida pesquisa. Os subitens à seguir apresentam o percurso metodológico e os procedimentos éticos adotados.

Por sua vez o **Segundo Capítulo**, versa sobre o trabalho e as contradições no capitalismo dependente brasileiro, explana sobre a crise estrutural capitalista mundial de 1968-1975 e a reestruturação produtiva, com a transição entre os modelos taylorista, fordista e toyotista e os impactos à classe trabalhadora. Na sequência, aborda sobre neoliberalismo e neodesenvolvimentismo no país, permeados pelo avanço conservador. Discute ainda sobre o desemprego e o desalento na realidade brasileira contemporânea, estes que são elementos fundamentais para a continuação do avanço da ordem burguesa, ao encontro de outras formas de precarização, dominação-exploração, controle. Discorre sobre as mudanças em curso no mundo do trabalho que implicam em rebatimentos concretos na vida dos sujeitos, sob a égide da Contrarreforma Trabalhista do governo Temer de 2017 e as consequências aos profissionais formados em Serviço Social, que mesmo com nível de ensino superior tem dificuldades em se (re) inserir no mercado, visto o desemprego estrutural que se manifesta como consequência da crise econômica mundial e do avanço neoliberal.

Já o **Terceiro Capítulo** engloba elementos das entrevistas, dos depoimentos dos profissionais da área em situação de desemprego e desalento no Rio Grande do Sul. Reporta-se a análise dos dados, principalmente no que se refere aos resultados da pesquisa, articula o problema com as questões norteadoras, que “[...] são considerados não apenas no que concerne à produção de determinados conhecimentos científicos, mas também, e isto é fundamental, a partir dos movimentos provocados pelo processo de investigação” (PRATES, 2003, p. 127). As discussões suscitadas buscam uma análise crítica e ampliada no tocante à temática em questão e as falas dos sujeitos da pesquisa, que vivenciam tais processos sociais, suas compreensões e relatos, orientados pela fundamentação teórica e as inferências. Aborda também sobre as desigualdades e resistências, as dificuldades e estratégias coletivas de enfrentamento, a fim de que o conhecimento sistematizado contribua em outras discussões, estudos, trabalhos, ao aportar subsídios teóricos que instiguem propostas de pesquisa, para assim contribuir nos processos de luta coletiva e visibilidade as ações, com propósito de transformações materiais. Dá-se visibilidade a relação do desemprego e do desalento com a precarização existencial e os impactos na subjetividade e saúde. E por fim, aborda sobre as repercussões da pandemia de

COVID-19 no agravamento dos processos sociais de desigualdade e exclusão no mercado de trabalho, agudizadas em tal cenário de emergência sanitária.

A busca da compreensão do campo científico que nos é pertinente, já trilhado por antecessores e contemporâneos, nos alça a membros de sua comunidade e nos faz ombrear, lado a lado com eles, as questões fundamentais existentes, na atualidade, sobre nossa área de investigação. Ou seja, a teoria não é só o domínio do que vem antes para fundamentar nossos caminhos, mas é também um artefato nosso como investigadores, quando concluímos, ainda que provisoriamente, o desafio de uma pesquisa (MINAYO, 2002, p. 20).

O trabalho conta ainda com as **Considerações Finais** (como totalização provisória, porque histórica), onde são retomadas algumas reflexões sobre o tema em estudo, outras apreensões extraídas da realidade social, da pesquisa em questão, nas mais diversas manifestações apresentadas e por último as **Referências** e os **Apêndices A (Roteiro Norteador da Pesquisa)**, **Apêndice B (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido)**, **Apêndice C (Roteiro de Análise Documental)**. Assim, torna-se primordial colocar em cena esse debate, também como forma de devolutiva à Universidade, ao Programa de Pós-graduação, à sociedade em geral dos resultados da formação acadêmica e social, referente aos conhecimentos sistematizados e discutidos no tocante à precarização no mundo do trabalho, principalmente após a Contrarreforma Trabalhista de 2017 também nas condições de vida, existenciais e no cenário de pandemia, relativas aos profissionais formados em Serviço Social em situação desemprego e desalento no Rio Grande do Sul. Dessa forma, ao sistematizar essas novas sínteses, que são totalizações provisórias da realidade, constrói-se o conhecimento como um processo dialético, dinâmico, em constante movimento, (re) construção. Com o intuito de explanar sobre a aproximação da pesquisadora com o tema principal do estudo, a categoria **Trabalho (e seus desdobramentos)** aborda-se no item posterior sobre o percurso acadêmico e profissional da autora<sup>25</sup>.

---

<sup>25</sup> Considerando que trata-se da minha trajetória pessoal, o texto a seguir é apresentado em primeira pessoa.

### 1.3. MEMORIAL ACADÊMICO-PROFISSIONAL

*Os livros não mudam o mundo,  
os livros 'só' mudam as pessoas  
Pessoas mudam o mundo!  
Minhas 'armas' são os livros!*  
(QUINTANA, 2007); (FREIRE, 1987).  
(adaptado)

Meu nome é Amanda, sou natural de Fortaleza a Terra da Luz, do Sol, capital do Estado do Ceará. Sou estudante trabalhadora desde os 11 anos de idade (por conta da difícil situação financeira). Concluí o ensino médio aos 17 anos em 2003 no turno da noite, na Escola General Eudoro Corrêa, (mais um dos inúmeros militares 'homenageados' em nosso país, com o nome de instituições, ruas, avenidas, etc.). Pela necessidade de precisar continuar trabalhando, adiei temporariamente (em 12 anos) o sonho de ingressar em uma Universidade. Nesse ínterim trabalhei em uma confecção no setor de acabamentos. Em 2003 em uma empresa de *Call Center*, como Técnica em Cobrança, por um período de 2 anos e 4 meses (além dos 11 meses anteriores de 'estágio' que não foram contabilizados na carteira de trabalho). Posteriormente em 2006 em uma outra empresa do mesmo ramo, escritório, como Negociadora Plena, Auxiliar de Supervisão e Auxiliar Administrativa, por um período de 4 anos e 7 meses. Essa empresa foi atingida frontalmente pela crise mundial (com ênfase nos Estados Unidos da América) de 2008-2009, demitindo em massa, pois perdeu papéis e contratos com um Banco brasileiro de ações mistas (público-privado).

Em 2013 mesmo trabalhando sob o regime da CLT e com uma remuneração rasuável à época e muito acima da média de mercado, em uma Concessionária de Caminhões e Ônibus<sup>26</sup>, já como Assistente de RH<sup>27</sup>, (antes: Telefonista; Assistente de Crédito, Cobrança e Cadastro; Assistente de Vendas de Caminhões) por quase 3 anos, percebia as opressões e precarizações no mundo do trabalho. Porém ainda sem compreender seus aspectos centrais,

---

<sup>26</sup> Empresa tradicionalmente burguesa, que passa controle, ações e gestão de geração em geração, com seus/as executivos/as estudando em Massachusetts nos Estados Unidos por exemplo. Em 2014 com a venda das ações de uma das proprietárias por R\$ 31.000,000 para o outro irmão, passou por uma reestruturação produtiva, bem aos moldes do Toyotismo, demitiu em massa e contratou outros trabalhadores com salários bem inferiores, inclusive com polivalência nas funções e automatização. Eu por exemplo fui substituída por uma estagiária, recebendo uma remuneração de apenas R\$ 814,00 menos da metade do que eu ganhava e sem o vínculo empregatício formal.

<sup>27</sup> Recursos Humanos.

estruturais e o que é viver sob a égide do sistema capitalista, que nos oprime de sol a sol todos os dias. Nesse lugar eu trabalhava com pessoas com nível superior de ensino e altos salários, o que me constrangia, pois soava estranho no setor só eu ter o ensino médio, enquanto outras pessoas faziam MBA<sup>28</sup>, outras pós-graduações, me sentia deslocada social e economicamente.

Mediante então à esse cenário em 2014 resolvi voltar a estudar, fazendo cursinho pré-vestibular, por apenas 3 vagas (pois só eram 10) não consegui ingressar na UECE em Fortaleza/CE em Serviço Social. Assim, por esse e outros motivos resolvi que seria em outro Estado, mesmo sendo este tão longe, literalmente do outro lado do país. Entrei na universidade e a partir de 2015 vivi momentos únicos, (alguns bons, outros nem tanto). Nunca tinha saído de casa para tão distante, mais precisamente 4.141 km, o que mudou consideravelmente minha vida pessoal, acadêmica e profissional. Foi inicialmente um grande desafio, um choque cultural, climático, de comportamentos, de valores, uma experiência sem precedentes e até então inimaginável.

Fui na graduação voluntária no Projeto de Extensão em 2015: Psicanálise e Letras, Oficinas Terapêuticas Primeira Edição, ainda voluntária no Projeto de Extensão em 2017: 7º Edição do Festival Pampa Stock: Todos Pelo Rock, também bolsista no Projeto de Pesquisa em 2017: Conselhos De Direitos: Em Análise o Controle Social em Região de Fronteira. Cursei o Estágio curricular obrigatório em 2017/2 e 2018/1 no CRAS<sup>29</sup> Centro de São Borja/RS, fui inclusive bolsista Monitora do Estágio Supervisionado em Serviço Social I (2018 A) no Projeto de Ensino. Participei ainda durante todo esse período (entre graduação e pós) de mais de 100 eventos entre presenciais e *on-line*, como: cursos, palestras, seminários, colóquios, simpósios, bancas, oficinas, encontros, também com publicação em anais, revistas, dentre outros. Todos documentados no Currículo Lattes e com os devidos comprovantes físicos arquivados.

Tive também outros tipos de trabalho, (tanto antes, como depois desses relatados) inclusive intermitentes, sem amparo, nem direitos trabalhistas e previdenciários. Um desses foi entre alguns meses de 2015 e 2016 durante a graduação, em um restaurante no interior do Rio Grande do Sul como Recepcionista, sem nenhum contrato/vínculo empregatício. Trabalhava de 2 à 3 dias por semana, conforme a demanda do estabelecimento, aos finais de semana, de 18h

---

<sup>28</sup> *Master in Business Administration.*

<sup>29</sup> Centro de Referência de Assistência Social.



até às 1:00h aproximadamente. Também vendi café, bolo, pastel durante o período na Universidade e fazia serviços de xerox e impressão. Tenho quase 9 anos de carteira assinada, praticamente 1/3 da minha vida dedicada ao trabalho (formalmente). Isso ‘sem contar’ os trabalhos informais, ‘bicos’, por conta própria e os 6 anos entre graduação e pós-graduação, que são muitas vezes invisibilizados e vistos como não trabalho pela sociedade. Além ainda do trabalho doméstico que não raro é desvalorizado, também não reconhecido e em amplos casos nem sequer remunerado. Fiz ainda alguns cursos profissionalizantes como: Habilidades Técnicas-NITEC<sup>30</sup>; Agente Publicitária e Operadora de Telemarketing-SER V<sup>31</sup>; Informática Avançada e Digitação-PHF<sup>32</sup>, Motivação e Excelência no Atendimento-*Quality* Treinamentos.

Desde o início do curso superior a categoria Trabalho me chamou atenção, pelo sentido e significado que fazia para mim, desde o primeiro semestre na disciplina de Trabalho e Questão Social, me interessei por esse tema enquanto objeto de estudo. Ao decorrer da graduação mediante as discussões em outras disciplinas, tive uma maior aproximação com o debate sobre a precarização laboral e a sua relação com as transformações em curso no mundo do trabalho, desemprego, desalento, com a política, dentre outros, que incidem à toda classe trabalhadora. Nesse sentido o meu Trabalho de Conclusão do Curso se debruçou sobre: A precarização do trabalho de assistentes sociais em situação de desemprego no município de São Borja/RS, com a orientação do professor Dr. Jorge Alexandre da Silva.

Sou Assistente Social pela UNIPAMPA Campus São Borja/RS (DIP 14.516 CRESS CE 3ª Região), atualmente técnica voluntária da ONG<sup>33</sup> Instituto Educa Mais Esporte e agora Mestra em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social da PUCRS, Escola de Humanidades, Pesquisadora convidada do GTEMP<sup>34</sup> vinculado ao NEPES<sup>35</sup> e Integrante do Grupo de Pesquisa: Trabalho e Capital: retrocesso social e avanços possíveis da UFRGS. Fui ainda orientanda da Professora Pós-Dra. Jane Cruz Prates, com essa pesquisa em construção da presente Dissertação, na área pelo qual sou apaixonada que é o mundo do trabalho, que faz meu o coração bater mais forte, o sangue correr nas veias, os

---

<sup>30</sup> Órgão provavelmente extinto, pois não consta nem mais a sigla nas buscas pela *internet* no Ceará.

<sup>31</sup> Secretaria Executiva Regional V.

<sup>32</sup> Professor Hermenegildo Firmeza.

<sup>33</sup> Organização não governamental.

<sup>34</sup> Grupo de Estudos sobre Teoria Marxiana, Ensino e Políticas Públicas.

olhos brilharem! Essa profissão que é luta, coragem e encanta em cada detalhe, os livros e o conhecimento que mudaram substancialmente minha vida! Em suma, nesse percurso de intensos aprendizados, a pesquisa começou a fazer parte da minha vida acadêmica, pessoal e profissional! Profunda Gratidão define essa trajetória!

## 2. CONTRADIÇÕES DO TRABALHO NO CAPITALISMO DEPENDENTE: O CASO BRASILEIRO

*Analisando essa cadeia hereditária  
Quero me livrar dessa situação precária  
Onde o rico fica cada vez mais rico  
E o pobre cada vez mais pobre  
E o motivo todo mundo já conhece  
É que o de cima sobe e o de baixo desce!  
(NONATO; RANGEL, 1999).*

A epígrafe que ora inaugura essa seção, trata-se de um trecho de uma música de Axé<sup>36</sup>, que à primeira vista pode parecer não dispor de elementos que suscitem maiores análises e debates. Contudo à luz do prisma e da perspectiva marxiana, traz (mesmo que brevemente e de uma forma bem humorada, popular), importantes elementos de reflexão imbricados nos itens desse capítulo e da pesquisa em si. Vislumbra-se aspectos da precarização do trabalho, da concentração de riqueza nas mãos de poucos (inclusive frutos de herança e perpetuação de poder), da latente desigualdade econômica e social que assola os trabalhadores. E, por fim da luta de classes que permeia a sociedade capitalista. Abrindo então o leque de discussões que serão feitas no decorrer do estudo a seguir.

Assim o trabalho, principalmente a partir dos séculos XIX e XX, tornou-se categoria relevante na construção da identidade do sujeito enquanto ser social (MARX, 2013). Sendo estruturante também para a constituição da sociedade capitalista, que tem no regime de dominação-exploração da força de trabalho um de seus principais vetores. Ao ser feita a discussão sobre o trabalho, é importante sobretudo, fundamentá-la a partir das contradições que apontam para a “materialização” e negação do trabalho pelo capitalismo, que repercutem em precarização, desemprego e desalento (dentre outros), como aspectos que constituem historicamente a sociabilidade capitalista, na medida em que é medular na relação de compra e venda da força de trabalho.

Dessa forma, os itens desse capítulo se debruçam sobre a ascensão do padrão flexível de gestão e produção do trabalho no capitalismo, frente a crise estrutural dos anos 1970 e o

---

<sup>36</sup> Xibom Bombom, do grupo baiano As Meninas, que era formado por oito mulheres.

declínio dos modelos taylorista e fordista que já não desempenhavam o padrão esperado de acumulação. Discute-se ainda como o neoliberalismo chegou ao país em suas mais diversas facetas, com traços de dependência, subordinação. Também e posteriormente com o neodesenvolvimentismo, suas estratégias, permeadas pelo avanço conservador e impactos aos trabalhadores. Explana e debate sobre o desemprego e o desalento, ao destacar o modo como esses aspectos se configuram e repercutem à classe trabalhadora. E, por fim aborda sobre a Contrarreforma Trabalhista de 2017 e suas principais mudanças, com ‘novas’ formas de precarização no mundo do trabalho, principalmente aquelas que atingem os profissionais formados em Serviço Social. Deste modo, a seção a seguir salienta processos essenciais que mudaram estruturalmente o mundo do trabalho nos séculos XX e XXI.

## 2.1. “ADMIRÁVEL MUNDO NOVO”: CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

*Com a valorização do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens!*  
(MARX, 2004).

Na presente discussão, aborda-se aspectos fundamentais da transição dos modelos de gestão, taylorista e fordista para o toyotismo, em meio ao cenário de crise mundial capitalista, das taxas de lucro e acumulação, que buscava se reestruturar em parâmetros flexíveis. “Um admirável mundo novo”, mas só para a burguesia, onde “[...] nada é orgânico, é tudo programado [...]” (PITTY, 2003, s/p). E, que aquilo que parecia sólido se desmancha no ar e o que parecia ‘sagrado, intocável é profanado’ (MARX; ENGELS, 2005). Conforme Cattani (2002), o taylorismo (com predominância entre o final do século XIX e início do século XX) baseava-se na produção em massa, na separação entre a execução e o planejamento, ancorou-se na segmentação (trabalho fragmentado, tarefas específicas, com controle e obediência; gerência e execução). Ainda com a divisão entre trabalhadores especialistas e os de “chão de fábrica”, tolhendo o processo criativo humano. Contou também com o controle dos movimentos e do tempo do trabalhador, através de cronômetros, de metas, etc. Interferindo diretamente na sua autonomia, capacidade de pensar, perpetuou alienação e divisões nos espaços de trabalho. É um processo de racionalização, organização, divisão do trabalho, o primeiro sistema de produção industrial do capitalismo, a administração científica do trabalho.

O fordismo é um sistema de gestão e produção de trabalho proposto por Henri Ford no início do século 20, e possui algumas semelhanças com o taylorismo, como a separação entre planejamento e execução, e o trabalho fragmentado e simplificado que exige pouca capacitação por parte dos trabalhadores executores. De certo modo, eles perdem suas qualificações, que passam a ser incorporadas à máquina (FERREIRA, 2012, p. 19).

Para Larangeira (2002) o fordismo, especialmente entre 1913 à 1968, além de intensificar os processos do modelo taylorista (em uma combinação entre os dois padrões), teve inclusive o trabalho regulado pelo ritmo da esteira, colocando uma ordem na linha de produção. Fomenta-se ainda na alienação produtiva, onde o trabalhador sabe fazer somente

uma parte do produto, perde-se a noção do todo, em que este torna-se apêndice, parte da máquina, (diferentemente da manufatura em que havia o predomínio do ‘homem’ sobre os instrumentos) em condições estonteantes e mecânicas de trabalho, requer também uma população com poder de compra, um sistema de consumo. Usou ainda como estratégia a diminuição dos preços, ao visar o consumo em massa, o lucro pela quantidade.

Com o padrão fordista, gerou-se a necessidade de um Estado interventor, com a criação de políticas públicas, também de estratégias de negociação com os sindicatos, a fim de possibilitar a classe trabalhadora a compra dos produtos via salário. Castel (1998) salienta que esses dois modelos não se efetivaram plenamente no Brasil, pois os processos de dependência, subordinação e exclusão que resultaram da forte concentração de renda, não viabilizaram a criação de um mercado consumidor em massa, nem uma sociedade salarial generalizada, pois o país não alcançou a condição de quase ou pleno emprego do período keynesiano, em um Estado de bem-estar social propriamente dito.

Iamamoto (2015) reforça que esses modelos enquanto binômio (taylorismo-fordismo) não utilizavam ‘tão somente’ a força de trabalho na fábrica, mas sobretudo se espalhavam e interferiam na reprodução das relações sociais (assim como também o toyotismo posteriormente). Afetou o modo de vida em sociedade, ou seja, se propagava como uma ideologia, uma racionalidade, que organizava tanto a produção material como a vida social. Os mercados se ampliavam, a economia se expandia concomitantemente à processos de desigualdade sociais e econômicas. Segundo Gaspar (1999) no âmago dessas transformações, delineava-se uma crise em curso, ainda a alta dos preços dos produtos, a detonação das dívidas públicas, a ampliação financeira, a queda das taxas de lucro, entre outros. Esse cenário trouxe oscilação e a combinação dos padrões taylorista-fordista culminou em um período de recessão e instabilidade econômica. Nesse cenário de crise tem-se uma mudança geográfica, com a transição do centro de acumulação de capitais para a Alemanha (europa) e Japão (ásia), os Estados Unidos (américa do norte) perde a hegemonia da economia ocidental.

O período de pós-guerra (1945-1973) é marcado por avanços do capitalismo até a grande recessão de 1973, ou seja, as regras de produção, consumo, lucro, mercado já não respondem a acumulação do capital. Frente a esta crise, o capital necessita rapidamente de novas bases de organização no padrão de produção, consumo, lucro para continuar expandindo-se (GUIMARÃES; ROCHA, 2008, p. 24-25).

Conforme Ferreira (2012), a “crise estrutural do capital” (conceito formulado por MÉSZÁROS, 2003) em nível mundial, de superprodução, acumulação e mudança na base produtiva, (da queda tendencial da taxa de lucro) também da crise do petróleo na década de 1970, esgotou esses modelos, que já não davam mais conta de ampliar as taxas de lucro, em meio a retração do consumo. A intensificação do neoliberalismo em âmbito internacional, a lógica de transnacionalização e financeirização capitalista, o desenvolvimento científico e tecnológico metamorfosearam a produção de bens e serviços. A reorganização econômica e política, alicerçada sob o viés neoliberal, torna-se uma grande ofensiva do capitalismo ao trabalho formal, regulado, organizado. Corroborando posteriormente com outras formas de precarização, fomenta o trabalho intermitente, informal, temporário, parcial, terceirizado, subcontratado, pejetizado, remoto, (*home office*), teletrabalho, etc., inclusive ao subordinar direitos trabalhistas, sob forte influência patronal.

A crise do padrão de acumulação taylorista/fordista, que aflorou em fins de 1960 e início de 1970, fez com que o capital desencadeasse um amplo processo de reestruturação produtiva, visando recuperar seu ciclo reprodutivo e, ao mesmo tempo, repor seu projeto de hegemonia, então confrontado pelas forças sociais do trabalho, que, especialmente em 1968, questionaram alguns dos pilares da sociedade do capital e seus mecanismos de controle social. Opondo-se à contra-hegemonia que florescia nas lutas sociais oriundas do trabalho, buscando recuperar seu projeto de dominação societal, o capital deslançou os processos de acumulação flexível, com base nos exemplos da Califórnia, do norte da Itália, da Suécia, da Alemanha, entre tantos outros, com destaque para o Toyotismo (ANTUNES, 2018, p. 154).

Dessa maneira o mundo do trabalho “[...] vem sendo radicalmente reestruturado – e todas as “inovações” levam à precarização das condições de vida da massa dos vendedores de força de trabalho: a ordem do capital é hoje, reconhecidamente, a ordem do desemprego e da “informalidade”” (NETTO, 2012, p. 416). Esse sistema social que passou por grandes metamorfoses ao longo dos séculos conforme abordado na Ilustração 1. Na acumulação primitiva (do século XV à metade do século XVIII, com a transição do feudalismo para o capitalismo, existia geração de valor, mas não ainda o assalariamento) explorava através dos territórios dominados através das navegações (predomínio do mercantilismo). Depois na indústria no chão de fábrica com altos níveis de espoliação e exploração através das longas jornadas de trabalho, em média de 15 à 17 horas por dia (BRAGA, 2008). Posteriormente se espalhou pelos continentes, onde se mundializou, globalizou e concomitante à essa crise transita para o padrão que está sendo abordado na presente discussão, o toyotismo. Ainda

com uma incógnita de como será após essa fase de financeirização (parasitário), de rendimentos, de ‘dinheiro gerando dinheiro’, sem necessariamente a produção de uma nova mercadoria, isto é, sem a contratação de trabalhadores mesmo para serem explorados, em uma contradição não antes vista, repercutindo em desemprego em massa, uma das facetas da ‘destruição criativa’<sup>37</sup> capitalista.

### Ilustração 1 – Mutações no modo de produção



Fonte: (NADAL, 2016), adaptada pela autora.

Tal dinâmica perversa engendra em si um conjunto de condições políticas e econômicas que agudizam ainda mais a desvalorização e superexploração da força de trabalho, o que reverbera na complexificação das expressões da questão social, objeto de trabalho, estudo e intervenção do Serviço Social. Alves (2007) aponta que em meio à todas essas transformações engendra-se o Toyotismo ou *ohnoísmo* (a venda comanda a produção),

<sup>37</sup> “A Destruição Criativa tem dois lados. Se por um lado, há inovação e mais opções para as pessoas consumirem e empreenderem, por outro lado, os indivíduos ou instituições que trabalhavam em determinada área antes da inovação podem ficar temporariamente fora do mercado, nunca voltarem a se integrarem a ele ou nunca mais desfrutarem da prosperidade que tinham antes. Schumpeter (1942) demonstrou com sua teoria que a dor e o ganho do Capitalismo estão intrinsecamente ligados, pois o processo de estabelecimento de novas indústrias varre a ordem que existia antes” (LIMA, 2018, s/p, grifo nosso).



com o propósito de reestruturar a base produtiva, redesenhar a divisão internacional do trabalho, assegurar a liberdade de mercado e ampliar a acumulação de padrão flexível. Em meio ao “[...] processo de racionalização da produção capitalista e de manipulação do trabalho vivo que teve origem com o fordismo-taylorismo” (ALVES, 2007, p. 156). Tem-se a ascensão do modelo japonês em oposição a rigidez aos padrões anteriores, sendo que esse novo processo

[...] impulsionado pela tecnologia de base microeletrônica, pela informática e pela robótica, passa a requerer novas formas de estruturação dos serviços financeiros, inovações comerciais, o que vem gerando e aprofundando uma enorme desigualdade do desenvolvimento entre regiões, setores etc., além de modificar substancialmente as noções de espaço e tempo (IAMAMOTO, 2015, p. 31).

O modelo de gestão e produção de acumulação, produção flexível, denota a expansão do capitalismo de monopólios, financeirização, mundialização, globalização, também de constituição de um capital rentista, portador de juros e títulos, fictício. O capital em movimento que se metamorfoseia. Inclusive em um processo ainda mais aviltante, em que não há necessariamente a produção de novas mercadorias, “[...] pois o capital financeiro passou a dirigir todos os demais empreendimentos do capital, subordinando a esfera produtiva e contaminando todas as suas práticas e os modos de gestão do trabalho” (ANTUNES, 2018, p. 153), repercutindo também em desemprego estrutural. Chega-se em um patamar tão complexo da ordem burguesa, onde o trabalho perde cada vez mais espaço de ser explorado em uma contradição não antes vista, em que pior que o ‘privilégio’ da servidão é a tragédia do desemprego (ANTUNES, 2018).

A produção no toyotismo é por demanda, estoque mínimo, depende assim do desenvolvimento e uso massivo de tecnologia<sup>38</sup>, informática, microeletrônica, substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto (isto é, pessoas por máquinas, capital constante), a “liofilização organizacional”<sup>39</sup> (CASTILLO, 1996). Acarreta em desemprego em massa, com

---

<sup>38</sup> Que “[...] são práticas sociomateriais que comunicam modos de existência a partir dos valores contidos em suas arquiteturas e estão inseridas tanto nas interações cotidianas quanto no modo de produção capitalista. Em sentido marxiano, só há valor nas tecnologias como mercadorias por causa da materialização (ou objetivação) do trabalho humano abstrato em sua produção” (GROHMANN, 220, p. 93).

<sup>39</sup> Para Antunes (2005, p. 50) “[...] é basicamente caracterizado pela redução do trabalho vivo e a ampliação do trabalho morto, pela substituição crescente de parcelas de trabalhadores manuais pelo maquinário tecnocientífico, pela ampliação da exploração da dimensão subjetiva do trabalho, pela sua dimensão intelectual no interior das plantas produtivas, além de pela ampliação generalizada dos novos trabalhadores precarizados e terceirizados da “era da empresa enxuta.””

o uso mais expressivo de máquinas, com a robotização, a automação “[...] por conta da nova forma de produção de capital – a maquinofatura – instaurou-se uma nova dimensão da precarização do trabalho como precarização existencial [...]” (ALVES, 2013, p. 247). A polissemia do trabalho em sua nova morfologia, por essas mutações que sofreu e vem sofrendo através dos anos (ANTUNES, 2008a).

O resultado parece evidente: intensificam-se as formas de extração de trabalho, ampliam-se as terceirizações, a noção de tempo e de espaço também são metamorfoseadas e tudo isso muda muito o modo do capital produzir as mercadorias, sejam elas materiais ou imateriais, corpóreas ou simbólicas. Onde havia uma empresa concentrada pode-se substituí-la por várias pequenas unidades interligadas pela rede, com número muito mais reduzido de trabalhadores e produzindo muitas vezes mais. As repercussões no plano organizativo, valorativo, subjetivo e ideológico-político são por demais evidentes. O trabalho estável torna-se, então, (quase) virtual. Estamos vivenciando, portanto, a erosão do trabalho contratado e regulamentado, dominante no século XX, e vendo sua substituição pelas diversas formas de “empreendedorismo”, “cooperativismo”, “trabalho voluntário”, etc, [...] (ANTUNES, 2008b, p. 7).

Segundo Ferreira (2008) esse padrão vai ao encontro do aumento das taxas de lucro e acumulação, reduz custos operacionais, bem como o incremento da qualidade, rapidez e produtividade enxuta, (menos trabalhadores, desemprego massivo). Ancora-se fortemente na descentralização (terceirização), onde as peças são fabricadas em vários lugares, (ilhas de produção) em uma agudização da alienação produtiva e no sistema *just in time*<sup>40</sup>. É ainda uma resposta ao Estado intervencionista, inclusive com desregulamentação dos mercados, “[...] neste século XXI, as empresas “flexíveis” vêm impondo velozmente sua trípole destrutiva sobre o trabalho. É por isso que terceirização, informalidade e flexibilidade se tornaram partes inseparáveis do léxico de empresa corporativa” (ANTUNES, 2020, p. 318-324). Nesse processo de reestruturação do capitalismo acontecem modificações nas condições de gestão social e técnica da organização do trabalho e essas mudanças no mundo do trabalho também acentuaram a tecnificação e a potencialização da força produtiva.

---

<sup>40</sup> De acordo com Ferreira (2008, p. 30) consiste como “[...] o aproveitamento máximo do tempo de produção, com a adoção do sistema *kanban*, placas ou senhas de comando que visam à reposição mínima de peças e de estoque; a fábrica/empresa horizontaliza o processo produtivo e transfere a terceiros o que antes era produzido no seu interior; através dos círculos de qualidade, há uma nova apropriação do saber fazer intelectual do trabalho pelo capital, o que era desprezado nas formas de gestão taylorista e fordista.”

O trabalhador é obrigado a se adequar às novas exigências da produção de mais-valia. Tanto a flexibilização do trabalho quanto do trabalhador, é comandada por um novo padrão de racionalidade do processo de reprodução ampliada do capital, lançado em escala global (FERREIRA, 2012, p. 24).

Apropria-se do saber intelectual do trabalhador, interfere na “captura”<sup>41</sup> de sua subjetividade, na intensificação dos processos de alienação. Exige-se cada vez mais qualificação, especialização, polivalência (execução de várias tarefas, não acompanhado necessariamente do aumento do salário), ainda ser criativo, ter iniciativa, ser ‘proativo’, (se antever aos problemas). Reforça-se a ideologia do capital humano<sup>42</sup>, inclusive também para profissionais formados em Serviço Social. No Brasil, principalmente nos anos 1990, “[...] o Estado neoliberal em processo de reestruturação produtiva, “[...] reorganizou o trabalho público nas últimas décadas sob a ótica dos métodos de gestão toyotista acoplado às novas tecnologias informacionais” (ALVES, 2015, p. 2). Priorizou a política econômica em detrimento da área social, como um “*Robin Hood* às avessas”, que tira dos pobres para entregar aos ricos. Um estado “Minimax”, mínimo para a classe trabalhadora e máximo, forte para os interesses do mercado (SALVADOR, 2010). Esse modelo de gestão e produção que

expressa a forma particular de expansão do capitalismo monopolista do Japão no Pós-45, cujos traços principais são: produção flexível, existência de grupos ou equipes de trabalho utilizando-se crescentemente da microeletrônica e da produção informatizada. A produção é bastante heterogênea, os estoques são reduzidos e há forte processo de terceirização e precarização do trabalho (ANTUNES, 1999, p. 19).

---

<sup>41</sup> “É importante destacar que, ao dizermos “captura” da subjetividade, colocamos “captura” entre aspas para salientar o caráter problemático da operação de captura, ou seja, a captura não ocorre, de fato, como o termo poderia supor. Estamos lidando com uma operação de produção de consentimento ou unidade orgânica entre pensamento e ação que não se desenvolve de modo perene, sem resistências e lutas cotidianas. Enfim, o processo de “captura” da subjetividade do trabalho vivo é um processo intrinsecamente contraditório e densamente complexo, que articula mecanismos de coerção/consentimento e de manipulação não apenas no local de trabalho, por meio da administração pelo olhar, mas nas instâncias socioreprodutivas, com a pletera de valores-fetichismo e emulação pelo medo que mobiliza as instâncias da pré-consciência/inconsciência do psiquismo humano” (ALVES, 2011, p. 114).

<sup>42</sup> Para Becker (1994) refere-se ao conjunto de capacidades produtivas que uma pessoa adquire, devido ao acúmulo de conhecimentos, informações, que reverberam no sistema econômico, como por exemplo com o aumento da produtividade, dos lucros, também pela resolutividade de problemas. Sinteticamente trata-se do investimento educacional que a pessoa faz em si mesmo, porém com foco na constituição de mão-de-obra mais qualificada para o mercado e não para ela própria se desenvolver em integralidade, como na perspectiva freiriana de aprender para além do capital. Confere a pessoa a responsabilidade pela sua condição econômico social.

Essas mutações reverberam na destruição de postos de trabalho, na informalidade, no subemprego, na subcontratação, na flexibilização, isto é, em uma maior precarização em diversos níveis no mundo do trabalho. Marx (2013) já alertava para a manutenção de um exército industrial de reserva<sup>43</sup> (super população relativa), população sobrando sem emprego, (se ‘não quer, tem quem queira’) ao precarizar ainda mais as relações sociais no mercado de trabalho e as próprias condições de vida, como uma das estratégias de perpetuação e ampliação do capitalismo. As conquistas históricas da classe trabalhadora, os direitos começam a ser questionados, perdem base, legitimidade, como aqueles dizimados através da Contrarreforma Trabalhista de 2017. Tais processos históricos, mudam a produção e reprodução das relações capitalistas, ao encontro de novas formas de uma maior acumulação, frente aos cenários de crise do próprio sistema. No acirramento da luta de classes, aprofundam-se ainda mais os antagonismos, dentre eles a desvalorização e a superexploração da força de trabalho. Além da precarização, verifica-se a autorresponsabilização dos sujeitos em criarem no seu âmbito particular, formas de trabalhar, como o autoempendedorismo que é em realidade a própria informalidade (“empreendedor, empresário de si mesmo” (DARDOT; LAVAL, 2016)), um conto de farsas, com por exemplo a *uberização*<sup>44</sup>, a pejotização, dentre outros, a concreta negação do trabalho pelo capitalismo

trata-se de uma clara tentativa de transferir riscos e responsabilidades aos mais fracos, fazendo o trabalhador assumir a sua empregabilidade, por meio de formação profissional, requalificação, etc., Estado e empresas até podem destinar alguns recursos para tais cursos, importantes, mas absolutamente incapazes de gerar mais postos de trabalho. Uma contribuição, digamos, para o “salve-se quem puder” (MATTOSO, 1999, p. 20).

---

<sup>43</sup> “Quanto maiores forem a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e o vigor de seu crescimento e, portanto, também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior será o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível se desenvolve pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva acompanha, pois, o aumento das potências da riqueza. Mas quanto maior for esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto maior será a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do martírio de seu trabalho. Por fim, quanto maior forem as camadas lazentas da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior será o pauperismo oficial” (MARX, 2013, p. 875).

<sup>44</sup> De acordo com Abílio (2020) trata-se de um processo com transformações tecno políticas em curso há décadas no mundo do trabalho, (principalmente desde 2009 à nível mundial e desde 2014 no Brasil). Sendo catalisadas, exacerbadas no atual cenário de pandemia, afim de dispersar ainda mais a classe trabalhadora, ao fomentar mais individualização, fragmentação. Também aumenta a extração de mais valia por não ter vínculo empregatício formal com o trabalhador. Exaure mais direitos, pois usa o Estado burguês através das contrarreformas, transfere custos, riscos aos trabalhadores, incertezas de remuneração e carga horária. Isso que não se estende ‘somente’ à entregadores e motoristas, mas à outras profissões que já estão com seus serviços sendo oferecidos através da plataformação, programas (*softwares*), aplicativos, inteligência artificial. Tem-se o autogerenciamento subordinado do trabalho com vistas de centralização do controle, mapeamento e gerenciamento algorítmico.

Nessa perspectiva, a empregabilidade e a qualificação são atribuídas como majoritariamente responsabilidade das pessoas, o que nem assim garante a (re) inserção no mercado de trabalho. Dos “[...] discursos falaciosos que destacam e romantizam os benefícios de se trabalhar por conta própria, organizando os próprios horários de trabalho – Liberdade que oprime” (VASCONCELOS, 2020, p. 72). O desemprego estrutural (principalmente a partir da década de 1970 em nível internacional inicialmente) é parte constituinte da precarização no mundo do trabalho, que se caracteriza “[...] quando há um desequilíbrio entre a oferta e a procura de competências de trabalho, sendo que esse desequilíbrio pode ocorrer de forma mais pontual ou generalizada, dependendo das dinâmicas econômicas do contexto” (POLON, 2016, s/p). Perfaz-se essa seção apresentando-a em linhas gerais, em seus elementos fundamentais, ao apontar seus principais rebatimentos no campo da vida social, no mundo do trabalho. Impregnados ainda pela fragilização sindical, da luta, consciência e resistência coletivas, frente à ampliação das desigualdades, a fim de trazer subsídios para a seção a seguir, que trata sobre a entrada e o avanço neoliberal no país

## 2.2 RESCALDO DOS ESCOMBROS: NEOLIBERALISMO, NEODESENVOLVIMENTISMO E REPERCUSSÕES À CLASSE TRABALHADORA NO BRASIL

*O neoliberalismo é a oficialização do crime social!*  
(MONTENEGRO, 2019).

A presente seção aborda aspectos fundamentais sobre o ditame neoliberal como modelo econômico e político na realidade brasileira. Antunes (2007) evidencia que há um processo em curso em nível mundial que alastra a precarização do trabalho e, os profissionais formados em Serviço Social, como camada social do proletariado não estão livres desses processos, assim como em geral toda a classe trabalhadora. Sendo o desemprego estrutural até então a sua forma mais agressiva, como parte dos escombros, da fragilização imposta pelo capitalismo ao mundo do trabalho, com a destruição de direitos via Estado. Para Dardot; Laval (2016, p. 71) “[...] a crise do liberalismo teve como sintoma um reformismo social cada vez mais pronunciado a partir do século XIX [...]” então o neoliberalismo emerge como uma forma de buscar responder as crises do liberalismo, isto é, “[...] uma tentativa de entrar essa orientação às políticas redistributivas, assistenciais, planificadoras, reguladoras e protecionistas [...]” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 71). Para Harvey (2011, p. 16) o neoliberalismo consiste num

[...] projeto de classe que surgiu na crise dos anos 1970. Mascarada por muita retórica sobre liberdade individual, autonomia, responsabilidade pessoal e as virtudes da privatização, livre-mercado e livre-comércio, legitimou políticas draconianas destinadas a restaurar e consolidar o poder da classe capitalista.

No Brasil após a redemocratização, depois de 21 anos de Ditadura Militar (1964-1985), com a adesão ao receituário neoliberal (através do Consenso de Washington de 1989, com seus dez preceitos<sup>45</sup>), o cenário de crise estrutural capitalista (que chegou posteriormente ao país, na década de 1990) preconizou um conjunto de contrarreformas, barrando os avanços sociais há

---

<sup>45</sup> Conforme Williamson (2004) esses ditames consistem: 1. Disciplina fiscal; 2. Reordenamento das prioridades de despesas públicas, com redução do tamanho do Estado; 3. Reforma fiscal e tributária; 4. Liberalização das taxas de juros (a liberalização financeira); 5. Taxa de câmbio de mercado competitivo; 6. Liberalização do comércio; 7. Liberalização de investimentos estrangeiros diretos, reduzindo o protecionismo; 8. Privatização das estatais; 9. Desregulamentação leis econômicas e trabalhistas; 10. Direito à propriedade intelectual.

pouco formalizados, instituídos pela Carta Magna, a Constituição Federal de 1988. O trabalho como direito social e constitucional, dentre vários outros, como a própria Seguridade Social, vão cada vez mais perdendo atenção do Estado e se transformando em mercadoria. Assim, constituíram-se profundas mudanças nas condições de trabalho no Brasil, mais diretamente nas formas de contratação da força de trabalho e no controle do “exército industrial de reserva” (MARX, 2013). Atinge também os profissionais formados em Serviço Social, visto sua condição de trabalhadores

[...] o neoliberalismo produz relações sociais, modos de vida e subjetividades que agem ativamente nos espaços de liberdade do indivíduo, sendo criada uma racionalidade que estrutura tanto a ação dos governantes como a conduta dos governados, de modo que estes passem a conformarem-se, por si mesmos, a certas normas (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 17).

Para Keller (2019) a implementação do neoliberalismo no Brasil, se deu de forma diferente de como foi adotada nos países de economia dita desenvolvida, porém mantendo suas características centrais. Fomenta a intensificação do individualismo, da concorrência, da meritocracia, que ao encontro da formação socioeconômica, cultural e histórica brasileira, tem a materialidade dos direitos sociais sempre ocorrendo de forma residual (mínima, focalizada, assistencialista). O neoliberalismo reforça as desigualdades sociais já existentes e corrobora com a complexificação e surgimento de outras, como a Nova Razão do Mundo (DARDOT; LAVAL, 2016). Conforme Iamamoto (2007) essa particularidade na formação da cidadania brasileira, ancora-se em relações de dependência, favor, subalternidade, o que reverbera na diminuição, desqualificação dos espaços públicos e expansão dos espaços privados, onde o Estado é instrumento da classe dominante, como o “comitê executivo dos interesses da burguesia” (MARX; ENGELS, 2005), isto é, a classe política - em sua expressiva maioria - está à serviço do “Deus” mercado.

O discurso neoliberal adotado no país atribuiu-se como ‘moderno’, porém mesclando com o que “[...] há de mais conservador e atrasado na sociedade brasileira: fazer do interesse privado a medida de todas as coisas, obstruindo a esfera pública e a dimensão ética da vida social pela recusa das responsabilidades e obrigações sociais do Estado” (IAMAMOTO, 2007, p. 142). O neoliberalismo que se caracteriza também como a

desmedida da desterritorialização, como pressão do ciclo curto da temporalidade da acumulação financeirizada sobre a superfície do globo, ou como expressão do condicionamento político do capital sobre as forças produtivas ampliadas no quadro intensificado da divisão internacional do trabalho, fruto da expansão das fronteiras do capitalismo mundial ligadas ao momento pós-guerra fria. Além disso é necessário cruzar essa dimensão espacial na dupla lógica do capital — financeira do tipo imaterial e material do novo imperialismo — com a visão do neoliberalismo como contrarreforma permanente, bem como sua história política enquanto efeito da luta de classes (BOCAYUVA, 2020, p. 103).

Para Antunes (2005) o impulso inicial do neoliberalismo no Brasil se deu no governo Collor do PRN<sup>46</sup> (Planos Collor I, II e Plano Marcílio) a partir de 1990. De acordo com Keller (2019, p. 55) para atender o ideário neoliberal a produção nacional submeteu-se aos grandes monopólios externos, “[...] alinhados ao projeto de Modernização dos países de “Terceiro Mundo”, penalizaram de forma brutal os trabalhadores e favoreceram o sucateamento de parcelas do capital industrial nacional.” Com os escândalos de corrupção, confisco da poupança dos correntistas e a insatisfação do rearranjo no bloco de poder no parlamento, instaurou-se um processo de *impeachment*<sup>47</sup> do presidente, que renunciou ao mandato.

Mediante tal cenário político, assume o vice Itamar Franco do PMDB<sup>48</sup>. Antunes (2005) ainda assevera que esse governo foi marcado por um dualismo congênito, contraditório, ao mesmo passo que aceitava e dava continuidade ao projeto “modernizador” iniciado na fase Collor, gerou também uma expectativa de mudanças mais alinhadas à “esquerda”, ao encontro de buscar “solucionar” a miséria, dentre outras desigualdades. Porém sem mexer no padrão em curso de acumulação capitalista e no avanço do neoliberalismo, isto é, ficou no caráter de “mudanças rasas, superficiais”, frente as necessidades e demandas da classe trabalhadora.

[...] a privatização gera uma dualidade discriminatória entre os que podem e os que não podem pagar pelos serviços, no mesmo passo em que propicia um nicho lucrativo para o capital, em especial para segmentos do capital nacional que perderam espaço com a abertura comercial. [...] na verdade, a privatização no campo das políticas sociais públicas compõe um movimento de transferências patrimoniais, além de expressar o processo mais profundo de supercapitalização (BEHRING; BOSCHETTI, 2010, p. 159-160).

---

<sup>46</sup> Partido da Reconstrução Nacional.

<sup>47</sup> Para mais informações acessar: BEZERRA, Juliana. **Impeachment de Collor**. Disponível em: <<https://cutt.ly/yhjSeRB>>, acesso em: 01 dez. 2020.

<sup>48</sup> Partido do Movimento Democrático Brasileiro.



Segundo Keller (2019) nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) do PSDB<sup>49</sup>, de 1995 à 2002 houve a consolidação da hegemonia neoliberal no Brasil, com a ‘Reforma’ do Aparelho do Estado, direcionada por Bresser-Pereira no Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE). Foram muitas mudanças com as contrarreformas, que encaminharam o país para um Estado mínimo no social, ao mesmo passo que na esfera econômica ocorria a liberalização comercial, a terceirização (que já se desenhava desde 1993 com a Súmula 331 do TST<sup>50</sup>) nos setores públicos, uma avassaladora onda de privatizações de órgãos públicos, (mais de 100 empresas estatais, a privatária tucana, lesa pátria) vendendo “à preço de banana” o patrimônio nacional, (como uma das medidas do ‘receituário’) nos setores de energia, telecomunicações, estradas, previdência, etc. Além ainda de corrupção, de desvios de dinheiro público, do não retorno concreto, real à sociedade dos recursos ‘apurados’ nessa modalidade de “venda” de estatais, com a piora na prestação e nos preços dos serviços, também com crimes ambientais, como em Brumadinho e Mariana em Minas Gerais, dentre outros, com a venda da Vale do Rio Doce, por exemplo. Conforme Behring; Boschetti, (2010) além de gerar uma cisão entre os que podem ou não pagar pelos serviços (o direito *versus* a mercadoria), também dilapida o patrimônio nacional em favor dos interesses de mercado.

Os direitos sociais, e não apenas os pertencentes ao tripé da seguridade social, deixaram de ser ofertados pela primazia do Estado, passando o mercado a ser o agente basilar para obtenção do seu acesso. No que diz respeito às respostas dadas pelo Estado para as demandas da classe trabalhadora, a tônica do período foi a oferta de direitos como valores de troca, como produtos trocáveis tais quais qualquer outra mercadoria, negando e bloqueando o valor de uso, pela primazia do consumo caso dado trabalhador ou trabalhadora não tenha condições de comprá-lo (KELLER, 2019, p. 63).

Para Antunes (2018, p. 118) “foi a partir de 1990, com a vitória do neoliberalismo no Brasil, que se intensificou o processo de reestruturação produtiva capitalista, levando empresas a adotar novos padrões tecnológicos, novas formas de organização social do trabalho [...]”. Em

---

<sup>49</sup> Partido da Social Democracia Brasileira.

<sup>50</sup> Que “[...] exerceu grande impacto no âmbito da Administração Pública brasileira ao estabelecer diretrizes para a terceirização no serviço público. De um lado, ela igualou “... a disciplina das empresas estatais à das entidades da administração pública central, admitindo como lícitas as contratações de serviços de limpeza e outras atividades de apoio (manutenção, portaria, telefonia etc.)”. Além disso, afastou a exigência de realização de concurso público para as respectivas funções de apoio. Por fim, reconheceu explicitamente que a ilicitude da terceirização no serviço público não enseja o reconhecimento de vínculo de emprego, em razão da previsão constitucional de prévio concurso público” (DELGADO; VIANA; AMORIM, 2010, s/p, grifo nosso).

uma simbiose entre elementos herdados do fordismo e novos elementos da acumulação, produção flexível. As diretrizes do Consenso de Washington de 1989 espalharam-se ainda mais nesses dois mandatos, nos quais a economia de mercado se alinhou ao receituário em busca do tão almejado “desenvolvimento.”

[...] as transformações geradas pela nova divisão internacional do trabalho foram de grande intensidade, já que partiram de uma dinâmica interna, característica dos países de industrialização dependente, fundada na superexploração da força de trabalho. A imposição de baixos salários, associados a ritmos de produção intensificados e jornadas de trabalho prolongadas (ANTUNES; PRAUN, 2015, p. 409).

Antunes (2005) aponta ainda que já no primeiro governo de FHC além das privatizações, houve o aumento expressivo do desemprego, visto que a desregulamentação do trabalho e dos direitos concernentes a este, como a previdência por exemplo. Alinharam-se à flexibilização produtiva, favoreceram os grandes capitais e precarizaram ainda mais a vida dos trabalhadores, dando continuidade à política antiestatal, abertura ao capital internacional (multinacionais) submetendo-se ainda mais aos imperativos do FMI<sup>51</sup>. Keller (2019) evidencia que a subserviência, subordinação do Brasil ao neoliberalismo internacional repercutiu no aumento da famigerada “dívida pública” (com prioridade ao seu pagamento, ao invés de auditoria real, como prevê a Constituição, no Artigo 26, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias), em detrimento da alocação de recursos para a diminuição das desigualdades, também para as políticas sociais, atendimento dos interesses da classe trabalhadora. Em síntese,

[...] as ações do ex-presidente intensificaram severamente as desigualdades sociais historicamente constituídas no país, a partir do ajuste fiscal, da redução do Estado no âmbito dos direitos sociais, da privatização maciça e da desregulamentação das legislações sociais. As *contrarreformas* [...] levadas à cabo pelos governos de Fernando Henrique Cardoso contribuíram para o aparente declínio do modelo neoliberal e eleição posterior de governos ditos de esquerda no país (KELLER, 2019, p. 57-58).

Conforme a autora a chegada do PT<sup>52</sup> ao poder na presidência com Lula e Dilma, de 2003 à 2016, (como ilustra a Foto 1, não significou a construção de uma outra sociabilidade para além do capital). Mas mexeu com algumas peças do jogo político e econômico, o que

---

<sup>51</sup> Fundo Monetário Internacional.

<sup>52</sup> Partido dos Trabalhadores.

incomodou a burguesia e tornava-se recessivo para o capitalismo progressivamente. “A ideia de que o governo de coalizão petista implantaria um projeto que modificasse radicalmente a relação entre Estado, mercado e a classe trabalhadora não vingou do modo esperado pelos segmentos à esquerda” (KELLER, 2019, p. 77). Mas cabe ressaltar que os governos populares, mesmo à frente do executivo naquele período histórico, estavam imersos (assim como toda a sociedade) na luta de classes, sob a égide, domínio do capitalismo. Em movimentos por vezes contra hegemônicos, à passos ‘lentos, graduais, passo à frente, passo atrás’, pois “[...] ‘os homens’ fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram” (MARX, 2011, p. 25, grifo nosso). Ou seja, as pessoas, (mesmo os governantes) não fazem a história necessariamente como querem, mas como podem, conseguem, por condições que estão postas, (muitas vezes de difícil resolução) por uma série de elementos alheios a simples vontade, também à condições concretas, reais.

Tem-se nesse decurso no país, a ascensão do modelo neodesenvolvimentista que para Júnior (2018, p. 106) significa “[...] o desenvolvimentismo da época do capitalismo neoliberal [...]” sendo assim uma proposta de retomada do “desenvolvimento” em países da América do Sul em meio à crise engendrada pelo crescimento do desemprego, pauperização e concentração de renda nas mãos de poucos dos períodos de FHC.

**Foto 1 – Dilma e Lula: caminhos à ‘esquerda’, progressista**



Fonte: (VIOLIN, 2014), adaptada pela autora.

De acordo com Alves (2014) o neodesenvolvimentismo não apresentou um rompimento com o neoliberalismo (sendo uma de suas estratégias, inclusive). Tinha uma pretensa conciliação, consenso entre as classes, com o ‘apassivamento’ dos trabalhadores. Apresentou ainda uma dualidade<sup>53</sup>: ao passo que garantiu o desenvolvimento capitalista, ao encontro de um outro patamar de acumulação de capital, aumento das taxas de lucro, mais valia, tendo como figura o Estado, também este tem o papel de redistribuir minimamente a “riqueza socialmente produzida”, através da transferência de renda (como com o Bolsa Família, o Fome Zero, com o cartão-alimentação por exemplo, dentre outros), a fim de viabilizar o consumo, o acesso à bens e serviços. Para assim balizar suportes mínimos de existência, sobrevivência, reprodução aos trabalhadores mais pauperizados, em meio à luta de classes. Em contrapartida, a inclusão via consumo em outras camadas da classe trabalhadora (não acompanhadas de um sólido trabalho de ‘base’, processos de consciência, reformas estruturais), fomenta sentimentos de meritocracia. A população em geral, não vislumbra determinados acessos como frutos das políticas públicas (planos, programas, projetos, benefícios) de um determinado tipo de governo, (como da esquerda, progressistas por exemplo com o REUNI<sup>54</sup>, o Luz para Todos, o Fome Zero, o PROUNI<sup>55</sup>, dentre outros<sup>56</sup>) mas de conquistas só pessoais, sem levar em conta a estrutura de

---

<sup>53</sup> Expressa na Carta ao povo brasileiro pelo então candidato à presidência pelo PT, com um discurso menos “radical” e se mostrando mais moderado, progressista, conciliador, com vistas de acalmar o mercado. Para leitura na íntegra acessar: ABRAMO, Fundação Perseu. **Carta ao povo brasileiro**. Luiz Inácio Lula da Silva - São Paulo, 22 de junho de 2002. Disponível em: <<https://cutt.ly/uhzOQKO>>, acesso em: 01 dez. 2020.

<sup>54</sup> Política pública do governo Lula, do qual fui diretamente contemplada com a criação da UNIPAMPA em 2006, (com 10 *campis* na metade sul do Estado) com uma vaga em uma universidade pública, depois de mais de 10 anos sem conseguir ingressar, apesar de todas as contradições, críticas e limites do programa. Segundo Campos; Carvalho ([201?]) inspirado no Movimento Universidade Nova, da Universidade Federal da Bahia (UFB), que almejava além de reformas curriculares, também criação de cursos experimentais e interdisciplinares em nível superior. Fruto de embates desde os governos FHC, tendo à frente Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN). Foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 2007, (que sendo Lei ficaria atrelada ao Estado e não só ao mandato) “[...] constituiu-se na expansão da democratização do acesso ao ensino superior, aumentando expressivamente o contingente de estudantes de camadas sociais de menor renda na universidade pública [...] foram criadas dez novas universidades, totalizando 63 Ifes, consolidação e implantação de 115 *campi* universitários e a expansão de cursos (53%), vagas (70%) e matrículas (66%), até 2012” (CAMPOS; CARVALHO, [201?], p. 5-6). “As universidades públicas e os institutos federais, antes basicamente centralizados nas capitais dos estados, foram levados para todo o interior do país. Foram *criadas* 18 novas universidades federais e 173 *campus* universitários. No total, a população universitária quase triplicou, saltando de 3 milhões em 2003 para 8 milhões em 2016. Os institutos federais também tiveram uma grande expansão durante os governos do PT: foram implantadas mais de 360 unidades por todo o país” (INSTITUTO LULA, 2018, s/p, grifo nosso).

<sup>55</sup> Programa Universidade para Todos.

<sup>56</sup> Governo Lula: Bolsa atleta, Água para todos, Bolsa Família (antes Bolsa Escola), Programa Nacional de Acesso à Alimentação, Bolsa Estiagem, Programa Brasil Alfabetizado, Minha casa minha vida, Projovem, Tarifa Social de Energia Elétrica, Brasil Sorridente. Governo Dilma: Bolsa Verde, Brasil Carinhoso, Luz para Todos, Mais Médicos, Pronatec, Sisu, Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, Programa Cisternas, etc. (LOPES, 2018).

sociedade que vive, que possibilita mais ou menos oportunidades, à depender de quem estar no poder.

[...] o projeto político do PT e sua política de alianças esboçavam nítida prioridade em ampliar sua base eleitoral com claro objetivo de disputar eleições com capacidade de se consolidar como alternativa real de poder. Os fins passaram a dar a linha política e ideológica do Partido dos Trabalhadores. Nos seus dois governos, a busca sempre foi “democratizar o capital”; como se isto fosse possível. Nesse sentido, não é possível negar que após a eleição de Lula, em 2002, os principais interesses de diversas frações da burguesia brasileira ficaram preservados com o “capitalismo reformado” de seu governo. Os governos petistas sempre se acomodaram aos limites da “democracia burguesa”, a mesma que colocou Lula na cadeia na primeira oportunidade, na primeira conjuntura política e econômica desfavoráveis e de fragilidade para o governo petista, com objetivo de retomar o poder central por meio de mais um Golpe de Estado (COUTINHO, 2019, s/p).

Também para Antunes (2018) essa “mediação via Estado” não alcança mudanças estruturais no alicerce da ordem capitalista vigente no país, com avanços e recuos, a luta de classes. Nos períodos petistas não se alterou a essência da política econômica neoliberal, não mexeu em seus pilares centrais, na reforma agrária, urbana, na taxaço de grandes fortunas, dentre outros. Ampliou-se o superávit primário, a remuneração dos bancos e dos capitais, combinando com a incorporação de mais de 20 milhões de trabalhadores no mercado de trabalho e com altas taxas de crescimento, diferente daquelas dos governos FHC. Keller (2019) pontua que o neodesenvolvimentismo se fortaleceu principalmente no segundo mandato de Lula, de 2007 à 2010. Havia uma forte expectativa de que fosse criado um projeto nacional de desenvolvimento, que articulasse simultaneamente os propósitos do mercado à uma agenda também pautada no social, algo extremamente complexo. Dentro dos limites do sistema capitalista, o neodesenvolvimentismo conseguiu promover “mudanças” incipientes nas relações entre as classes sociais antagônicas.

Verifica-se que os pilares da economia de mercado foram mantidos nos governos Lula e Dilma, mesmo com uma maior distribuição de renda, assim como avanços nas políticas sociais, na defesa e implementação dos direitos sociais, em um caráter social progressista ainda tímido. Então nesses dois governos neodesenvolvimentistas “[...] foi proposto um modelo de desenvolvimento que alinhasse crescimento econômico com menor desigualdade, com base no resgate do papel do Estado, demandando maior eficiência de suas instituições e mudando estrategicamente sua relação com o mercado” (KELLER, 2019, p. 70).

Conforme Amorim (2017) tem-se outra importante crise capitalista, (Banco Lehman Brothers e do setor imobiliário norte-americano) em 2007-2008, em âmbito global, que se espalhou como um efeito dominó a outros países capitalistas, inclusive o Brasil. Seus efeitos mais imediatos para Lima; Deus (2013, p. 53) se deram no campo das exportações brasileiras que “[...] foram fortemente afetadas a partir de 2008 e os setores de construção civil, automóveis, agricultura, de móveis e eletrodomésticos sentiram a queda da produção e diminuição acentuada de suas vendas”, com a vertiginosa queda nos preços das *commodities*<sup>57</sup> (matéria-prima, produtos de base, um dos aspectos da dependência econômica, a desindustrialização, o não beneficiamento no país) no mercado externo. Afetou o PIB<sup>58</sup> do país que estava em alta.

Lima; Deus (2013) referem ainda que a economia brasileira encontrava-se em um cenário de pico, com o aumento do consumo com 21,5%, nas taxas de investimento com e 44,8%, do aumento das exportações, bens e serviços. Com essa crise houve então a queda nas vendas, (entre 2004 e 2008). A falta de dinheiro para empréstimos pelos bancos, (restrição de crédito) variação cambial do dólar, inflação, baixa e alta dos juros trouxeram desestabilização da economia no Brasil que estava em ascensão, em um ciclo de liquidez internacional. Todo esse processo trouxe um quadro de forte recessão, desemprego e falência de várias empresas. Para Keller (2019) o neodesenvolvimentismo no Brasil é parte de conluio do próprio capitalismo e se constitui em uma etapa avançada do neoliberalismo alicerçado e desenvolvido nos governos de FHC que

[...] não pretendeu, de modo algum, o rompimento com a ordem capitalista vigente. Pelo contrário, ao que parece, nenhuma plataforma política na história recente do Brasil desenvolveu o capitalismo com um viés “social” de forma tão acurada como os governos Lula e Dilma. A complexidade na apreensão do fenômeno e as maiores divergências de análise se situam, pontualmente, no fato de o neodesenvolvimentismo ter conseguido avançar em alguns aspectos concernentes aos direitos sociais sem, contudo, ferir a ordem do capital. Isso porque não houve reforma tributária, ou tributação de grandes fortunas, sendo mantidas as mesmas estruturas que geram e distribuem riqueza de forma desigual. (KELLER, 2019, p. 76-77-78).

---

<sup>57</sup> Os principais são: 1- Soja, 2- Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus, 3- Minério de ferro e seus concentrados, 4- Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos, 5- Carne bovina fresca, refrigerada ou congelada, 6- Celulose, 7- Carnes de aves e suas miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas, 8- Farelos de soja e outros alimentos para animais (excluídos cereais não moídos), farinhas de carnes e outros animais, 9- Demais produtos – Indústria da Transformação e 10- Açúcares e melaços, sendo a China o país que mais importa do Brasil (BUENO, 2020).

<sup>58</sup> Produto Interno Bruto.

A retração na economia nacional e as taxas de desemprego só não foram ainda mais expressivas como em outros países, por conta das medidas que o governo Lula adotou com relevância a “[...] expansão da liquidez, políticas macroeconômicas expansionistas e controle do câmbio” (LIMA; DEUS, 2013, p. 58). Por exemplo com o aumento real do salário mínimo, que continuava a possibilitar o ‘acesso’ via consumo, viabilizando o poder de compra da população em geral. Os efeitos desses atos se deram a partir de 2008-2009, com a economia se recuperando de maneira “relativamente rápida” frente ao cenário mundial de retração, onde o PAC<sup>59</sup> também teve um importante papel com o aumento do investimento público em obras de infraestrutura e em ações sociais (SINGER, 2009).

Entre 2006 e 2012, o campo neodesenvolvimentista reinou, enquanto o campo neoliberal ortodoxo permaneceu na defensiva. A partir de 2011, com o prolongamento da crise do capitalismo internacional e também em decorrência de medidas políticas internas, o crescimento econômico brasileiro entrou em declínio. No início de 2013, o capital internacional e a fração da burguesia a ele integrada iniciaram uma ofensiva política contra o governo Dilma. Devemos denominá-la de uma ofensiva restauradora, porque seu objetivo era restaurar a hegemonia do neoliberalismo puro e duro. Essas forças viram no declínio do crescimento econômico a oportunidade de lutar contra as medidas de radicalização do neodesenvolvimentismo tomadas pela *presidenta* Dilma – redução inusitada da taxa básica de juros, novas medidas protecionistas e depreciação cambial, entre outras (JÚNIOR, 2016, p. 28, grifo nosso).

Esse período de turbulência econômica, trouxe também desgastes políticos que culminaram dentre outros fatores, com o esgotamento do neodesenvolvimentismo permeando já o primeiro governo Dilma. Ainda com o avanço reacionário, conservador, da extrema direita (não somente, mas ‘explicitamente’ de 2013 em diante). Antes mesmo do início de seu segundo mandato em 2015, delineava-se uma forte oposição em meio ao velho jogo político de interesses, conchavos, ‘o toma lá, dá cá’, que afetou sua governabilidade (aprovação de reformas). Dilma perdeu importantes bases de apoio e diálogos com grupos políticos, (como com o centrão fisiológico por exemplo, que é um espectro de direita, que vota de acordo com seus interesses, de caráter oportunista, ‘dançam conforme a música’ para permanecerem no poder). Aécio Neves (PSDB) antecipou em seu primeiro discurso<sup>60</sup> 3 dias após perder a eleição,

---

<sup>59</sup> Programa de Aceleração do Crescimento.

<sup>60</sup> Para acessar a exposição completa: GÓIS, Tiago. **Leia a íntegra do discurso de Aécio na volta ao Senado**. Disponível em: <<https://cutt.ly/7gEeMpd>>, acesso em: 04 out. 2020.

ainda em 2014, inclusive chegou a sugerir conforme Perón; Venceslau (2015) que a presidenta não chegaria a terminar o seu mandato. Este modelo político que “[...] carrega consigo a contradição que marca o seu processo político desde a gênese: uma pretensa “aliança de classes”, cuja repercussão se estendia à esfera político parlamentar, de modo a imprimir governabilidade ao executivo federal” (KELLER, 2019, p. 76).

Nesse cenário constituía-se a “crise fabricada” de 2015-2016 nos termos de Fattorelli (2020b) que derrubou o PIB que estava em uma média de crescimento de 4% ao ano até 2013, (inclusive com um acúmulo de um *Superavit* primário em cerca de R\$ 1 trilhão de reais). Em 2014 o PIB ficou estagnado em 0,50%, em 2015 e 2016 caiu quase 7% (somados) desde então ficou em torno de 1% ao ano. Ancorada ainda na Política Monetária do Banco Central que elevou a taxa SELIC<sup>61</sup> de 7,25% em 2013 (que já estava alta) para 14,25% em 2015, sendo um falso controle inflacionário, como mesmo apontam os próprios balanços do Banco Central. Para a autora o que faz subir a inflação são os Preços Administrados, que se referem ao aumento da energia, da telefonia, dos planos de saúde, dos combustíveis, do gás de cozinha, principalmente na alta nos preços dos alimentos, (dentre outros). Erros e incongruências na política econômica e agrícola que privilegiam a agricultura de exportação, ao invés de dar prioridade à agricultura familiar e a soberania alimentar (como também se observa nesse período de pandemia, a volta da forte inflação<sup>62</sup>, com a alta no arroz, do óleo, da carne, etc.)

Para Fattorelli (2020b) concomitantemente ao aumento na taxa de juros, tem-se também a elevação no volume das Operações Compromissadas que aumentou para R\$ 1 trilhão a partir de janeiro de 2016, com a remuneração de sobra de caixa dos bancos pelo Banco Central em até mais 20% do PIB. Algo que não acontece com essa proporção em outros países do mundo e o IGP<sup>63</sup> ainda foi negativo. Esse processo ao contrário aumenta a ‘dívida pública’, pois com isso é necessário emitir mais títulos, (até em excesso) sendo usados como ‘justificativa’ da remuneração aos bancos. Repercute em escassez de moeda, pois o dinheiro fica preso, esterilizado no Banco Central, rendendo juros só para os bancos, ao invés de estar disponível, circulando na economia. Sendo ainda um procedimento ilegal, que o Banco Central está

---

<sup>61</sup> Sistema Especial de Liquidação e Custódia.

<sup>62</sup> Mais informações e a lista completa dos 50 produtos que subiram com a inflação de 2020 acessar: NAIME, Laura; SILVEIRA, Daniel, Silveira. **Alta dos alimentos no ano é a maior desde 2002**; veja itens que mais subiram. Disponível em: <<https://cutt.ly/dhUGoFP>>, acesso em: 11 dez. 2020.

<sup>63</sup> Índice Geral de Preços.



tentando legalizar desde 2017. A falta de moeda resulta no aumento das taxas de juros de mercado, que é a principal causa de quebra de empresas, o custo elevado do dinheiro. Soma-se a esses elementos o excesso de operações de *swap cambial*<sup>64</sup> que causaram prejuízo de quase R\$ 120 bilhões de reais ao país.

Fattorelli (2020b) aponta ainda que nesse período de extensiva crise econômica, os bancos tiveram lucros recordes de quase R\$ 100 bilhões de reais e o déficit do país transformado em ‘dívida pública’. A recessão passou a ser usada como falso argumento para a Desoneração ao Financiamento da Seguridade Social, a aprovação da Emenda Constitucional 95/2016, da Emenda Constitucional 93/20 (aumento da DRU<sup>65</sup> para 30%), das Contrarreformas Trabalhista, da Previdência e Administrativa (PEC 32/20)<sup>66</sup>, o Plano Mais Brasil<sup>67</sup> ‘para banqueiros’, as privatizações, dentre outros. A processualidade desses e de outros fenômenos culminaram posteriormente com o desencadeamento da derrocada da Presidenta Dilma, em meio à ofensiva neoliberal e avanço ultraconservador. Assim

[...] o desafio do neodesenvolvimentismo consiste, portanto, em conciliar os aspectos “positivos” do neoliberalismo — compromisso incondicional com a estabilidade da moeda, austeridade fiscal, busca de competitividade internacional, ausência de qualquer tipo de discriminação contra o capital internacional — com os aspectos “positivos” do velho desenvolvimentismo — comprometimento com o crescimento econômico, industrialização, papel regulador do Estado, sensibilidade social (JÚNIOR, 2012, p. 679).

Em meio à crise econômica e política, retomou-se fortemente o modelo econômico neoliberal, inclusive emergindo na sociedade a politização de pautas moralmente conservadoras. “Ainda que tenha havido avanços na “redução da pobreza”, preservaram, da

---

<sup>64</sup> Para Sá; Cândido (2015) trata-se sinteticamente do Banco Central pagar a variação cambial entre instituições financeiras que firmam entre si esse tipo de contrato. É uma operação financeira que vislumbra possibilidades do Real se desvalorizar frente ao Dólar, especulação, uma operação de risco.

<sup>65</sup> Desvinculação de Receitas da União.

<sup>66</sup> Para melhor entendimento da devastação, destruição do Estado brasileiro e do serviço público que essa PEC visa causar acessar: FATTORELLI, Maria Lúcia. **Carta aberta questiona reforma administrativa (PEC 32/2020)**. Disponível em: <https://cutt.ly/ukxcBvA>, acesso em: 05 fev. 2021.

<sup>67</sup> De acordo com Fattorelli (2020a, s/p) “[...] recentemente apresentado por Bolsonaro ao Senado, é um pacote que contém três Propostas de Emenda à Constituição: PEC 186, 187 e 188, de 2019, que visam restringir ainda mais os Direitos Sociais e fazer com que sobre mais recursos para os privilegiados gastos com a chamada dívida pública, que nunca foi auditada como manda a Constituição de 1988. Por isso, esse pacote deveria se chamar Plano Mais Brasil para Banqueiros.” Significa o governo direcionar ainda mais recursos para o pagamento de juros da ‘dívida pública’, beneficiando banqueiros e rentistas, com uma maior apropriação do fundo público.

herança neoliberal, aspectos que caracterizaram regressões nos direitos dos trabalhadores, precarização do serviço público e agravamento no padrão de concentração de renda” (KELLER, 2019, p. 78). Em suma, o projeto neodesenvolvimentista em meio a um “reformismo insuficiente” não conseguiu alavancar mudanças efetivas, estruturais nos marcos do neoliberalismo (pois não rompe com suas bases, apesar de alguns avanços para a classe trabalhadora). É ainda visto pelas elites como uma ameaça ao seu poder, autoritarismo, conservadorismo, em meio ao capitalismo dependente. Conclui-se a seguinte seção trazendo subsídios para a discussão do cenário de negação e não materialização do trabalho pelo capitalismo, em um de seus aspectos primordiais o desemprego e o desalento no país.

### 2.3. DESPOSSUÍDOS: O DESEMPREGO E O DESALENTO NA REALIDADE BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

*Salário é pouco, não dá pra nada, desempregado também não dá e desse jeito a vida segue sem melhorar!*  
(SILVA, 2007).

A presente seção do estudo versa sobre um dos elementos centrais para o desenvolvimento do capitalismo: o desemprego e o desalento, que recaem sobre a classe trabalhadora em meio as crises capitalistas. Na lógica liberal de que “se a economia cresce, os lucros são meus, entretanto, quando há uma crise, a queda é de todos. Os lucros são privados, mas as perdas devem ser socializadas” (FRESU, 2020, p. 51). Isso acontece principalmente aos trabalhadores que são os que mais sofrem com seus rebatimentos, moralização e ainda com a apropriação privada da riqueza, da produção coletiva, social. Trata-se assim, daqueles que vivenciam as agruras do sistema capitalista em suas diversas variações, por serem despossuídos tanto dos meios de produção (também do poder econômico e político), como do acesso à emprego e renda (o direito negado). “O interesse privado converte a esfera em que uma pessoa topa com ele de maneira hostil na esfera vital dessa pessoa” (MARX, 2017, p. 91).

O trabalho como direito social (BRASIL, 1988) previsto no sexto artigo da Constituição Federal, vem sendo cada vez mais atacado, desconstituído, assim como as conquistas expressas no sétimo artigo, que visam à trabalhadores rurais e urbanos, uma melhor condição social. O IBGE é um dos principais órgãos de pesquisa<sup>68</sup> no país e realiza estudos sobre emprego e desemprego, com a PNAD Contínua<sup>69</sup>, a partir de 2011-2012 (antes era a PME<sup>70</sup> encerrada oficialmente em 2016) e conforme o instituto, os principais conceitos abordados nas suas pesquisas e análises são:

---

<sup>68</sup> Por conta da descontinuidade dos estudos e limitação geográfica das pesquisas impostas ao DIEESE que nesse ano de 2020 por exemplo só analisará o Distrito Federal, na seara do emprego e desemprego (desocupação), visto o corte de recursos e desfinanciamentos (DIEESE, 2020, s/p). O presente trabalho optou por usar os dados fornecidos mais diretamente pelo IBGE, dentre outras fontes.

<sup>69</sup> Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

<sup>70</sup> Pesquisa Mensal de Emprego de 1980 à 2016 tendo a metodologia atualizada.

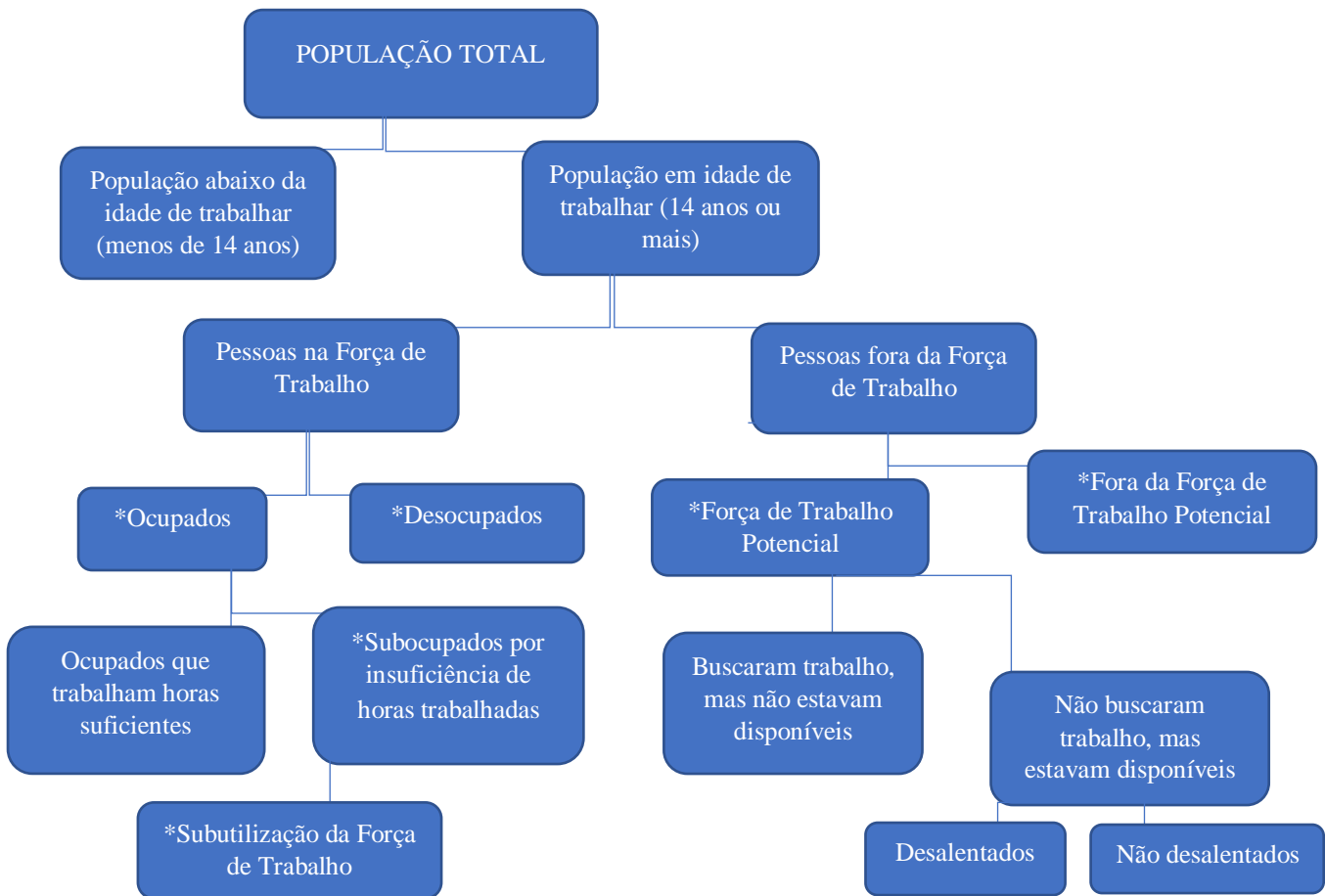
**Quadro 4 – Conceitos utilizados pelo IBGE para definição de trabalhadores ocupados/desocupados**

<b>População Economicamente Ativa (PEA)</b>	<b>Pessoas Ocupadas (Empregadas)</b>	<b>Pessoas Desocupadas (Desempregadas)</b>	<b>Pessoas não Economicamente Ativas</b>	<b>População em Idade Ativa (PIA)</b>
É o potencial de mão de obra com que pode contar o setor produtivo, isto é, as pessoas ocupadas e as pessoas desocupadas.	São aquelas que, na semana anterior à consulta, trabalharam pelo menos uma hora, ou tinham trabalho (estavam em férias ou em licença-saúde). Podem ter exercido trabalho com ou sem remuneração. São subclassificadas como Empregadas, Empregadores, Por conta própria, Não remuneradas.	São aquelas que não tinham trabalho, num período de 30 dias anteriores à consulta, mas estavam dispostas a trabalhar, e, para isso, tomaram alguma providência efetiva (consultando pessoas, jornais, etc.).	São aquelas não classificadas como ocupadas ou desocupadas.	Compreende as pessoas economicamente ativas e as pessoas não economicamente ativas.

Fonte: (IBGE, 2002, p. 7-8), adaptado pela autora.

Para o IBGE (2020a) o desemprego (desocupação) refere-se a pessoas acima de 14 anos de idade que não estão trabalhando, mas estão disponíveis para o mercado e tentam encontrar trabalho. Para alguém ser considerado desempregado, não basta ‘apenas’ não possuir um emprego, mas ser por exemplo: um estudante que dedica seu tempo “somente” aos estudos ou uma ‘dona de casa’ que não trabalha fora de sua residência (na reprodução social, o trabalho doméstico). Já o perfil da população em desemprego por desalento, caracteriza-se de acordo com o IBGE (2018) principalmente por um dos seguintes fatores: pessoas que não conseguem emprego por não terem ainda experiência, serem muito jovens ou muito idosas, não encontrarem emprego em sua própria localidade, ainda por fechamento de seu posto de trabalho ou desistiu de procurar emprego por mais de 30 dias. Salienta-se que o desalento se expressa sobretudo nos seguintes públicos: jovens, idosos, (como já apontado) mulheres, população de cor preta ou parda e principalmente pessoas de escolaridade menor. O IBGE (2020a) divide da seguinte forma a população total do país entre as pessoas que tem idade ou não para trabalhar, isto é, com menos e mais de 14 anos, para assim balizar suas pesquisas sobre trabalho e rendimento.

**Figura 1 – Situação laboral da população brasileira**



Fonte: (IBGE, 2020, s/p) adaptada pela autora.

Na perspectiva do IBGE (2020a, s/p) de acordo com a Figura 1 e ainda na seara de emprego e desemprego, existem importantes conceitos a serem elencados: **Ocupados**: trata-se de empregados do setor privado ou público, estatutários ou com a carteira de trabalho assinada, trabalhadores por conta própria, trabalhadores domésticos, empregadores e trabalhadores auxiliares. **Desocupados**: pessoas que não estão trabalhando, desempregados, à procura de emprego, trabalho. **Subocupados**: pessoas que trabalham em uma jornada de trabalho semanal de menos de 40 horas, mas que estão disponíveis para trabalhar mais. **Força de Trabalho Potencial**: trabalhadores que não estão na força de trabalho, mas que tem potencial para serem ‘integradas’ ao mercado de trabalho. **Fora da força de Trabalho Potencial**: ‘donas de casa’, aposentados, adolescentes em idade escolar e pessoas que não tenham condições ou interesse em trabalhar. **Subutilização da força de trabalho**: abrange os desocupados, aqueles na força de trabalho potencial e os subocupados por insuficiência de horas semanais. Com ‘exceção’ dos ocupados tais trabalhadores constituem

[...] quase um terço da força humana disponível para o trabalho, em escala global, ou se encontra exercendo trabalhos parciais, precários, temporários, ou já vivenciava a barbárie do desemprego. Mais de um bilhão de homens e mulheres padecem as vicissitudes do trabalho precarizado, instável, temporário, terceirizado, quase virtual, dos quais centenas de milhões têm seu cotidiano moldado pelo desemprego estrutural (ANTUNES, 2007, p. 13).

Fernando Henrique Cardoso assumiu a presidência em 1995, conforme Christo (2013) com uma taxa de desemprego de 4,6% ao ano (média a.a). Em 1998 essa taxa sobe para 7,6%, sendo um aumento de 60% na desocupação nesse período. No segundo mandato teve uma pequena queda na taxa ficando em 7,1%, (equivalendo à aproximadamente 11% para o governo Lula) terminando esse período com um crescimento de mais de 50% no nível de desocupação em 2002. Com a atualização na metodologia<sup>71</sup> utilizada pelo IBGE, Lula assume seu primeiro mandato em 2003 com uma taxa de desemprego de 12,3%, terminando o ano com 5,6%. Foram criados mais de 15 milhões de empregos no Brasil nesse período, inclusive entre os anos de 2008 e 2009 durante a crise mundial e estadunidense. Segundo IBGE (2010) em dezembro do mesmo ano, último mês do governo Lula, a taxa de desemprego estava em 5,3%, a menor registrada desde 2002, com o nível de ocupação estimado em 53,2%.

De acordo com Rodrigues (2016) no primeiro mandato do governo Dilma, as taxas de desemprego ao ano foram em: 2011 de 6%, em 2012 de 5,5%, em 2013 de 5,4% e em 2014 de 4,8%, com números em queda. Já no segundo mandato em 2015 Naime; Caoli (2016) assinalam que a taxa anual de desemprego aumentou substancialmente para 8,5% em um período de crise econômica que se desenhava desde 2013-2014 (com o 'boom' em 2015-2016). No último ano de governo em 2016 até abril, segundo IBGE (2017) a taxa de desemprego chegou a 11,2% com 11,9 milhões de pessoas desempregadas. Observa-se que mesmo com essas oscilações nas

---

<sup>71</sup> De acordo com Christo (2013, p. 13) “os principais objetivos da atualização incluíram a redefinição dos temas abordados pela pesquisa, a adequação às recomendações mais recentes da OIT e a obtenção de maior detalhamento das características do trabalho e das formas de inserção dos trabalhadores no mercado produtivo. Essas mudanças possibilitaram o fornecimento de informações mais adequadas sobre o mercado de trabalho, favorecendo a formulação e o acompanhamento dos resultados de políticas públicas sobre o emprego. As principais mudanças na metodologia da pesquisa foram: a) Expansão do conceito de população em idade ativa (PIA): a PIA agora abrange todas as pessoas com dez anos ou mais de idade (na antiga metodologia considerava apenas aquelas com idade mínima de quinze anos); b) Redefinição do conceito de população ocupada com trabalho não remunerado: anteriormente, a pesquisa definia um limite mínimo de quinze horas semanais trabalhadas, ao passo que agora o limite é de uma hora de trabalho na semana de referência; c) Redefinição dos critérios de classificação dos indivíduos como desocupados: a antiga metodologia incluía nessa categoria os indivíduos que procuraram trabalho na semana de referência, enquanto a nova metodologia alongou esse período para trinta dias e incluiu como critério a disponibilidade do indivíduo para assumir um posto de trabalho na semana da pesquisa; d) Distribuição dos indivíduos ocupados em quatro categorias: empregados, trabalhadores por conta própria, empregadores e pessoas que trabalharam sem remuneração em ajuda a membros da unidade familiar. Tal classificação permitiu identificar a maneira como a mão de obra é distribuída nos diferentes tipos de ocupação”.

taxas de desemprego, que em alguns anos nos governos petistas, os números alcançaram patamares apontados por Reis (2018) como de pleno emprego, que são índices de 3 a 6%. O que se difere dentre outros aspectos, dos governos de direita como de FHC e no pós-golpe com Temer e Bolsonaro.

[...] um número crescente de trabalhadores fica desempregado e passa a ter dificuldades para entrar no mercado de trabalho. Hoje em dia, o trabalhador – tanto da indústria quanto do comércio e de serviços – é cada vez mais *um trabalhador em busca de trabalho* e cada vez mais sujeito a entradas e saídas cíclicas do mercado de trabalho. O novo perfil da classe trabalhadora é o de exclusões cíclicas cada vez mais demoradas, mais espaçadas, do mercado de trabalho (MARTINS, 2002, p. 29).

Em maio de 2016 tem-se inicialmente o governo interino de Michel Temer (então PMDB), após o afastamento da presidenta Dilma, agravando o cenário de retração (afetando também outras áreas da economia). Melim (2018, s/p) refere que “a taxa média anual de desemprego no Brasil subiu de 11,5% para 12,7% entre 2016 e 2017”, o número médio de desempregados passou de 6,7 milhões em 2014 para 13,2 milhões em 2017. Só de 2016 para 2017, foram perdidos 3,3 milhões de postos de trabalho sob o regime da CLT<sup>72</sup>. A autora ainda aponta que “a pesquisa reforça o que se vê nas ruas: o número de trabalhadores informais, ou por conta própria, aumentou em 1,1 milhão de pessoas (4,8%) em 2017, em comparação ao mesmo período de 2016”, abrindo ainda mais espaço para precarização, terceirização, subocupação, etc. Segundo IBGE (2020b, s/p) a taxa anual foi de 12,3% no último ano do governo Temer e sob a égide inicial da Contrarreforma Trabalhista de 2017.

Referente ao primeiro ano do governo Bolsonaro IBGE (2020b) indica que a taxa anual foi de 11,9%, com um contingente de 12,6 milhões de pessoas desocupadas. Na comparação com o menor ponto da série, quando atingiu 6,8 milhões em 2014, a população desempregada quase dobrou, cresceu 87,7% nos últimos cinco anos. Novamente a informalidade aumentou ao atingir 41,1% da população ocupada, cerca de 38,4 milhões de pessoas, o maior quantitativo desde 2016. O número de trabalhadores por conta própria alcançou 24,2 milhões de pessoas e sem CNPJ<sup>73</sup>. Ressalta-se ainda a população subutilizada na força de trabalho, que chegou a 27,6 milhões de pessoas, o maior da série (iniciada em 2012) e 79,3% acima do menor patamar (15,4 milhões), apurado em 2014. Martello (2020) menciona ainda que em 2019 16,5% das vagas

---

<sup>72</sup> Consolidação das Leis do Trabalho, Decreto-Lei 5.452/43.

<sup>73</sup> Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

criadas no país foram em trabalhos intermitentes<sup>74</sup> ou em tempo parcial, com 87.716 mil contratações.

[...] mesmo sem evidências de arrefecimento da pandemia, as corporações globais apresentam o receituário para a saída da crise, verdadeiro obituário para a classe trabalhadora: mais flexibilização, mais informalidade, mais intermitência, mais terceirização, mais *home office*, mais teletrabalho, mais EAD<sup>75</sup>, mais algoritmos “comandando” as atividades humanas, visando a convertê-las (em todos os setores e ramos em que for possível) em um novo apêndice autômato de uma nova máquina digital que, embora possa parecer neutral, serve aos desígnios inconfessáveis da autocracia do capital (ANTUNES, 2020, p. 428-433).

Conforme a PNAD Contínua divulgada em 26/02/2021 IBGE (2021) a taxa de desocupação no último mês do segundo ano de governo Bolsonaro (dezembro 2020), subiu para 13,9%, cresceu 3% referente ao trimestre de outubro à dezembro de 2019 (11%). A taxa média anual aumentou de 11,9%, em 2019, para 13,5%, em 2020, batendo um novo recorde negativo na série histórica, o maior número desde 2012. A população ocupada 86,2 milhões de trabalhadores, caiu 8,9% frente ao mesmo período de 2019 (último trimestre de 2020). A população desocupada, 13,9 milhões de pessoas, cresceu 19,7% (isto é, 2,3 milhões de pessoas a mais em desemprego) em comparação com o mesmo trimestre de 2019 (11,6 milhões de trabalhadores). No trimestre de outubro à dezembro de 2020, havia 32 milhões de pessoas subutilizadas, referente ao mesmo período de 2019, houve um aumento de 22,5% (mais 5,9% de trabalhadores nessa situação). A taxa média de subutilização nesse mesmo período ficou em 28,1%, crescimento de 3,9% em relação à 2019, 24,2%. O contingente de pessoas desalentadas de outubro à dezembro de 2020, foi estimada em 11,3 milhões de trabalhadores, na média anual esse número chegou em 11,5 milhões de pessoas, com uma alta de 43,5% em comparação a 2019.

Tais índices expressam além do devastador impacto causado pela pandemia no mercado de trabalho (para além da tragédia humana com 252.835 mil mortos – número esse que pode

---

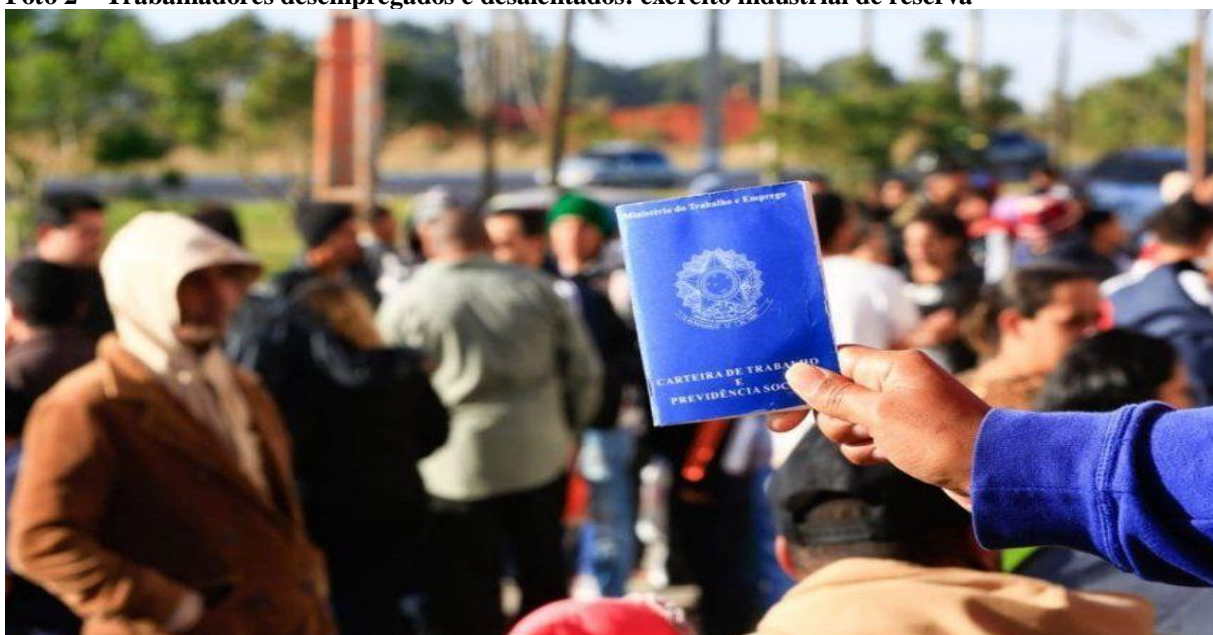
<sup>74</sup> “A alteração legal é justificada com o argumento de que pode gerar novos postos de trabalho. A questão é justamente que tipo de vínculo seria criado, pois da forma como previsto, se aplicado sem a necessária contaminação pelas normas e princípios que orientam e justificam o Direito do Trabalho, exigiria dos empregados que mantivessem pelo menos quatro ou cinco vínculos, para que pudessem ter alguma previsibilidade de remuneração (e contribuição previdenciária) suficiente para sua subsistência física. Então, o que aparentemente é apontado como uma vantagem, concretamente apresenta-se como a mágica da multiplicação dos postos de trabalho sem aumentar, de fato, o número de empregados, podendo até, ao contrário, provocar maior desemprego, no sentido da eliminação dos empregos efetivos, que se substituiriam por esses precários” (SEVERO; MAIOR, 2017, p. 69).

<sup>75</sup> Ensino à Distância.



estar subnotificado inclusive – segundo BRASIL (2020c) até 26/02/2021, com uma população estimada de 210.147.125 mil habitantes), também medidas que se mostram até o momento insuficientes para arrefecer os efeitos econômicos. Para Neves, Oliveira, Pauli (2020) destacam-se duas delas, as Medidas Provisórias nº 927 (de 22 de março de 2020) e nº 936 (de 1º de abril de 2020), ainda com o pagamento do BEm<sup>76</sup>, com valor equivalente ao seguro desemprego, ‘direcionadas’ aos trabalhadores em situação de emprego formal, com carteira assinada. As principais disposições foram: ‘facilitar’ o trabalho remoto, em casa (*home-office*) contribuindo para o isolamento social, porém na contramão reforçam a individualização, as negociações individuais entre patrões e empregados (já impulsionadas pela Contrarreforma Trabalhista de 2017). Permitiram ainda a redução proporcional de jornadas e salários, suspensão temporária do contrato de trabalho, retirada de comissões, medidas essas que não diminuiram consideravelmente as demissões (desemprego, desocupação), que reverberam em pessoas fora do mercado de trabalho formal, como estas representadas na Foto 2. Em suma, referente a Taxa média anual de desemprego por período, destaca-se o governo Lula que ficou em 5,3%, (até dezembro 2002). Os demais governos ficaram em taxas maiores como FHC com 11% (dezembro 2002), Dilma com 11,2% (abril 2016), Temer (12,3% dezembro 2018) e Bolsonaro 13,5% (dezembro 2020), a maior da série histórica que iniciou em 2012, conforme (Melim (2018); IBGE (2020b); Lúcio, (2021) (compilado adaptado pela autora).

**Foto 2 – Trabalhadores desempregados e desalentados: exército industrial de reserva**



Fonte: (SILVEIRA; NAIME; IBGE, 2019), adaptada pela autora.

<sup>76</sup> Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda.

O desemprego que é ainda visto como pior flagelo no mundo do trabalho, se confronta com outras adversidades tão expressivas quanto. No Brasil a Contrarreforma Trabalhista de 2017 tem papel fundamental tanto nos processos de precarização, como do não acesso ao mundo do trabalho. Altera substancialmente o que se entende por trabalho digno, retira direitos, traz desproteção, ao visar atender interesses particulares, de grandes corporações e do mercado financeiro. “A intensificação e a racionalização acabam por se converter em engrenagens do aumento da exploração do trabalho, que se apropria do valor criado pelo trabalhador e o descarta quando sua produtividade já não acompanha o ritmo de produção” (ANTUNES, 2018, p. 127). Reverbera na concretude diária em pessoas descartáveis para o sistema, que busca incessantemente de várias formas diminuir os “coágulos de trabalho vivo” dia após dia. O trabalho cada vez se converte em não valor, um desvalor, em uma exacerbação e radicalização do desemprego em massa (ANTUNES, 2018). Não se trata de “[...] dispensar absolutamente o trabalho vivo, mas torná-lo efetivamente subalterno ao arcabouço tecnológico do capital, produto histórico da força social de produção do capital social total” (ALVES, [201?], p. 16).

Nesse cenário de grande inovação científica (tecno-informacional-digital, de algoritmos) torna-se mais expressivo na pandemia o trabalho remoto, em casa (*home-office*). Com o controle à distância e direto pelos empregadores através de programas (*softwares*), aplicativos, sistemas que monitoram a realização de atividades, jornada, intervalos e até tempo logado, é a superexploração tecnológica do trabalho. Encerra-se a presente seção trazendo elementos para a discussão a seguir que aborda sobre os impactos da contrarreforma trabalhista de 2017 à classe trabalhadora, também aqueles com formação em Serviço Social.

## 2.4. O PATO DE TRÓIA: CONTRARREFORMA TRABALHISTA DE 2017, PRECARIZAÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO E AS CONSEQUÊNCIAS LABORAIS AOS TRABALHADORES

*PELO CRIVO DA HISTÓRIA  
REACIONÁRIOS,  
GOLPISTAS E  
FASCISTAS  
NÃO PASSARÃO!  
TEMER JAMAIS!  
(DIAS, 2021).*

Observa-se inicialmente na concreticidade cotidiana, que a Contrarreforma Trabalhista de 2017 (dentre outras), assolam direitos, prejudicam e dificultam a vida da classe trabalhadora, aprofundam processos de desigualdade, inclusive com a falsa promessa de geração de postos de trabalho. Bem ao contrário do que seria realmente uma Reforma, como algo ao encontro dos interesses e demandas dos trabalhadores, ao melhorar substancialmente suas condições de vida.

Ilustração 2 – O Pato de Tróia



Fonte: (BARALDI, 2017).

Dessa forma então, tal analogia entre a Ilustração 2 o Pato<sup>77</sup> da FIESP<sup>78</sup> de 2015 e o cavalo de Tróia grego<sup>79</sup> é extremamente atual, em meio a luta de classes e o acirramento das contradições. Uma parte da população é cooptada, ludibriada, com forte influência das mídias sociais, da imprensa, o quarto poder<sup>80</sup>, em uma falsificação burguesa das reivindicações dos trabalhadores. Como se as demandas da classe trabalhadora pudessem ser as mesmas dos interesses da ‘elite’ econômica, ao negar desse modo o antagonismo e a luta de classes, um falacioso “bloco harmônico”. Antes disso, as “jornadas, rebeliões de 2013” (ANTUNES, 2018) por exemplo, que inicialmente eram de grupos de pautas da esquerda, progressistas, como o Movimento pelo Passe Livre, dentre outros<sup>81</sup> foram deturpadas, apropriadas pela direita, como pelo MBL<sup>82</sup>, o VemPraRua.net<sup>83</sup> (os verde e amarelo). Promovendo “manifestações de rua” que

---

<sup>77</sup> De acordo com Lemos (2018) foi o símbolo usado pela “elite do atraso brasileira” (SOUZA, 2017) na campanha: Não vou pagar o pato, ‘inicialmente como sendo protestos’ contra a carga tributária no país, mas que foi usado mesmo em ‘manifestações’ contra o governo Dilma, a favor do golpe e de encontro à democracia.

<sup>78</sup> Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

<sup>79</sup> “Na epopeia Odisseia, escrita no final do século VIII a.C., Homero narra a acidentada viagem de Ulisses de volta para a casa após a guerra de Tróia, cujo evento marcante de definidor da vitória dos gregos sobre os troianos foi justamente a astúcia de conseguir enganar pela aparência. Na narrativa em versos de Homero a esse respeito, Ulisses teve a ideia de construir um gigantesco cavalo para presentear os troianos (donde a expressão “presente de grego”), como aparente gesto de rendição de guerra, mas que, na verdade, franqueou o acesso do inimigo ao interior das insuperáveis muralhas de Tróia. A partir de então, a vitória da poderosa Grécia foi inevitável, já que o ponto mais forte dos troianos era sua capacidade de resistência facilitada pela localização aliada aos enormes muros erguidos ao redor da cidade” (RAMOS, 2017, p. 148).

<sup>80</sup> Que “[...] surgiu a partir de meados do século 19 como recurso no meio de sociedades democráticas: um órgão responsável por fiscalizar os abusos dos três poderes originais (Legislativo, Executivo e Judiciário). Esse poder, representado pela imprensa, - *também as outras mídias sociais*- teria como dever denunciar violações dos direitos nos regimes democráticos – o que ocasionalmente não acontece – nos quais as leis são votadas “democraticamente” e os governos são eleitos pelo sufrágio universal. O quarto poder hoje é orientado por um feixe de grupos econômicos e financeiros planetários e de empresas globais. A revolução midiática agrupa uma imprensa centralizadora e por vezes totalitária, imprensa que já possui autonomia e autoridade e controla o fazer jornalístico, cinematográfico, editorial, como um tentáculo sem fim” (NETTO, 2013, s/p, grifo nosso).

<sup>81</sup> Também o “Não vai ter Copa”, ainda o “[...] Fórum Popular de Saúde do Estado de São Paulo, articulação que reúne diversos coletivos em defesa das melhorias na saúde pública; o Coletivo Autônomo dos Trabalhadores Sociais, que reúne, principalmente, assistentes sociais que atuam em São Paulo; o Periferia Ativa, fundado por comunidades da zona sul e da região metropolitana da capital paulista; e o Comitê Contra o Genocídio da População Preta, Pobre e Periférica, que combate a violência da polícia e dos grupos de extermínio ligados a ela que atuam nas periferias” (BARROS, s/p, 2014).

<sup>82</sup> Movimento Brasil Livre.

<sup>83</sup> Fernandes (2020) aponta que Carlos Alberto Sicupira, o 5º homem mais rico do Brasil em 2020, com um patrimônio de R\$ 42,64 bilhões (um dos sócios da 3G Capital, da *KraftHeinz*, da *Light*, das Lojas Americanas, da *A-BInbev*, dentre várias outras empresas, juntamente com Alexandre Bering 6º colocado com R\$ 34,32 bilhões, com Marcel Herrmann Telles em 4º lugar com R\$ 54,08 bilhões e Jorge Paulo Lemann em 2º lugar com R\$ 91 bilhões) compraram e registraram o domínio (através da Fundação Estudar, a “Escolhinha de políticos do Lemann, que financiou e trouxe à cena políticos como: Daniel José, Tábata Amaral, Felipe Rigoni, dentre outros) do “Movimento” VemPraRua.net., sendo um dos grandes capitalistas (junto com os citados anteriormente) os grandes

se diziam ao encontro das demandas, necessidades e anseios do povo, (como se tivessem partido dessa camada social) principalmente ‘contra a corrupção’, escondendo sua face golpista em curso. Fundamentadas sobretudo na disseminação de *fake news* (notícias falsas), distorcidas, ataques, calúnias, contra críticos e adversários, o Gabinete do Ódio<sup>84</sup>, principalmente em grupos de *whatsapp* nos três últimos pleitos eleitorais, especialmente na eleição presidencial de 2018. Porém, o Pato de Tróia trazia consigo o falacioso discurso de ‘modernização’, mas que na verdade mascarava o projeto de contrarreformas, destruição massiva de direitos trabalhistas, privatizações, entrega do pré-sal, redução de impostos (mas para o grande capital), muitas vezes introyetado por parte da classe trabalhadora como benefícios para tais, pois como bem destaca Fresu (2020, p. 45)

[...] o capitalismo (além da dominação) não é apenas economia, é também política, filosofia, relações hegemônicas, ou seja, um formidável arsenal capaz de transfigurar a realidade (dando a aparência de universalidade a certos interesses particulares) a ponto de tornar-se a miséria e a exploração “consensualmente” aceitas pelo miserável e pelo explorado.

O sistema capitalista tem um poderio tanto político, quanto midiático, quanto econômico de metamorfosear e mascarar a realidade. Além ainda do falacioso discurso atrelado ao campo da moral, anticorrupção, ‘dos bons costumes’, militarista, patriota, (‘nacionalista’), do ‘cidadão de bem’, da preservação da ‘família tradicional’, contra as ‘minorias’ e fundamentalista. Pois, as ideias dominantes de uma época, são as ideias da classe dominante, que são perpetuadas como ‘hegemônicas’ no plano da superestrutura, na disputa de narrativas, no campo das ideias, do pensamento, isto é, quem domina a produção espiritual, domina também a produção material (MARX; ENGELS, 2001).

---

financiadores do golpe contra Dilma em 2016. Os interesses privados nesse sistema social tornam-se a medida de todas as coisas, pois o capitalista em si, não é “tão somente” quem tem o grande capital, mas aquele que além disso, tem influência no campo político, na estrutura, nas esferas de poder, o que acontece nessa seara de decisões atinge horizontalmente (em vários níveis) a sociedade em geral.

<sup>84</sup> Conforme Said (2020 s/p) “trata-se de uma estrutura que desfere ataques ofensivos a diversas pessoas, às autoridades e às instituições, com conteúdo de ódio, subversão da ordem democrática e incentivo à quebra da normalidade institucional. A partir dos depoimentos dos deputados, o relator do inquérito, Alexandre de Moraes, afirmou que provas colhidas e laudos periciais apontam para a real possibilidade de existência de uma associação criminosa dedicada à disseminação de *fake news* – o “Gabinete do Ódio””, uma articulação - com a instauração da CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito) para investigação.

Os indivíduos que constituem a classe dominante também têm, entre outras coisas, consciência, e daí que pensem; na medida, portanto, em que dominam como classe e determinam todo o conteúdo de uma época histórica, é evidente que o fazem em toda a sua extensão é, portanto, entre outras coisas, dominam também como pensadores, como produtores de ideias, regulam a produção e a distribuição de ideias do seu tempo; portanto, as suas ideias são as ideias dominantes da época (MARX; ENGELS, 2001, p. 67).

Assim, as inquietações postas na realidade material, em um processo de polarização em curso principalmente desde 2013, fomentou fortemente o antipetismo no país, na demonização e na antipolítica. Ancorado também em um discurso dissimulado de anticorrupção com o lavajatismo<sup>85</sup> (em verdade lesa pátria, pois contribuiu para minar com várias empresas, ao invés de buscar punir só corruptores), no acirramento da luta de classes (disputa de interesses, projetos), na não adesão da mandatária do país ao programa Ponte para o Futuro<sup>86</sup>, também da instauração da Comissão da Verdade<sup>87</sup>, dentre outros elementos, culminaram com a construção do cenário de golpe parlamentar-jurídico-midiático<sup>88</sup>, (formalmente entre 02/12/2015 à 31/08/2016). Capitaneado pelo PSDB e aberto pelo presidente da câmara Eduardo Cunha (então PMDB), a “contrarrevolução burguesa preventiva” (ANTUNES, 2018) permeada pela democracia em vertigem<sup>89</sup>, destituiu a Presidenta legitimamente eleita Dilma Rousseff, (pelas

---

<sup>85</sup> “A Lava Jato, que começou como uma operação policial, se tornou uma máquina política capaz de derrubar e eleger presidentes da República. As publicações da Vaza Jato escancararam o cunho político da operação, que tinha obsessão punitiva em relação aos políticos do PT, mas poupava políticos mais à direita como FHC e Álvaro Dias. Havia uma preferência ideológica na operação, tanto que em 2014 seus integrantes já faziam campanha a favor da eleição de Aécio nas redes sociais” (BARRETO, 2020, s/p), dentre outros aspectos.

<sup>86</sup> “O programa que seria implementado, caso fosse bem-sucedida a manobra para derrubar Dilma, já estava pronto e dado a público desde outubro de 2015. Tratava-se de Uma ponte para o futuro, documento programático produzido pelo PMDB, partido do vice-presidente Michel Temer. A essência do documento é o resgate pleno da agenda neoliberal (o modelo perdedor nas eleições de 2014), purificando-a dos arroubos sociais dos governos do PT e retomando o processo de privatização, relativamente brechado nas gestões de Lula e Dilma” (PAULANI, 2016, p. 63-64).

<sup>87</sup> Tal comitê visou investigar em torno de 1000 crimes cometidos pelo Estado brasileiro de 1937 à 1945 (Estado Novo de Getúlio Vargas) e de 1964 à 1985, principalmente desse período da Ditadura Militar. Fato esse que revirou “esqueletos e o armário” do Exército, suas memórias e personagens, o que desagradou a alta cúpula da instituição, como o então comandante General Villas Bôas, dentre outros. Para maiores esclarecimentos acessar: SOUSA, Rainer Gonçalves. “**Comissão da Verdade**”. Brasil Escola. Disponível em: <<https://cutt.ly/okxMHjb>>, acesso em: 05 fev. 2021 e PT.ORG. Dilma: “**A verdade está vindo à tona sobre a participação dos militares no Golpe de 2016**”. Disponível em: <<https://cutt.ly/fkBhdVI>>, acesso em: 15 fev. 2020.

<sup>88</sup> “A *presidenta* legitimamente eleita foi derrubada por um processo político baseado em leituras elásticas da Constituição e artimanhas jurídicas de diversos matizes, que tentam mostrar como ilícito o conluio do judiciário com um Parlamento em sua maior parte corrupto e uma mídia corporativa a serviço das elites financeiras” (JINKINGS, 2016, p. 12, grifo nosso).

<sup>89</sup> Para maiores esclarecimentos acessar: MONTEIRO, Jorge Henrique de Lima; SILVA, Alyne Casali da. **Democracia em Vertigem**. Disponível em: <<https://cutt.ly/chUD7X5>>, acesso em: 10 dez. 2020.

chamadas “pedaladas fiscais<sup>90</sup>”) aprofundam a retração do Estado para a área social em detrimento dos interesses econômicos. Em prol de uma agenda ultraneoliberal contra os direitos sociais e trabalhistas, em um outro nível de mercadorização da vida social, que agrava os níveis de desigualdade. A população que pela renda obtida com a venda da sua força de trabalho, ao não conseguir pagar para acessar os serviços, acaba por vezes tendo seus direitos negados, violados, sendo que a primazia da responsabilidade é do Estado, que comumente se esquivava desse espectro.

O Serviço Social então, ao construir seu atual Projeto Ético-Político vincula-se aos interesses e demandas da classe trabalhadora, por inclusive se reconhecer como tal. Vivencia assim embates diários, cotidianos na defesa da direção crítica e social da profissão, em meio aos duros ataques do capitalismo respaldados pelo Estado, que garante sua reprodução, ampliação. Ancorados ainda com o avanço neoconservador<sup>91</sup> inclusive na área, por exemplo com o Serviço Social Clínico, Libertário, dentre outros (com ‘visões’ pós-modernas, sistêmicas, retrógradas e até conservadoras).

Observa-se na realidade concreta, no contexto de pandemia pela COVID-19 na sociedade em geral, a volta mais expressiva (pois nunca deixou de existir) do assistencialismo, do clientelismo, da benesse, recaíndo no campo da moral, da meritocracia, do “bom pobre”. Em um processo de solidariedade contraditório, ambíguo, pois de um lado percebe-se uma maior organização social em prol do “atendimento” de necessidades mais urgentes, não sendo reconhecido como um direito propriamente dito, mas como uma ajuda, nem ultrapassa o caráter do imediatismo. Tal demanda não entra efetivamente na agenda do Estado burguês como uma política pública concreta, (como inclusive bandeira de luta da categoria profissional) apesar da constitucionalidade do direito à alimentação, expresso no artigo sexto da Carta Magna, do caráter legal, que não raro é minimamente cumprido.

Keller (2019) salienta que não somente a partir do Golpe de 2016, retrocessos e desmontes de direitos estavam em curso, ou seja, que mesmo durante governos populares,

---

<sup>90</sup> Também denominada abertura de créditos suplementares diz respeito a operações do Tesouro Nacional, que consistem em atrasar o repasse de verbas a bancos públicos e privados com vistas ao cumprimento das metas fiscais (BRASIL, 2019). Salienta-se que apenas um dia após o golpe contra Dilma Rousseff, foi sancionada a Lei 13.332/16 de 1º de setembro de 2016, que flexibilizou as regras para abertura de créditos suplementares sem necessidade de autorização do Congresso.

<sup>91</sup> Que se apresenta “[...] como forma dominante de apologia conservadora da ordem capitalista, combatendo o Estado social e os direitos sociais, almejando uma sociedade sem restrições ao mercado [...]” (BARROCO, 2015, p. 625).

progressistas esses processos já vinham se efetivando. Mas, que é necessário reconhecer, evidenciar e esclarecer que os projetos que chegaram ao poder no pós-golpe, nos governos Temer e Bolsonaro, agudizaram expressivamente as perdas sociais, com as Contrarreformas: Trabalhista de 2017, da Previdência em 2019, dentre outros ataques. Antes também com a Emenda Constitucional 95/2016 a PEC<sup>92</sup> do fim do mundo (‘novo’ Regime Fiscal, caracterizado pela austeridade), com o congelamento dos “gastos” por 20 anos, em áreas essenciais, como educação, segurança, saúde, que só nesse campo perdeu desde 2018, R\$ 22,5 bilhões em orçamento<sup>93</sup> como aponta Pereira (2020), o que repercutiu no pífio combate à pandemia por exemplo, além da omissão, falta de planejamento e despreparo governamental. Em um período nefasto para os trabalhadores, de destruição de direitos em massa, à rodo.

Tal conjuntura trouxe consigo ainda mais focalização, desmontes e retrocessos nos direitos sociais e ainda reduzindo postos de trabalho, como concursos para várias profissões e também para profissionais formados em Serviço Social, assistentes sociais. Como pretendia por exemplo o atual governo federal com a Medida Provisória 905/2019<sup>94</sup> (que passou na câmara com maioria expressiva, mas não passou no senado, com o processo de votação em abril, em plena pandemia, ao tentar “passar uma das boiadas”). Além de ultrajar ainda mais à classe trabalhadora com o contrato de trabalho verde e amarelo, ainda previa a extinção do Serviço Social no INSS, importante espaço de trabalho da categoria e também dos usuários no acesso à direitos assistenciais e previdenciários. Essa pauta que não passou nesse momento político por conta dos processos de resistência, da repercussão nas redes sociais, mas que provavelmente voltará à “discussão”, em um momento mais oportuno de cortes, o que vai exigir processos organizados coletivos de luta, enfrentamento.

---

<sup>92</sup> Proposta de Emenda Constitucional.

<sup>93</sup> De acordo com Pereira (2020) o ‘gasto’ por pessoa na área da saúde caiu de R\$ 594,00 em 2017 para R\$ 583,00 em 2019 e para R\$ 555,00 em 2020.

<sup>94</sup> Conforme CRESS-SP (2019, s/p) “publicada no Diário Oficial da União (DOU) dessa segunda-feira, 11 de novembro, representa mais um violento ataque aos direitos trabalhistas e previdenciários dos/as trabalhadores/as brasileiros/as. Apesar de mencionar apenas a alteração da legislação trabalhista e o contrato de trabalho Verde e Amarelo no seu enunciado, seu conteúdo traz também drásticas alterações nos benefícios previdenciários. Traz ainda mudanças para carreira do Seguro Social, extingue o Serviço Social como uma prestação de serviço aos beneficiários do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), dentre outros ataques ao conjunto da classe trabalhadora.”



Os resultados são alarmantes em relação ao mundo do trabalho: desregulamentação dos direitos do trabalho em escala global; terceirização da força de trabalho nos mais diversos setores e ramos produtivos e de serviços; derrota do sindicalismo autônomo e sua conversão num sindicalismo de parceria, mais negocial e menos conflitivo (ANTUNES; DRUCK, 2015, p. 22).

Essa precarização que consiste em um fluxo mais contínuo de desmonte de direitos trabalhistas e sociais, encontra no Brasil ressonância na aprovação da Contrarreforma Trabalhista de 2017. Essa legislação que engendra maiores acirramentos as expressões da questão social, com a denominada: “Modernização Trabalhista” Lei 13.467/17, que afeta diretamente a CLT em um retrocesso histórico nas relações trabalhistas, com a alteração de mais de 100 artigos (ENESCU, 2017). Sancionada por Michel Temer em 13/07/2017 e entrando em vigor em 11/11/2017. “Quanto mais frágil a legislação protetora do trabalho e a organização sindical na localidade, maior o grau de precarização das condições de trabalho, independentemente da ‘modernização’ das linhas de produção ou dos ambientes de trabalho como um todo” (ANTUNES, 2018, p. 140). É a desestabilização dos estáveis, ao encontro cada vez mais da informalidade, do individualismo, ao desmontar o sistema de proteção, em uma sociedade de trabalho obrigatório para padrões mínimos de sobrevivência, existência. A Contrarreforma Trabalhista converte o tempo de trabalho em tempo de produção, os capitalistas buscam recrutar somente quando necessário e se constitui ainda com a

*[...] individualização, a invisibilização e a eliminação completa dos direitos do trabalho enfeixam o sonho dourado do capital, agora que o mundo digital, on-line, robotizado e automatizado pode conviver com o trabalho aviltado, desvertebrado, desorganizado, isolado, fragmentado e fraturado (ANTUNES, 2020, p. 379-384, grifos do autor).*

Conforme Lenzi (2018) alterou-se o texto da legislação sobre importantes conquistas como: a jornada de trabalho que pode ser ‘negociada’ para o regime de 12/36. O trabalho parcial que permite a jornada semanal de até 30 horas, sem hora extra, ou de até 26 horas por semana com até 6 horas extras. Também o trabalho remoto, em casa (*home-office*) passou a ser regulamentado pela CLT, o trabalhador e a empresa podem pactuar despesas e responsabilidades sobre essa modalidade. Ainda a terceirização irrestrita, ampla, tanto das atividades meio como fim (Lei 13.429/17)<sup>95</sup>. A rescisão contratual é realizada na empresa e

---

<sup>95</sup> Substituiu a Súmula 331 do TST, que vigorou de 1993 à 2017, que regulava a terceirização das atividades-meio.

não mais no sindicato, ainda com a prevalência do negociado sobre o legislado (artigo 611-A), diminuiu o peso da Lei, do que está na CLT e dá ênfase ao ‘acordo’ entre as partes (muitas vezes sob coação, constrangimento). Tem-se ainda a figura do autônomo exclusivo, o trabalhador poderá prestar serviço exclusivamente para uma empresa de forma contínua, sem que isso se configure como vínculo empregatício. O tempo de deslocamento não conta mais como tempo de trabalho, mesmo que a empresa forneça o transporte, com o valor deixando de ser pago ao trabalhador. Outra novidade é a rescisão por “comum acordo”, empregador e empregado podem decidir encerrar o contrato, o trabalhador terá direito a receber metade do aviso prévio e metade da multa de 40% sobre o saldo do FGTS<sup>96</sup>, podendo sacar até 80% do fundo, mas não receberá o seguro-desemprego, dentre outros, que é

[...] caracterizado por um processo *de precarização estrutural do trabalho*, que os capitais globais estão exigindo também o desmonte da legislação social protetora do trabalho. E flexibilizar a legislação social do trabalho significa, não é possível ter nenhuma ilusão sobre isso, aumentar ainda mais os mecanismos de extração de sobretrabalho, ampliar as formas de precarização e destruição dos direitos sociais que foram arduamente conquistados pela classe trabalhadora, desde o início da Revolução Industrial, na Inglaterra, e especialmente pós-1930, quando se toma o exemplo brasileiro (ANTUNES, 2007, p. 17).

Dentre essas mudanças destaca-se também de acordo com Lenzi (2018): a não obrigatoriedade do imposto sindical, que se tornou “contribuição”. Percebe-se que tal alteração direciona-se para o sucateamento, desmonte dos sindicatos<sup>97</sup>, a fim de desmobilizar, deslegitimar as lutas de ‘base’ organizada da classe trabalhadora. Dificulta assim, o processo de organização, mobilização, resistência coletiva, mais ainda na situação de desemprego e desalento. Visto que, as categorias profissionais se organizam em torno do trabalho e não do não-trabalho, abrindo uma cisão entre aqueles que estão empregados, lutando por direitos e aqueles que não tem sequer o direito de trabalhar.

De acordo com Pinho (2019) até junho de 2017 (no acumulado dos 12 meses anteriores) a contribuição sindical estava em R\$ 3,6 bilhões. Nos 12 meses posteriores o valor caiu para R\$ 718 milhões. Em junho de 2019 o montante foi para R\$ 178 milhões, caíndo

---

<sup>96</sup> Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

<sup>97</sup> Fortemente atacados pelo pensamento neoliberal como de Friedman (1985) e Hayek (1977) sendo considerados para esses autores como barreiras, entraves ao livre mercado, ao funcionamento do capitalismo, ancorados ainda na ideia de um Estado de intervenção mínima na economia, com a privatização de estatais, desregulamentação e abertura econômica.

cerca de 95% desde a contrarreforma, um impacto negativo de R\$ 3,4 bilhões. E afim de dificultar ainda mais as contribuições, Bolsonaro editou a Medida Provisória 873/19 (que perdeu validade em 28/06/2019) e visava determinar que o imposto não poderia ser descontado diretamente no contracheque, (mesmo com a autorização prévia do trabalhador) o pagamento só poderia ser feito através de boleto bancário (LOPES; FURTADO, 2019). Em uma expressa sinalização de continuidade do projeto de desmontes dos sindicatos e centrais aprofundados no governo golpista de Temer, que foi barrado pelo artigo 582 na nova redação da Lei 13.467/2017 conforme Pantaleão (2019). Silveira (2020) aponta ainda uma queda no número de trabalhadores sindicalizados, em 2014 era 14.592 mil, já em 2019 era de 10.567 mil, com uma queda mais expressiva em 2018 com 1,5 milhão à menos, já no ano posterior a contrarreforma, a taxa ficou em 11,2%, em 2012 era de 16,1%, uma queda de 21,7%.

Diante desse cenário que novos desafios se impõem aos sindicatos. De nossa parte, cremos que a ferramenta-sindicato ainda é imprescindível, enquanto perdurar a sociedade do capital, com sua exploração do trabalho, suas precarizações, seus adoecimentos e seus padecimentos corpóreos físicos, psíquicos etc. Mas é preciso dizer que há inúmeros desafios a serem enfrentados (ANTUNES; PRAUN, 2015, p. 424).

Ao encontro de tentar buscar mais informações sobre a questão sindical, na busca pela *internet*, houve contato através do *e-mail* que era do Ministério do Trabalho (atualmente secretaria) atendimento.cgrs@mte.gov.br (sem identificação da pessoa que respondeu). Por esse canal foi solicitado acessar o site <http://antigo.trabalho.gov.br/cadastro-de-entidades-sindicais/entidade-sindical-registrada>, que depois de redirecionar para várias páginas não fornece as informações procuradas, que eram a quantidade de sindicatos e afins em 2017 e 2020, para fins de comparação de antes e depois da Contrarreforma Trabalhista de 2017. Nesse mesmo *e-mail* foi solicitado ainda entrar em contato também com o Ministério da Economia através do *e-mail*: atendimento.cgrs@economia.gov.br, que deu falha na entrega da mensagem (o que indica que esse endereço eletrônico provavelmente não exista mais). No telefone (61) 2031-0118 da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, a atendente solicitou ligar no telefone (61) 2031-6000 que só chama em vários dias e horários.

Já através do DIEESE foi localizado na *internet* o número: (11) 3874-5366, a atendente solicitou enviar o pedido de informações por *e-mail*: [plantao@dieese.org.br](mailto:plantao@dieese.org.br). Luís da Costa do Sistemas de Acompanhamento de Informações Sindicais, respondeu que não tem o número de 2017. Sobre 2020, solicitou acessar a página: <https://www.gov.br/trabalho/pt->

br/assuntos/sindicatos/cadastro-de-entidades/arquivos entidade-sindical-registrada, que até 28/10 consta o número de 17.812 (de empregadores e empregados) entre Sindicatos, Confederações, Federações, Entidades Sindicais - Trabalhadores e Empregadores – Domésticos, a aba atinente a quantidade de Centrais Sindicais abre com erro e não aparecem as informações.

Referente ao trabalho intermitente ainda segundo Lenzi, 2018, a remuneração é por hora, por produção, por entrega, por dia, etc., com uma massa de trabalhadores disponível para as mais diversas abjeções, aviltamentos, ‘a *uberização* da precarização’. O “contrato” de trabalho não é contínuo, a carteira de trabalho não é assinada e o amparo social com ela sucumbido, uma manobra para a não adesão ao trabalho formal convencional, com direitos. Com a falsa retórica de que é melhor ter trabalho do que mais direitos. Essa ‘modalidade’ laboral aprovada “[...] pela contrarreforma trabalhista durante o governo terceirizado de Temer, tornou-se um elemento ainda mais corrosivo em relação à proteção do trabalho” (ANTUNES, 2020, p. 324). Assim “[...] a portabilidade do trabalhador o coisifica, tornando-o objeto manipulável e, por conseguinte, descartável nas valas do próprio sistema fomentador do perfil desejado (polivalente, invisível, resiliente, servil, indiferente, de caráter idílico) [...]” (VASCONCELOS, 2020, p. 73).

E, agora, mesmo depois da “deforma”, que enfraqueceu jurídica e financeiramente os sindicatos, ampliou a terceirização, permitiu a redução de direitos por acordo individual, dificultou extremamente o acesso dos trabalhadores à Justiça e muito mais, estabelecendo uma autêntica situação de exclusão dentro da inclusão (os que trabalham por meio de empregos formais não têm condições dignas de vida e encontram enorme dificuldade de garantir a efetividade de seus já poucos direitos), há, ainda, quem consiga falar em ponto intermediário entre a CLT e o autônomo, como se a relação de emprego no Brasil não tivesse sofrido todos esses rebaixamentos ou como se representasse uma elevada garantia de direitos. Segundo, tem-se o fato de que, mesmo com argumentos falseados e propósitos ligados a interesses econômicos não revelados, a “deforma” trabalhista criou a tal figura intermediária, situada entre o emprego pleno (já não tão pleno assim) e o “nada”. (MAIOR, 2020, s/p).

Uma outra mudança já sinalizada por Maior (2020), se deu em uma maior disparidade na disputa já desigual entre patrão e empregado, que no caso de ação trabalhista em que o trabalhador não ganhe a ação (imposição do ônus da prova ao trabalhador), o mesmo arca com os custos do processo, perdendo a gratuidade que antes era assegurada em Lei. Além ainda das férias divididas em 3 partes e do horário de almoço reduzido, sob ‘comum acordo’. Somadas às medidas de desregulamentação do trabalho e da produção, como através dessa

contrarreforma, tem-se a perda e destruição em massa de postos laborais, intensificação do tempo de trabalho, achatamento dos salários, enfraquecimento dos movimentos políticos e sindicais, ao encontro da precarização.

Realmente, experimenta-se uma verdadeira corrosão de direitos, em nome do desmonte de árduas conquistas sociais, que se vende por léxicos atraentes, relacionados a uma necessidade produzida de flexibilização, empregabilidade e modernização, apropriados à manipulação que se opera na sociedade do trabalho. Os modos de ser dessa informalização são diversos, mas, os efeitos perfazem um quadro de intensa miserabilidade e, por decorrência, de exclusão (VASCONCELOS, 2020, p. 71).

Todos os processos ora elencados nessa seção, em uma “autofagia do capital” (KOWARICK, 1994) abalam a estrutura do direito ao/do trabalho, o que repercutiu por exemplo na extinção do Ministério do Trabalho em 2019 (anunciada em 02/01, como um dos primeiros atos do presidente, o que recaí para a justiça comum, já abarrotada de processos), menos de dois anos depois da contrarreforma trabalhista de 2017, em um movimento orquestrado e articulado de retrocessos sem precedentes. Novamente tem-se o discurso vil, falacioso, com a falsa retórica de ‘integração’, aliás subordinação, do Ministério do Trabalho (agora como secretaria<sup>98</sup>) ao Ministério da Economia, da Justiça e da Cidadania, com fins de desresponsabilizar ainda mais o Estado, pois “[...] o governo não tem mais um órgão central responsável por elaborar uma política pública sistematizada de emprego” (ANDRETTA; 2020, s/p). Mesmo com todas as contradições, dificuldades e impasses à serem solucionados, em uma relação por vezes desigual, em meio a correlação de forças existentes, submeter o Ministério do Trabalho ao Ministério da Economia, nada mais é (sinteticamente) que subordinar ainda mais a classe trabalhadora aos interesses capitalistas, ao colocar os trabalhadores literalmente de joelhos para o mercado. Um exemplo disso se deu nessa decisão judicial que veio à tona pela perplexidade que causa no cenário contemporâneo

---

<sup>98</sup> Pasta que tem como Secretário Bruno Silva Dalcolmo, que já passou por outras funções em governos anteriores desde 2004.

Processo: 0001007-68.2018.5.17.0011 para resolver impasse entre um beneficiário da justiça gratuita que perdeu ação trabalhista e os advogados da empresa que saiu vencedora, o Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região, no Espírito Santo, homologou um acordo inesperado: o reclamante, que não tem condições de pagar os honorários, irá quitar sua dívida prestando serviço comunitário. O acordo foi revelado pela ConJur em reportagem publicada semana passada. O autor recorreu à Justiça do Trabalho buscando que fosse reconhecido vínculo empregatício entre ele e uma boate. O pedido foi negado e o homem acabou condenado a pagar R\$ 10 mil em honorários. Por decisão do juiz Ney Alvares Pimenta Filho, da 11ª Vara do Trabalho de Vitória, a execução havia sido suspensa até que o reclamante pudesse pagar a dívida ou até que completasse dois anos do trânsito em julgado da sentença, fazendo com que a obrigação caducasse. Após a decisão, no entanto, o trabalhador e os advogados da empresa homologaram o acordo de prestação de serviço comunitário. A condenação de beneficiários da justiça gratuita passou a ser possível em 2017, ano em que o Congresso aprovou a reforma trabalhista. A previsão, que é questionada no Supremo Tribunal Federal, reduziu bastante o número de ações judiciais, já que, de acordo com especialistas, os reclamantes passaram a ter mais medo de perderem os processos (ANGELO, 2020, s/p).

Andretta (2020) complementa que além disso e todos os ataques, tem-se ainda a diminuição das fiscalizações, que teve o orçamento para 2020 um decréscimo de 49%, (indo para R\$ 36 milhões) dificultando coibir o trabalho análogo escravo, o trabalho infantil, dentre outros crimes e precarizações. “O capital não tem, por isso, a mínima consideração pela saúde e duração da vida do trabalhador, a menos que seja forçado pela sociedade a ter essa consideração” (MARX, 2013, p. 432). Então a luta por direitos se faz no cotidiano, tanto contra retrocessos, como por sua materialização e ampliação, visto que o Estado burguês, como figura central dos interesses da classe dominante irá proteger e salvaguardar seus privilégios.

A contrarreforma trabalhista trouxe consigo como principal promessa a geração de 2 milhões de empregos entre 2018 e 2019, gerando menos da metade em torno de 961 mil. A taxa geral de desemprego era de 12,2% em 2017 e em 2019 foi de 11,8%, um decréscimo irrisório frente ao “compromisso” assumido de gerar empregos, como menciona Antunes (2019). A ilustração 3 mostra o perfil do trabalhador que o sistema capitalista fomenta dia após dia, ancorados no imediatismo, na subordinação, no individualismo, horizonte longínquo da tão necessária revolução.

Ilustração 3 - Capitalismo Selvagem



Fonte: (BRAGA, 2017), adaptada pela autora.

Após a Contrarreforma Trabalhista de 2017, conforme Bochi (2019) o Brasil entrou pelo segundo ano consecutivo no *ranking* dos 10 piores países do mundo para os trabalhadores, conforme divulgado na 108ª Conferência Internacional do Trabalho, figurando na “lista suja”<sup>99</sup> da OIT<sup>100</sup>. Foi introduzido no país uma ordenação legal que viabiliza a regressão nas condições de trabalho, negociações, direitos e salários, nos quais “[...] todas essas leis servem, de um modo ou de outro, a interesses determinados, facilitando a exploração do trabalho humano sem a contrapartida do direito social” (MAIOR, 2007, p. 55). Os elementos apontados nesse

<sup>99</sup> Integram ainda: Turquia, Etiópia, Iraque, Líbia, Myanmar, Nicarágua, Tadjiquistão, Uruguai, Iêmen, Zimbábue, Argélia, Bielorrússia, Bolívia, Cabo Verde, Egito, El Salvador, Fiji, Honduras, Índia, Cazaquistão, Laos, Filipinas e Sérvia (BOCHI, 2019, s/p).

<sup>100</sup> Organização Internacional do Trabalho.

trabalho em função dessa contrarreforma, impõem uma nova cultura ao mundo trabalho, muda o caráter social, de proteção do direito trabalhista.

Diante do exposto ao finalizar o presente capítulo e as principais discussões das quatro seções do trabalho em questão, identifica-se a relação de como os processos sociais referentes à reestruturação produtiva, a adesão ao neoliberalismo, a ascensão do neodesenvolvimentismo, o avanço conservador, ultraliberal, o desemprego e o desalento, a contrarreforma trabalhista de 2017 se articulam a precarização do trabalho em diversos níveis. Nessa investigação específica observa-se que esses aspectos se imbricam e repercutem na vida dos trabalhadores de forma ampla, incidindo inclusive aos profissionais formados em Serviço Social por serem pertencentes também à classe trabalhadora.



### 3. REALIDADE SOB O FIO DA NAVALHA, DESEMPREGO E DESALENTO DE PROFISSIONAIS FORMADOS EM SERVIÇO SOCIAL: ANÁLISE DOS ASPECTOS OBJETIVOS E SUBJETIVOS EM TEMPOS PANDÊMICOS

*Hoje você é quem manda  
Falou, tá falado  
Não tem discussão  
A minha gente hoje anda  
Falando de lado  
E olhando pro chão, viu  
Apesar de você  
Amanhã há de ser  
Outro dia!  
(HOLANDA, 1970).*

O pequeno trecho da canção que inicia os debates dessa seção, contém nas entrelinhas a expressão do autoritarismo, da censura, da repressão e da resistência que marcaram o período ditatorial de 1964 à 1985 (principalmente com o AI-5<sup>101</sup> em 1968). Tais versos dialogam (mesmo que em outras proporções) com o cenário atual, caracterizado pelo retorno de um Estado policialesco, punitivista, falso moralizador. Com a ascensão de pensamentos ditos ‘conservadores’, mas que na verdade mascaram projetos antidemocráticos, reacionários, polarizadores, com discursos de ódio, preconceitos, que olham para a esquerda ou qualquer outra pessoa contrária à sua posição como ferrenho opositor, um inimigo a ser desmoralizado, massacrado. Uma guerra cultural<sup>102</sup> travada diariamente, porém não ao encontro do debate de

---

<sup>101</sup> Instaurado em 13/12/1968 no governo do Marechal Artur Costa e Silva. Para Marasciulo (2020, s/p) “[...] considerado o mais radical da ditadura militar no Brasil, ele deu início a um período altamente repressor e duro, deixando um saldo de direitos cassados, presos, mortos e desaparecidos. O AI-5 dava ao presidente permissão para fechar o Congresso Nacional e Assembleias Legislativas, o que ele fez assim que o ato foi assinado. Também instituiu a censura prévia de obras artísticas, que podiam ser censuradas por motivos como subversão da moral ou dos bons costumes, e dos meios de comunicação. Reuniões políticas não autorizadas pela polícia foram proibidas, houve suspensão do habeas corpus por crimes de motivação política e dos direitos políticos de cidadãos considerados subversivos. Ao menos 1390 pessoas foram presas e 333 políticos tiveram seus direitos políticos suspensos. Tortura e assassinato de presos eram práticas comuns do período.”

<sup>102</sup> “[...] uma expressão utilizada sobretudo nos Estados Unidos no período pós-II Guerra Mundial e, mais especificamente, dos anos 1980 em diante, como designação dos conflitos de uma sociedade profundamente cindida: democrática e segregada, inventiva e conservadora, disruptiva e tradicional. No Brasil, as guerras culturais tiveram seus contornos melhor delineados com a popularização da *internet* e das redes sociais. A partir delas, o conflito de ideias ficou evidente ao longo das últimas eleições presidenciais e a cada manifestação pública do presidente eleito. Trata-se de um tipo específico de tensionamento político e social em que o conflito ocorre

ideias, de argumentos, defesa de pensamentos, (tese, antítese, síntese) posições políticas, culturais, ideológicas, mas para destruir, soterrar pessoas do debate público. Resistir, avançar, articular, dialogar, estudar e analisar criticamente a realidade, tornam-se esforços cotidianos na busca tanto por superação desse momento político e econômico, quanto dessa ordem social opressora.

O presente capítulo então, apresenta a sistematização dos dados da pesquisa empírica, da investigação, das informações coletadas por meio do Roteiro Norteador (Apêndice A). Tais dados referem-se aos depoimentos, falas dos profissionais formados em Serviço Social no Rio Grande do Sul, em situação de desemprego e desalento, inserção precária, através das entrevistas em 2020. Com o aporte teórico que fundamenta as discussões e as inferências sobre os assuntos abordados. Refere-se em especial a análise dos dados, principalmente no tocante aos resultados da pesquisa, articula o problema com as questões norteadoras. Versa-se referente as desigualdades e resistências, as dificuldades e estratégias de enfrentamento dos profissionais entrevistados, para assim dar visibilidade a essas ações e contribuir na luta cotidiana. Trata sobre a relação do desemprego e do desalento com a precarização existencial e os impactos na saúde e subjetividade desses trabalhadores. E, aborda ainda sobre as repercussões da crise sanitária de COVID-19 no agravamento dos processos de desigualdade e interdições do mercado de trabalho, que se complexificam ainda mais no presente cenário. Buscou-se assim, uma análise crítica e ampliada referente as temáticas em questão e as falas dos sujeitos da pesquisa, que vivenciam esses processos sociais, suas compreensões e relatos.

---

na dimensão da cultura - a produção artística, o pensamento, o universo de símbolos e valores” (PEREIRA, 2019, s/p, grifo nosso).

### 3.1. DESIGUALDADES E RESISTÊNCIAS: DIFICULDADES E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO DOS PROFISSIONAIS ENTREVISTADOS, INTERLOCUÇÕES NECESSÁRIAS

*A opressão é domesticadora. Um obstáculo gravíssimo para a conquista da libertação é que a realidade opressiva absorve os que nela estão e, assim, age para submergir a consciência dos seres humanos.  
Denunciar e Anunciar!  
(FREIRE, 2020).  
(adaptado pela autora)*

Os processos de desigualdade e resistência desencadeados pelo avanço, desenvolvimento e consolidação do capitalismo, enquanto sistema econômico, tornaram-se solo fértil para o choque de interesses e contradições entre as classes antagônicas. Essas metamorfoses em curso, em sua dinâmica e elementos centrais, são referências para a análise crítica da precarização no mundo do trabalho. Principalmente aquela que traz impactos aos profissionais formados em Serviço Social, que não tem garantida necessariamente a (re) inserção no mercado de trabalho, em meio aos processos de precarização, de desemprego estrutural, desalento, que atingem toda a classe trabalhadora ‘independente’ do nível de ensino/aprendizagem. E que, propicia ainda ao capitalista usar essa mão de obra mais qualificada em postos de trabalhos mais simples, desconsiderando a formação profissional de origem, repercutindo em super exploração.

Claro, o trabalho produz maravilhas para os ricos, mas produz a privação para os trabalhadores. Produz palácios, mas casebres para o trabalhador. Produz beleza, mas deformidade para o trabalhador. Substitui o trabalho por máquinas, mas lança uma parte dos trabalhadores para um trabalho bárbaro e transforma os outros em máquinas. Produz inteligência, mas também produz estupidez e o cretinismo para os trabalhadores (MARX, 2004, p. 161).

Essa luta de classes se explicita em expressões (indiretas, não imediatas) da questão social, do conflito entre burguesia e proletariado, que reverberam tanto em processos de desigualdade, como também de resistência. “O modo de produção capitalista, que se constituiu inicialmente como um sistema econômico, tornou-se também um sistema social, político, cultural, com valores, formas de agir e ‘pensar’, a ética burguesa, espreado-se para todas as esferas da vida social, principalmente no mundo do trabalho” (DIAS, 2018, p. 42). Pois quando

acontecem transformações na estrutura econômica da sociedade, a superestrutura também se transforma (BOTTMORE, 2001), vai fomentando, instituindo outra racionalidade. Nesse cenário “as forças de resistência sofrem importantes impactos em decorrência dos efeitos da crise na precarização do trabalho, no desemprego e na força política dos trabalhadores” (IAMAMOTO, 2019a, p. 17). Assim, mediante a leitura dos depoimentos dos entrevistados, percebe-se algumas das precarizações, dificuldades que os profissionais encontram para buscar se (re) inserir no mercado de trabalho, tais como apontam os relatos:

Conheço muita gente que tá tentando e não consegue, não consegue trabalhar nem assim como eu, então a dificuldade está se tornando cada vez mais forte. Os vínculos de trabalho também no Serviço Social ‘tão’ sendo digladiados com projeto aí reacionário, fascista, de é... só questão de estado mínimo e essas coisas todas, conservadoras, é... a gente sabe que é retrógrado isso na profissão, de tá te falando do nosso mercado de trabalho, então é garantir a nossa luta como profissional e... defender, defender os campos de trabalho que a gente tem pra conseguir, que a nossa categoria tenha mais campo de trabalho, pra mim isso, seria e... a gente melhorar nossas condições enquanto profissional, eu acho que é acho que é isso. [...] As dificuldades são as que eu já falei de conseguir se inserir no mercado de trabalho como assistente social e sim, sim, me senti frustrado, [...] o mercado de trabalho as vezes dá um tapa na cara da gente né, que não é bem assim, que a gente tem e botar o pé no chão... e também compreender como é que funciona o capitalismo e as condições de trabalho né? E o Serviço Social é um nicho né, e por conta das relações de trabalho também sofremos porque tá dentro de um contexto social maior [...]. O último concurso que eu fiz aqui no Rio Grande do Sul foi o, o, de Capão da Canoa, tinha mais de 10.000 assistentes sociais no concurso pra concorrer (Profissional 1).

As dificuldades são todas né? A nossa área é bem complicada, são poucas vagas. Porto Alegre nada de concurso público e, e, a concorrência é imensa né? E, e, o que eu tenho feito é mandado o currículo até para Cristo né? Porque o resto eu mandei, mandei currículo pra Deus e o mundo! (Profissional 3).

Não tem em vista nenhuma, nenhum concurso público né? Para, pra nossa área, eu não tenho visto assim visto ultimamente concursos públicos. Acho que uma questão política mesmo é... e federal né? Essa, essa falta de concurso (Profissional 5).

O Profissional 1 refere que conhece outros colegas também com nível de graduação que não conseguem se (re) inserir no mercado de trabalho, nem na situação como ele estava, ora informal, ora emitindo pareceres para o judiciário. O mesmo faz uma leitura de conjuntura e compreende que o atual governo (através principalmente das contrarreformas), dificulta ainda mais a vida da classe trabalhadora, em destaque na fala o Serviço Social. Aborda a importância da luta coletiva por abertura de vagas de trabalho e também melhores condições. Volta a frisar sobre a frustração que sente por conta do desemprego. Aponta que é necessário conhecer as engrenagens do capitalismo, a fim de assim compreender que a profissão está inserida em um contexto maior, saindo da visão endógena, que só enxerga a particularidade. E por último

evidencia a grande concorrência, principalmente em concursos públicos, o que dificulta o ingresso, pelo número astronômico de pessoas disputando as vagas. A Profissional 3 relata que são várias as dificuldades, diferentemente do Profissional 1 ela olha inicialmente para a profissão, como se a situação de desemprego fosse algo inerente do Serviço Social, mas logo depois a mesma cita que não encontra concursos na cidade, salienta também que a concorrência é grande, que enviou vários e vários currículos, mas sem sucesso. O depoimento dessa entrevistada se relaciona com os outros relatos dos profissionais e reforça como umas das adversidades também a falta de concursos públicos para a área. A Profissional 5 corrobora com o Profissional 1 quando também faz uma análise de conjuntura e entende que o cenário político está mais adverso para os trabalhadores. Os 3 entrevistados referem em síntese que “[...] realmente está difícil conseguir um emprego e isso se deve a diversos fatores como, por exemplo, a crise econômica e política que nosso país está passando, a exigência de pessoas qualificadas [...], a concorrência entre os candidatos [...]” (DEBORTOLI; DIEHL, 2016, p. 16).

No que concerne ainda as dificuldades mencionadas pelos profissionais, além das disputas por vagas e poucos certames (como já evidenciado nas falas logo acima), aponta-se com recorrência outro entrave: a falta de experiência.

[...] então, a dificuldade que eu encontro, pra mim é a experiência [...] qualquer lugar tem que ter experiência, isso, isso me cobravam muito nas entrevistas. Fui algumas entrevistas e eles me diziam, não... tu tem... tipo, o quê... que, que tu fez? [...] todo, todo mundo que eu vou bate nisso sabe? Então eu... não me vem outra questão pra mim, eu sei que pra outras pessoas tem, mas pra mim eu acho que a maior dificuldade é essa sabe de... e as pessoas hoje em dia tão muito assim.... [...] pra adentrar na, no mercado de trabalho né, que ele é bem concorrido né é bem assim... as pessoas... não tá sendo fácil assim (Profissional 6).

a falta de experiência, que são... *feedbacks* que eu tinha dentro da própria, da própria empresa que eu fui fazer o processo seletivo, alí a experiência, currículo também né, que conta como experiência né, currículo profissional. [...] tu percebe a dificuldade na hora de... pra tentar vaga, porque tinha um exército industrial de reserva alí né, competindo contigo [...] (Profissional 1).

[...] acredito que a falta de experiência, as pessoas procuram muito quem tem experiência né e aqui em São Borja não tem muita oportunidade, não tem, é mais realmente, as oportunidades que tu tem, mercado, farmácia, são mais essas que eles procuram, em loja, mas na área não tem muita oportunidade mesmo, porque é só através de concurso ou eles assinam a carteira, também é muito difícil, é muito difícil (Profissional 4).

Para a Profissional 6 a falta de experiência é o maior empecilho à sua (re) inserção no mercado do trabalho. Destaca mais uma vez a concorrência, como mais uma das dificuldades. O Profissional 1 vai ao encontro da fala da entrevistada anterior quando também aponta a falta de experiência como mais um dos obstáculos para conseguir um emprego, mais uma vez emerge a questão da competição, endossada pelo exército industrial de reserva. A Profissional 4 também traz uma fala similar, no qual reforça as poucas vagas na área e que na cidade onde mora os postos de trabalho se concentram em outras atividades como: mercado, farmácia, loja, que não exigem nível superior. Isso proporciona ao capital usar essa mão de obra mais qualificada em trabalhos “mais simples”, sem levar em consideração a formação profissional de origem, repercutindo em superexploração. Sendo este um dos 3 mecanismos dessa maior exploração laboral a “[...] expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho” (MARINI, 2011, p. 149). Com o pagamento de salários cada vez mais baixos e não condizentes com o nível de qualificação do trabalhador. Dois desses outros pilares da superexploração: a intensificação e o prolongamento da jornada de trabalho (MARINI, 2011) são expressos nos próximos relatos.

É realmente a precarização total do trabalhador, não tem nada que, que faça né... e outra que também a carga horária tu, tu trabalha alí, as vezes 10 horas, 12 horas isso né relativo também, não tem uma carga horária certa, é, é o que a gente vê totalmente [...] tu fica naquele aguardo, ficando tentando, aí o, a primeira oportunidade que aparece, foi o que eu pensei, a primeira oportunidade que aparecer eu vou me inserir, porque senão eu vou ficar esperando e a gente não tem como esperar, a fome não espera, o dia a dia não espera né, as contas não esperam, água, luz, *internet* então tudo... nada espera, a gente precisa tá alí no dia a dia. [...] até é bem pessoal, até eu tinha umas dívidas, assim e continuo tendo e provavelmente ano que vem eu vou conseguir quitar, coisas que gente vai deixando de lado pra poder man... se manter com outras coisas sabe, do dia a dia, assim mais aquela forma de subsistência mesmo, as necessidades básicas alí, tem coisas que vão ficando né? É bem isso assim, realmente, é uma luta. (Profissional 8).

[...] então salário cai lá pra baixo, então se submeter a salários muito baixos assim também é uma dificuldade, que a gente tem, a gente, que tem qualificação né... e não aceitar isso também, a dificuldade que tu encontra em alguns processos seletivos não acaba nem fazendo porque o salário é muito baixo [...]. E a gente sente na pele também né... e o salário está cada vez mais baixo, também polivalência, muita coisa pra conseguir dar conta do teu trabalho [...] (Profissional 1).

[...] eu desenvolvia muitas funções e o salário era muito baixo, muito baixo. Na realidade eu fazia o papel de secretária do diretor da instituição, eu cuidava de alguns funcionários, eu cuidava de, da instituição, esse da parte de obras, de aluguel, nossa era muita coisa! E o salário era muito baixo e não oferecia nada assim nada, nada, nada! (Profissional 2).

A Profissional 8 (que está no trabalho intermitente, desprovido de direitos e garantias fundamentais, um dos desdobramentos da precarização agudizados pela contrarreforma trabalhista de 2017, mesmo com a “qualidade” de empregada pelo que aponta os artigos 442-B e 443 da contrarreforma) menciona que chega a trabalhar 10, 12 horas por dia (amparado no artigo 59-A da mesma Lei 13.467/2017), aliás não tem carga horária certa, fixa, depende da demanda de trabalho, isso acontecendo em pleno século XXI. Em um nível de superexploração da força de trabalho similar aqueles do período da 1ª Revolução Industrial (1760-1840), com o prolongamento exaustivo da jornada de trabalho (BRAGA, 2008). A mesma se vê impelida a tais constrangimentos pelas necessidades materiais cotidianas, pois as contas não param de chegar. O Profissional 1 aborda sobre os baixos salários, que inclusive é um dos impasses nos concursos (quando tem), com a remuneração cada vez menor. Além disso fala da polivalência que se faz cada vez mais presente no trabalho com a ascensão do toyotismo na década de 1970. A Profissional 2 refere também o desenvolvimento de várias funções, não concomitante com o valor do salário, isto é, a intensificação do trabalho, o que corrobora com as falas dos entrevistados anteriores.

Para uma das entrevistadas, as dificuldades e o processo de precarização se já iniciam pelo modo como o trabalhador é recebido no local onde procuram emprego: “[...] a precarização pra mim começa desde quando tu vai atrás do emprego, quando as pessoas não olham na tua na... não te dão oportunidade, não olham nos teus olhos tu sabe?” (Profissional 6), o que demonstra a desumanização e embrutecimento das relações sociais. A precarização das condições de trabalho também são explicitadas a base de expressões que falam da falta de equipamentos, de materiais, de salas, de subalternização:

[...] o carro que ela precisa pra fazer visita e ele era compartilhado, ela não tinha um carro só dela, então ela tinha que depender das outras pessoas usarem pra depois ela poder usar para fazer as visitas. E isso também é uma precarização, a própria questão da impressora muitas vezes estragava a impressora dela, ficava meses sem consertar e ela, ela tinha que sair da sala dela e perder um tempo em uma outra sala de outro funcionário, para ter os documentos que ela precisava em mãos sabe? Isso pra mim é outra coisa, outro exemplo bem palpável da precarização do trabalho, sabe e ela perdia o tempo dela, podia tá atendendo outra pessoa ela tinha que se retirar da sala dela pra, pra imprimir alguma coisa (Profissional 5).

[...] e lá dava bem pra ver assim a forma que, que tratam a assistente social sabe? É uma forma bem... não é reconhecido bem dizer, bem dizer eles não... [...] é a profissional que marca o exame, que marca para a psicóloga, que faz isso, ela não tem um reconhecimento sabe, então lá eu vi bastante e ela é tipo como meio um “quebra galho”, faz de tudo, o que manda ela faz. Sabe e assim eu percebi, essa, essa diferença assim, ela também não tem muito o que... ela mesmo diz: como é que eu vou falar alguma coisa, corro o risco de perder o meu emprego! Sabe então, tem toda essa dificuldade então, o maior contato que eu tive foi no estágio realmente com o trabalho e deu pra ver que é bem precarizado mesmo, tanto é que ela não tem uma sala própria ela divide com a doutora e todo mundo tem acesso aos documentos sabe, que ela escreve. Então dá pra ver que é bem, bem precarizado (Profissional 4).

A Profissional 5 relata que o carro para as visitas domiciliares é compartilhado com outros profissionais, o que dificultava o trabalho diário, também a falta de materiais corriqueiros, como a impressora. Já a Profissional 4 entra em uma seara ainda mais complexa, a desvalorização e a subalternização, marcadas pelo desconhecimento das atribuições do Serviço Social, tanto pelos empregadores, como por outras profissões, que historicamente tentam tratar os assistentes sociais como “secretários, atendentes”. A entrevistada relata que a profissional da instituição é vista como a “pessoa que marca exames, consultas”. A assistente social não consegue fazer enfrentamentos por receio de perder o emprego, colidindo frontalmente com a autonomia relativa, onde “[...] a condição de trabalhador assalariado não só enquadra o assistente social na relação de compra e venda da força de trabalho, mas molda a sua inserção sócio institucional na sociedade” (IAMAMOTO, 2004, p. 62). Por fim, a mesma ainda observa que a documentação dos usuários “todo mundo” tem acesso, o que pode comprometer o resguardo das informações. O Código de Ética do Assistente Social nesse sentido, aponta nos Artigos 2 e 15 a manutenção do sigilo como direito do profissional. Nas falas a seguir, observa-se outros tipos de precarização, como a insalubridade, a questão das férias, ambos direitos trabalhistas negados a esses profissionais, como também a devida segurança.



[...] a minha maior preocupação, era a insalubridade né... que a nossa profissão é de risco e infelizmente a gente também, não tem é... nada em relação a direito de insalubridade né... nada que assegure isso e a gente trabalha. Eu no meu caso, trabalhava com dependente químico dentro de uma sala fechada e muitas vezes trabalhei atendendo tuberculosos e nunca ganhei insalubridade por isso, trabalhei 6 anos, parei agora na pandemia quando ‘tava’ completando 6 anos. Vi nas visitas, a gente fazia a visita dentro das Comunidades e, e, e na época para nossa segurança nós temos que falar com... pra entrar dentro da, das Comunidades nós temos que primeiro falar com o líder comunitário, mas nem sempre esse líder comunitário nos dava apoio e a gente foi às vezes corrida de dentro das Comunidades à tiros, à bala. Então assim [...] a gente passou risco, passamos perigo. Eu tinha uma colega ‘deficiente auditiva’ ela não ouviu o barulho dos tiros, ela ficou no meio da rua sofrendo perigo, ela podia ter sido atingida. Então eu acho que faltou dos dois lados né, um pelo interesse da comunidade em nos receber e do outro do, do no caso o órgão lá da Habitação se interessar mais em nos proteger, eu achei bem, bem perigoso assim em trabalhar dentro dessa, dessa área (Profissional 3).

acho porque ela era uma professora contratada também, mas eu achava bem precário isso e quando ela tirava férias, as férias dela era tipo de 3 ou 4 dias, era um final de semana praticamente [...] (Profissional 5).

A Profissional 3 menciona que não recebia o adicional por insalubridade, mesmo com a eminência de agentes nocivos à saúde, com o possível risco de contágio por doenças, inclusive passou 6 anos nessa situação. Ao continuar a fala ela relata que juntamente com outros funcionários, passaram por risco de morte, pois não conseguiram o apoio do Líder comunitário para entrar na comunidade, o que reforça a importância da criação de vínculos no território, como fundamental estratégia de aproximação com os usuários, sendo o “fruto de uma construção social e parte de um esforço que envolve equipe, instituições e comunidade” (SILVA *et al.*, 2004, p. 79). Na esteira ainda da precarização, (inclusive que atinge direitos) a Profissional 5 refere que no seu estágio-docente uma professora que era contratada, (com um vínculo de trabalho mais frágil) mal conseguia tirar férias, sendo de 3, 4 dias, praticamente apenas um final de semana. Já referente as estratégias, observa-se os seguintes depoimentos:

[...] então a minha estratégia foi conseguir dentro da área que o Serviço Social me proporcionou, eu tinha formação social, ONG né principalmente, ONG, uma vaga de trabalho na área social pra Educador Social [...] (Profissional 1).

[...] as estratégias usadas... a internet né... procurar na *internet*. Pessoas conhecidas, perguntando ahhh tu sabe de alguma coisa, não sabe né? Pra, pra, poder conseguir alguma coisa (Profissional 2).

E como estratégia é isso [...], seguir estudando, me preparando pra entrar em concurso, conquistar uma vaga né, tentar outros meios pra me inserir melhor depois e continuar no Serviço Social. [...] além do trabalho intermitente eu 'tô' trabalhando com vendas, vendas de Natura, eu 'tô' vendendo lingerie, até teve um período que eu vendi roupa, então foram essas as estratégias assim pra, pra manter uma renda um pouco melhor né, foram essas. (Profissional 8).

Para o Profissional 1 uma das estratégias foi vincular-se também na área social, no terceiro setor em uma ONG, mesmo em outra função, como Educador Social, tanto para conseguir um emprego na época, como para aproximar-se de um dos espaços sócio-ocupacionais do assistente social. Já a Profissional 2 usa como estratégia a busca por emprego na *internet*, também perguntando a pessoas conhecidas sobre possíveis oportunidades, através de indicação. A Profissional 8 continua estudando, se preparando para concurso, trabalha ainda com vendas de produtos de beleza, roupas. A possibilidade de estudar em nível de pós-graduação somente é possível para aqueles que contam com o suporte familiar. O uso das bolsas de estudo para manter-se é também um atrativo (uma estratégia inclusive) para profissionais recém-formados que não encontram emprego, mesmo que o desejo inicial não seja dedicar-se à docência e a pesquisa. Seguem as falas:

Quando eu entrei no mestrado, saí do emprego e fiquei como bolsista, que é um vínculo, uma renda, uma bolsa [...] (Profissional 1).

A minha mãe disse que a prioridade agora é uma... é manter os estudos, vou tentar entrar no mestrado. Ela disse: não te preocupa, teu pai ainda tem condições [...] (Profissional 4).

Nesse meio tempo que eu, eu que eu terminei o meu curso de Serviço Social, o que eu fiz foi me especializar, aí eu fui pro mestrado (Profissional 5).

Numa direção similar de continuidade dos estudos, outros 2 profissionais buscam maior qualificação, através de outras graduações, inclusive como forma de estratégia. O Profissional 1 na área do Direito e a Profissional 6 em Administração.

E eu encontrei como uma estratégia, eu parti pra outra graduação sabe, Administração que foi um curso que... que é um curso que pra São Borja que te abre portas sabe? (Profissional 6).

[...] então eu fui usando a estratégia de, de tentar me qualificar em outra área, do Direito, pra alinhar a subsistência ao trabalho [...] uma outra qualificação, tentar uma renda maior e buscar uma qualidade de vida maior [...] A gente que é trabalhador vive do salário [...] é o nosso meio de subsistência [...] não tem outra forma eu acho que é basicamente isso (Profissional 1).

Nas interlocuções com os profissionais, todos afirmam que acreditam no Projeto Ético-Político, nos valores defendidos pelo conjunto da categoria, nas bandeiras de lutas, nos processos coletivos, como ilustram as seguintes falas:

[...] acho que no momento que a gente entra no Serviço Social e, e, a gente descobre o sentido da profissão [...] e que é... a profissão contribui na sociedade, qual o cunho ideológico-político dessa instituição, do Serviço Social como profissão e também das questões históricas que a gente avançou como profissão, no momento que tu descobre o Projeto Ético-Político, tu já tem uma identificação do que tu é, do que tu quer ser como profissional, então é uma mudança objetiva, positiva que a gente tem, quando a gente entra no Serviço Social [...] E a gente acaba descobrindo que pra além do que a gente vivia antes, tem muito mais coisas que, que influenciam na vida do ser humano e qual a diferença que a gente pode fazer como profissional, então lutar pelo projeto político do Serviço Social você passa a lutar como pessoa também, na luta por direitos e, e lutar por aquilo que tu acha que é lutar por igualdade, igualdade de direitos e 'garantia de direitos' de pessoas que têm seus direitos violados. Então, então e tá no Serviço Social entender isso, eu somei isso como bandeira, como espírito, porque tu assume isso pra vida, tem que ir, tem que compreender como a sociedade se comporta, você compactua sim com o Projeto Ético-Político, é uma escolha de profissão, uma escolha de vida, um encontro da alma que tu tem, de uma alma classista que a gente tem, de ser classe trabalhadora e saber o lado que a gente faz parte até, é uma escolha de vida né? (Profissional 1).

Então eu acredito muito nesse, nesse, nesse projeto da profissão e, e se um dia eu atuar na área, eu vou me pautar muito nesse nosso Projeto Ético-Político (Profissional 5).

eu acredito, [...] o Serviço Social, ser assistente social é uma, é uma profissão incrível né, essencial eu acho assim, por mais que não tenha essa valorização né que deveria ter, eu acho que é uma profissão transformadora, que traz assim esse fortalecimento, essa 'garantia dos direitos sociais', aí é maravilhoso, eu sempre 'tô' falando isso (Profissional 6).

Sim [...] acho que com certeza, porque tudo veio a partir da luta né, todos os direitos que a gente tem hoje foram a partir de várias lutas e muita gente envolvida pra, pra poder criar uma relação de, de direitos do trabalhador né, não só de direitos do trabalhador, mas os direitos políticos, civis, é uma, é um conjunto todo, que, que mexe alí, então com certeza, a, a luta por direitos, ela, ela é muito válida e ela é necessária, principalmente no Serviço Social, a gente trabalha em cima disso né? Ela é sim fundamental e cada vez mais eu tenho certeza que a gente precisa tá inserido em todos os campos e dentro de todos, todos os, os... como é que eu vou dizer... dentro de todos os meios, assim que a gente saiba que, que vai fluir alguma coisa, alguma coisa boa pro, pro, pra o usuário que a gente luta e pra nós mesmos porque a gente também tá inserido né, nessa sociedade que, que precisa de muito, muita mudança, então com certeza é isso, realmente a gente precisa tá inserido e buscando cada vez mais 'garantir os direitos' porque [...] o que a gente ver é cada vez menos né? O governo tá aí, tudo se terminando, tudo... muita coisa que né, que foi conquistada hoje ela, a gente tem que tá lutando pra ela ser mantida, porque tá indo água a baixo [...] (Profissional 8).

O Profissional 1 aborda a importância das questões históricas da profissão, que descobrir e entender o sentido do Projeto Ético-Político é transformador. Faz uma articulação entre o particular e o universal, do qual fundamental é a luta cotidiana por direitos, igualdade, o que

perpassa a vida do entrevistado em vários sentidos, inclusive na consciência de classe e reconhecimento como trabalhador. A fala da Profissional 5 corrobora com os demais entrevistados, ao expressar também que acredita no Projeto Ético-Político. A Profissional 6 endossa os relatos anteriores e vai mais diretamente ao encontro da fala do primeiro entrevistado, ao também considerar a profissão incrível, transformadora. A Profissional 8 reconhece a relevância das lutas da categoria, pela conquista de direitos. Destaca que os profissionais precisam estar inseridos nos espaços, na busca por direitos, tanto para os usuários, como para os próprios profissionais, pois com o acirramento da luta de classes na atual conjuntura, como evidenciado pela entrevistada e também na Foto 3, os direitos estão sendo cada vez mais dizimados.

**Foto 3 – Resistir é preciso, mobilizar, lutar e seguir adiante!**



Fonte: (PEREIRA, 2017).

Em consonância principalmente com as últimas falas dos Profissionais 1 e 8, Antunes (2018) chama a atenção para um dos desafios à classe trabalhadora, como imperativo do século XXI, a “reinvenção”, reconstrução do socialismo, recuperar e fomentar essa ideia na sociedade. Nessa ótica ‘a luz no fim do túnel’ passa ainda pela luta cotidiana, coletiva, através dos movimentos sociais, das centrais sindicais, dos partidos de esquerda, como ferramentas que precisam ser também repensadas. O comunismo não priva ninguém do poder de se apropriar de

sua parte dos produtos sociais; apenas suprime o poder de subjulgar o trabalho de outros por meio dessa subjulgação (MARX; ENGELS, 2005).

A alternativa concreta a essa forma de controlar a reprodução metabólica social só pode ser a automeadiação, na sua inseparabilidade do autocontrole e da auto-realização através da liberdade substantiva, numa ordem social reprodutiva conscienciosamente regulada pelos indivíduos associados (MÉSZÁROS, 2008, p. 72-73).

Fresu (2020) evidencia que o modo de produção capitalista como produto humano, só pode ser superado pela ação dos ‘homens’, que não dá pra esperar a sua natural superação. O capitalismo é produto histórico da sociedade, passível de superação dialética, assim como os modos de produção anteriores, ao encontro de outras formas de sociabilidade, não ancoradas na dominação-exploração. O capitalismo não é o fim da história (ANTUNES, 2018). Bocayuva (2020, p. 113) “salienta que o momento presente nos exige a “formação de uma outra base intelectual e moral, de conhecimento, apoiada num novo boco social e técnico, que nos retire do cenário de catástrofe”. Para a classe trabalhadora além dos enfrentamentos cotidianos perante a situação de desemprego e desalento a pandemia coloca ainda mais dificuldades, então “mais do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar os sonhos e concretizá-los dia-a-dia no horizonte de novos tempos mais humano, mais justos, mais solidários” (IAMAMOTO, 2004, p. 17).

Do ponto de vista estratégico, se forem capazes de unir os laços de solidariedade e o sentido de pertencimento de classe, conjugando suas ações, as entidades representativas dos trabalhadores poderão, mais do que qualquer outra força social, demolir efetivamente o sistema de metabolismo societal do capital e sua lógica destrutiva e, assim, também começar a desenhar um novo modo de vida (ANTUNES, 2018, p. 152).

Os filósofos se preocuparam até então em interpretar o mundo, porém o que importa é transformá-lo (MARX; ENGELS, 2001), com isso ultrapassar o caráter contemplativo, individual ao encontro de transformações reais, objetivas, coletivas. “Se o mundo atual nos oferece como horizonte imediato *o privilégio da servidão*, seu combate e seu impedimento efetivos então, só serão possíveis se a humanidade conseguir recuperar o desafio da emancipação *humana, social*” (ANTUNES, 2018, p. 306, grifo nosso). Uma outra sociedade se faz necessária frente à lógica incontrolável, incorrigível do capitalismo (MÉSZÁROS, 2008).

**Ilustração 5** – O pão ou a liberdade?



Fonte: (ALMEIDA, 2020), adaptada pela autora.

Como já nos alertava Marx (2004) e em destaque na Ilustração 5, o ser humano preso à grosseira necessidade tem dificuldades de pensar para além de suas próprias carências individuais e imediatas, como a fome, a sede, o frio, o calor, dentre outros. Dessa maneira a individualidade e a racionalidade burguesa tornam-se regra e o caráter coletivo perde cada vez mais espaço, impondo mais barreiras as lutas sociais. Torna-se necessário condições materiais básicas para que as pessoas tenham possibilidades de pensar para além de si e dos seus, mas em prol também da humanidade como um todo. Uma outra maneira de olhar para o mundo e para as pessoas, uma forma de viver sem a dominação-exploração, “[...] um compromisso com a construção de uma sociedade humana digna e justa” (MARTINELLI, 2006, p. 11). Esses elementos afetam os processos de luta e resistência, também a saúde e a subjetividade dos trabalhadores, tema que será abordado na seção a seguir.

### 3.2. PRECARIZAÇÃO EXISTENCIAL E OS IMPACTOS NA SUBJETIVIDADE E NA SAÚDE DOS SUJEITOS DA PESQUISA: SUBLINHANDO EVIDÊNCIAS

*Em terra de desapego,  
o afeto é revolucionário!  
(NICASTRO, 2016).*

Em tempos de escassez emocional, de exacerbação da racionalidade e da individualidade burguesa (“do cada um por si ou salve-se quem puder”), tais discussões sobre saúde e subjetividade da classe trabalhadora, em especial dos profissionais formados em Serviço Social se tornam cada vez mais necessárias. E, no capitalismo contemporâneo, em constantes metamorfoses, os impactos dos processos de precarização no mundo do trabalho, em que perpassam o desemprego, o desalento e no caso dessa pesquisa também a Contrarreforma Trabalhista de 2017, reverberam também na “[...] precarização existencial, alterando os registros históricos da questão social no século XXI” (ALVES, 2013, p. 235). A flexibilização no mundo do trabalho que se “[...] expressa na diminuição drástica das fronteiras entre atividade laboral e espaço da vida privada, no desmonte da legislação trabalhista, nas diferentes formas de contratação da força de trabalho [...]” (ANTUNES; PRAUN, 2015, p. 412), dentre outros aspectos. Tais fenômenos estão cada vez mais presentes na vida cotidiana dos trabalhadores.

Dessa forma, a fim de ampliar o debate sobre esses importantes conceitos que refletem na vida particular das pessoas, ao causar inclusive sofrimentos diversos, nesta seção discorre-se e analisa-se aspectos referentes à precarização existencial e suas implicações na saúde e na subjetividade da “classe-que-vive-do-trabalho” (ANTUNES, 2007). Esse sistema social que é “[...] num grau muito maior que qualquer outro modo de produção, uma dissipadora de seres humanos, de trabalho vivo, uma dissipadora não só de carne e sangue, mas também de nervos e cérebro” (MARX, 2013, p. 116). O capitalismo não vilipendia tão ‘somente’ o corpo do trabalhador ao sugar, explorar sua força de trabalho, como um “moinho satânico”, um moedor de carne (POLANYI, 2000), mas também afeta sua saúde mental, subjetividade, repercute nos níveis de estranhamento, alienação, fragiliza o tecido social.

Para Moraes; Fernandes (2016) (em entrevista com Giovanni Alves) a precarização existencial consiste na precarização das relações de existência, que reverbera no plano da reprodução social, em campos da vida pessoal, degrada a vida do trabalhador. Manifesta-se no cotidiano e se refere “[...] a relação que você faz entre o tempo de trabalho e o tempo de lazer,

o tempo de vida, as relações que você tem lá fora. Você pode pensar também as relações de consumo, ela é parte da reprodução” (MORAES; FERNANDES, 2016. p. 432). Isso se relaciona a forma como as pessoas organizam seu tempo de trabalho, lazer, vida em família, social, concerne ainda a maneira como consome e o que consomem. Tais aspectos em maior ou menor medida trazem consequências no modo de vida, como refere o entrevistado:

Antes tu saía de lá, batia teu ponto, chegava em casa e não tinha que fazer mais nada, agora chego em casa tá com trabalho, está impregnado no teu subjetivo alí questão de prazo, se vai conseguir dar conta ou não, cobrança quando tá fora do período de trabalho. Eu acho que a precarização tá só se agravando, a gente vê muito esses discursos aí que a modernidade veio pra auxiliar pra tornar o trabalho mais fácil, mas o trabalho tá tomando mais o nosso tempo né... que eu poderia estar usando pro ócio, pro lazer, ter uma qualidade de vida melhor, é um sofrimento psíquico também bem maior, porque tu tem cobrança, o subjetivo fica trabalhando, aí e na era dos serviços a gente tem o trabalho subjetivo ligado à tecnologia, a todo momento capturado [...] (Profissional 1).

Dessa forma ““a captura” da subjetividade é a “captura” da intersubjetividade e das relações sociais constitutivas do ser genérico do homem” (ALVES, 2010, p. 13). Interfere no seu modo de ser, pensar, agir entre os pares na sociedade, repercute para além da degradação do ambiente de trabalho, mas também na degradação da vida social e cotidiana. No caso do relato do Profissional 1 percebe-se que os processos de precarização extrapolam a esfera da venda da força de trabalho, adentrando cada vez mais na vida pessoal, inclusive facilitados pela tecnologia, o que acaba “[...] subsumindo o tempo de vida ao tempo da jornada de trabalho. Convertendo, inclusive o tempo do ócio em tempo dedicado a reprodução das relações que constituem o emaranhado de mediações do sociometabolismo do sistema do capital” (RICHTER; SILVA, 2018, p. 72). Assim

O apoderamento da subjetividade do trabalhador se opera por meio de um discurso com verborragia própria e inspiradora, presente os valores-fetiches do capital. Nessa metalinguagem, encenando uma disposição anímica para a cooperação motivada, trabalhadores assalariados são denominados de ‘colaboradores’ e ‘parceiros’, não obstante sejam tratados como subalternos, com autonomia criativa cerceada em diferentes níveis, em muitos casos, com notadas restrições políticas (VASCONCELOS, 2020, p. 76).

No presente estudo identificou-se como primordial abordar a precarização existencial, para assim compreender e explicar os aspectos centrais que rebatem na vida do trabalhador, independentemente do nível de estudo ou salário, pela premissa da proletariedade. Tais



processos se manifestam tanto na saúde como na subjetividade, para além ainda dos desafios e problemas no espaço de trabalho. A precarização existencial que se caracteriza como “[...] a precarização das condições de existência da pessoa que trabalha tendo em vista a vigência do modo de vida *just in time*<sup>103</sup> e a presença do fenômeno da “vida reduzida”” (ALVES, 2015, p. 247), como apontam os seguintes relatos:

[...] e tudo isso vai afetando o psíquico, porque é a tua saúde, aí tu negligencia a saúde física, a saúde mental... eu acho que é uma... um adoecimento do trabalho, coisa que ninguém consegue fugir e ainda mais no mundo de precarização como que a gente tá também (Profissional 1).

É, eu adoeci no trabalho principalmente nesse último que eu tive tá [...] eu fiquei, entrei numa depressão bem, bem grande né... e isso me levou, isso foi uma das causas assim que quando eu fui demitida [...] pra mim foi como se fosse um, um alívio assim sabe... me tiraram um peso das costas sabe? Então e outros e outros tipos assim que eu tive de adoecimento no trabalho [...] é... é... sempre ligado a depressão entendeu... sendo muito massacrada, muito cobrada sabe? E uma cobrança muito grande uma, cobrança muito grande! Então dependendo de como tu tá né [...] tu adoce, entra em adoecimento. [...] porque daí veio a questão de mais cobrança... é aquilo que eu falei aí, aí que eu fui adoecendo né...[...] creio que... muito a questão do adoecimento, fui demitida mas pela questão do adoecimento no trabalho (Profissional 2).

O Profissional 1 refere que o trabalho até dificulta os cuidados e a atenção com a própria saúde e que inclusive o adoecimento é uma das consequências do desenvolvimento do trabalho, principalmente o precarizado. No caso da Profissional 2, além do adoecimento no trabalho, da depressão, a mesma foi “dispensada” quando seu trabalho já não atingia mais as expectativas e metas estabelecidas. Assim “a pressão pela capacidade imediata de resposta dos trabalhadores às demandas do mercado, cujas atividades passaram a ser ainda mais controladas, [...] tem convertido, paulatinamente, o ambiente de trabalho em espaço de adoecimento” (ANTUNES; PRAUN, 2015, p. 414). Percebe-se ainda na fala a desresponsabilização da empresa frente à situação da então funcionária, a desumanização e embrutecimento das relações sociais, tanto que a demissão, apesar de todos os transtornos que causa na vida de um trabalhador (pela supressão da renda, etc.), foi um alívio para a profissional mediante o sofrimento (fardo) e as cobranças que a mesma estava passando. “Na era da acumulação flexível, na qual as mercadorias tornam-se obsoletas e descartáveis rapidamente, o ser humano, convertido pelo capital em mercadoria, também se vê submetido, pela incapacidade e “perda de produtividade” geradas pelo adoecimento, à descartabilidade” (PRAUN, 2016, p. 19). Nessa sociedade de

---

<sup>103</sup> que “[...] implica maior carga de pressão no plano psíquico do *homem-que-trabalha*, tendo em vista que ele opera o fenômeno da vida reduzida. Na medida em que a produção toyotista torna-se totalidade social, ele impregna a vida social de elementos valorativos do produtivismo capitalista” (ALVES, 2013, p. 240, grifo nosso).

predomínio das coisas sobre as pessoas, altera-se elementarmente “[...] a relação original entre o sujeito e o objeto da atividade produtiva *que é completamente subvertida*, reduzindo o ser humano ao status desumanizado de uma mera “condição material de produção”. O “ter” domina o “ser” em todas as esferas da vida” (MÉSZÁROS, 2002, p. 611, grifo nosso). Humaniza-se as coisas e coisifica-se as pessoas, em um processo de reificação sob o domínio de relações fetichizadas. A força de trabalho nessa perspectiva é somente mais uma entre tantas outras mercadorias, passível de ser descartada, substituída.

#### Ilustração 4 – Traços da precarização existencial



Fonte: (ASCOM, 2019), adaptada pela autora.

A precarização existencial afeta as pessoas também por meio de enfermidades, como: transtornos, ansiedade, depressão (saúde mental) e ainda por problemas relativos ao próprio trabalho como: a DORT<sup>104</sup> (antes denominada LER<sup>105</sup>, que acomete também a pesquisadora) tendinite, lombalgia, mialgias, ‘acidentes’ de trabalho, doenças ocupacionais, dentre outros,

<sup>104</sup> Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho.

<sup>105</sup> Lesão por Esforços Repetitivos.

como esboçadas na Ilustração 4 e nos relatos dos profissionais. “As mudanças ocorridas no mundo do trabalho nas últimas décadas resultaram na constituição de um exército de trabalhadores mutilados, lesionados, adoecidos física e mentalmente, muitos deles incapacitados de forma definitiva para o trabalho” (ANTUNES, 2018, p. 151). Esses processos adoecedores fomentam a individualidade, rompem laços de solidariedade, afetam a subjetividade (que é também uma construção social), a saúde, o sentimento de pertencimento, mas por outro lado influenciam também nas estratégias de defesa, luta e resistência. “A ofensiva do capital sobre o trabalho, ao submetê-lo à lógica destrutiva do capital, promovendo a individualização e o isolamento é, nesse sentido, uma ação que busca cotidianamente desmontar sua manifestação de classe historicamente antagônica aos interesses da ordem capitalista” (ANTUNES; PRAUN, 2015, p. 416). A precarização existencial que

[...] perpassa limites subjetivos, afetando a vida intrapsíquica e identidade do trabalhador, que se vê obrigado a silenciar o lamento e a tristeza, para não motivar sua exclusão entre os pares, ou mesmo, seu desligamento. Nesse ponto, de isolamento e dor, ao trabalhador proletarizado é negado uma experiência social saudável, de troca e desenvolvimento (VASCONCELOS, 2020, p. 74).

A precarização do trabalho repercute em uma série de agravos à saúde do trabalhador, atinge essas pessoas e se estende muitas vezes aos demais, à família, cônjuge, filhos, se espalha também nas relações sociais inerentes. Sobre essa precarização o Profissional 1 relata que: “É bem presente né? Acidente de trabalho com o meu, com o meu pai, meu pai, ele é segurado do INSS por conta de acidente de trabalho, ele sofreu um acidente e fraturou a coluna, então já é um dos reflexos da precarização dentro da minha família”. Esse acontecimento que afetou não ‘somente’ o trabalhador, mas a estrutura familiar, pois o pai do entrevistado se aposentou por invalidez em razão do acidente. “A doença do trabalho vivo é a expressão da degradação da dignidade da pessoa humana pelo movimento do capital” (ALVES, 2015, p. 248).

Eu tenho questões tipo quando eu ‘tava’ fazendo TCC e até agora há pouco eu tava com compulsão alimentar, tipo é um indício, indícios da ansiedade, depressão né? Então eu ‘tava’ com compulsão alimentar, eu comia, comia sem ter vontade sabe? E outra coisa insônia. ‘Tava’ com insônia assim... demorava pra dormir, isso, isso são indícios de que eu não ‘tava’ bem mentalmente, psicologicamente isso. E tinha dias eu não queria acordar de manhã, eu acordava e queria voltar a dormir por quê de que adiantava, eu pensava, o que que eu vou fazer? Eu não tenho nada nada pra fazer, eu me sentia várias vezes inútil sabe... sabe assim o que, que eu ‘tô’ fazendo sabe, é assim, aí... nossa não é fácil né? (Profissional 6).

Conforme depoimento da Profissional 6, a situação de desemprego, a frustração por não conseguir se inserir na área de formação, (dentre outros aspectos) se manifestavam já no final da graduação, pelas incertezas no mercado de trabalho, o que lhe causou sofrimentos de diversas ordens como: ansiedade, indícios de possível depressão, compulsão alimentar, insônia. A mesma se sente psicologicamente afetada por esses problemas ao ponto de além de se questionar, também não sentir vontade nem de levantar da cama, algo que chama atenção, acende o alerta para uma jovem de apenas 25 anos (se formou com 22 anos).

[...] eu acredito que a cada ano a legislação ela, ela vem, vem trabalhando né pra... pra não dar assistência total ao trabalhador, ela vem diminuindo e cerceando todos os direitos que a pessoa [...] tem né, então como eu mesmo trabalho... eu trabalhei esse ano praticamente como intermitente, então é uma pessoa que não tem direito nenhum assegurado né, ela trabalha alí recebe o dia e pronto é aquilo alí, não, não tem nada além disso, não tem uma estabilidade, não tem um plano de saúde e o salário é cada vez menor. [...] eu já trabalhei praticamente com várias coisas [...] com vendas também pra manter né, pra ter uma renda melhor, já vendi lingerie, vendia, vendo Natura, tudo pra aumentar a renda, então né, isso não deixa de ser precarização do trabalho né? Até porque a gente precisa se manter então, tem que buscar outros meios, mas, mas eu acho que o mais assim é esse mesmo que ele não dá, não dá uma segurança de salário, não, não te dá uma assistência né, à saúde, não, não tem uma, uma estabilidade [...] isso tudo acaba em adoecimento (Profissional 8).

Então é cada vez mais precário, a gente vê mais a precarização e a legislação trabalhista tá cada vez pior [...] (Profissional 1).

A Profissional 8 passa por formas de trabalho informal e atualmente também intermitente, agravamento de uma das modalidades “legalizadas” pela Contrarreforma Trabalhista de 2017. Esse tipo de “trabalho” que não assegura direitos e ainda prolonga e intensifica a jornada de trabalho. A mesma ainda refere que a insegurança causada pela instabilidade no trabalho afeta sua saúde. Dessa forma são ampliadas “[...] as relações entre trabalho e adoecimento, repercutindo na saúde física e mental dos trabalhadores, nas formas de objetivação e subjetivação do trabalho” (RAICHELIS, 2011, p. 421). A fala do Profissional 1 vai também ao encontro do que relata a entrevistada anterior frente a precarização do trabalho, que se agudiza nesse cenário de perda de direitos. Torna-se corriqueira a desregulamentação, a informalidade, a subcontratação, a *uberização*, etc. O sistema capitalista que se ancora na dominação-exploração, ao encontro do lucro, da acumulação de capital, com o controle de mentes (ideologia) e onde “[...] o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso” (FOUCAULT, 1987, p. 31).

A internalização dos valores neoliberais como próprios do sujeito, o consentimento condicionado para manipulação de seus desejos, prioridades e afetos, o alheamento político, a indiferença social e o rogo pela exploração, integram essa mixórdia complexa, constituindo evidências inequívocas da precariedade existencial porque atacam o indivíduo em sua formação primária, dada a elementaridade do trabalho para a constituição do ser social (VASCONCELOS, 2020, p. 78-79).

Tal introjeção dos preceitos burgueses como sendo interesses da classe trabalhadora, o modo de vida burguês, assolam o entendimento de classe em si, para si e para além de si. E, somado ao risco eminente de demissão, de falta de trabalho como para os informais e o próprio fantasma do desemprego, reverberam inclusive em adoecimentos, afeta a subjetividade. “O desemprego causa sérios efeitos psicológicos e sociais. Aqueles que sofrem com isso geralmente experimentam profunda insatisfação existencial” (PÉREZ, s/p, 2018). Em meio a essa situação, o sentimento de frustração perpassa a vida das pessoas, o que repercute no dia a dia desses trabalhadores como relatam 3 profissionais entrevistados:

Pra ‘ti’ conseguir algo, então pra mim é bem difícil assim sabe, a gente, eu ‘tô’ assim há 2 anos na busca, eu ‘tô’ desde que me formei, eu ‘tô’ procurando alguma coisa, não consigo nada, assim é frustrante, é assim é bem cansativo, a realidade é essa sabe? (Profissional 6).

[...] a gente se sente frustrado de não ter e não conseguir, de se submeter a trabalhar em outra área, não é vergonha nenhuma, mas se a gente investe naquele, naquele alí, tu quer trabalhar naquele alí. Frustração que gera questão de saúde mental... é prejudicial, é prejudicial, a gente dispende todo um tempo, aprende uma profissão, a gente não perde o amor, a gente não perde a vontade de atuar, mas não consegue se inserir... (Profissional 1).

a frustração bate né, a ansiedade bate porque é, tu fica lutando ou... [...] é uma dificuldade tremenda e a ansiedade ela vai chegar, ela chega e daí tu não consegue lidar... é muito difícil, é bem difícil, assim bem complicado (Profissional 8).

O trabalhador a fim de buscar manter minimamente sua subsistência e de sua família, por duras vezes se ver impelido à sucumbir à vários constrangimentos, como ir trabalhar em período de pandemia (por exemplo, dentre outras imposições). Pela necessidade material (sobrevivência, o imediato) arisca a própria vida (também dos familiares, por conta do contágio) visto a desatenção do Estado em assistir à população mais pauperizada economicamente de forma mais concreta (com uma renda básica universal para além do Bolsa Família, do BPC<sup>106</sup> e do Auxílio Emergencial, este último em caráter de “voucher”, não de política pública

---

<sup>106</sup> Benefício de Prestação Continuada.

permanente). Na pesquisa com os profissionais, identificou-se a importância desse Auxílio, no qual 5 dos 8 entrevistados relataram ter recebido, o que diminuiu os impactos negativos na renda da família frente à crise sanitária. Com o decurso do estudo, percebeu-se ainda a importância e a centralidade que o apoio familiar tem para os profissionais. Todos em alguma medida e até mais de uma vez, relataram o quanto é primordial esse amparo, principalmente mediante a situação de desemprego, desalento e também da pandemia. Segue então a expressão de 2 desses relatos:

Então o apoio familiar também faz a diferença nas questões emocionais, viver de uma forma ‘estruturada’, de uma família te dar apoio, um suporte emocional nesses momentos também assim... é a única... é muito importante, mas cada caso é um caso né? (Profissional 1).

Assim eu particularmente... sim eu tenho pessoas maravilhosas na minha vida que sempre me deram apoio. Assim então eu notei que sim... que sempre querem o meu melhor sabe? Então graças a Deus eu tenho pessoas maravilhosas na minha vida assim sabe? Então aí assim eu com a minha família a gente, a gente é muito unido sabe, muito unido assim... a gente se fala todos os dias [...] eu sempre tive o apoio da minha família também sabe, então eu sei que essa, essa realidade minha, mas eu sei que tem outras realidades aí que não é a mesma coisa, então, então eu sou privilegiada sabe por isso, por eu ter pessoas que dão conta disso sabe [...] porque tipo eu tenho pessoas sabe que conseguem me ajudar entendeu? (Profissional 6).

Percebe-se nos 2 depoimentos o quão fundamental é o esteio da família, quer seja na situação financeira, emocional, no incentivo, de como essa união faz a diferença na vida desses profissionais. “A família, independentemente dos formatos ou modelos que assume, ainda é o lócus por excelência na história da humanidade onde aprendemos a ser e a conviver. É mediadora das relações entre os sujeitos e a coletividade, [...] bem como geradora de modalidades comunitárias de vida” (BRASIL, 2004, p. 33). Nota-se ainda que os entrevistados compreendem que essa realidade não é a da maioria das pessoas, não se pode esquecer, generalizar, nem “[...] desconsiderar que ela [família] se caracteriza como um espaço contraditório, cuja dinâmica cotidiana é marcada por conflitos e geralmente, também, por desigualdades” [...] (BRASIL, 2004, p. 34, grifo nosso). Porém diferentemente desses outros contextos, para os Profissionais 1 e 6 frente as interlocuções mediadas pelo Roteiro Norteador (Apêndice A) nesses relatos dos entrevistados a família é inclusive “um lócus privilegiado de solidariedades, na qual os indivíduos podem encontrar refúgio contra o desamparo e a insegurança da existência” (PEREIRA, 2004, p. 18). O que se expressa também nas falas de mais 4 profissionais

O que aconteceu na realidade em relação a minha família, é que eu vejo preocupação deles, que querem que eu fique bem entendeu... que eu fique bem né? Essa questão de eu não sair pra procurar emprego agora, foi da minha filha, então, então, não vou sair agora né? Então eu percebo uma preocupação, para que eu fique bem né? Independente de ter dinheiro ou não (Profissional 2).

Então a nossa família se uniu muito mais [...] como eu disse a questão da minha família é... tem sido meu suporte e eu ter eles pra...[...] como eu venho conversando com a minha família eu tenho muita sorte assim, que a minha família tem condições de me bancar sabe, enquanto eu não, não consigo um emprego sabe? (Profissional 4).

Eu não estou completamente desamparada que... eu tenho apoio da minha família em todos os sentidos, não só financeiro [...] é eu poderia tá bem, bem pior, mas por conta dessa possibilidade de acesso e de apoio que eu tenho na minha família tá, dá para levar sabe... dá pra ir, dá pra não surtar completamente (Profissional 5).

[...] a minha família é muito unida sabe então, todo mundo longe, mas tá se apoiando [...] eu já tive uma tia na família que ela entrou em pânico ‘pela essa questão de pandemia’, então todo mundo se uniu, todo mundo se ajuda e eu acho mesmo que se acolhe sabe? [...] porque logo veio a gravidez aí, já ‘tava’ desempregada, recém se formou e tudo é muito difícil né? Então eu achei assim que nós nos aproximamos mais depois disso, porque aqui em casa somos só eu, a minha mãe, o meu marido e o meu filho é... então nos aproximamos mais, nós nos unimos pra ninguém ficar mal assim né, até eu não me abalar e não prejudicar o bebê (Profissional 7).

Identifica-se nas expressões dos entrevistados, que o acolhimento familiar se estende também nessas outras 4 exposições. No primeiro relato (Profissional 2) percebe-se que para os familiares mais importante do que a renda é a saúde da profissional. Já na outra fala (Profissional 4) observa-se que a família é o sustentáculo, a base para enfrentamento de dificuldades, inclusive do desemprego. Isso é endossado também no próximo relato (Profissional 5), no qual a entrevistada refere que sem esse suporte familiar provavelmente teria “surtado” mediante tantas adversidades. E assim no quarto depoimento a Profissional 7 reforça a questão da união, em que uma parente estava em pânico por causa da pandemia e a família a amparou, a ajudou nesse momento de aflição. Essa entrevistada finaliza mencionando que foi acolhida pela mãe em importantes momentos como a gravidez inesperada, o desemprego e o fim da graduação. Não sendo estes meramente “casos de família”, mas realidades diversas que confluem para o que é fulcral na vida desses trabalhadores. Duas outras entrevistadas, as Profissionais 2 e 6 relacionam a religião como importante espaço de apoio e fé; como sendo o ópio do povo (MARX, 2010), com a liberdade de professar (ou não pela laicidade) tanto do profissional, como dos usuários, amparados tanto pela Constituição Federal de 1988 no artigo 5<sup>a</sup>, inciso VI, como no Código de ética do Assistente Social de 1993, no 11<sup>a</sup> artigo.

Torna-se primordial salientar que as discussões aqui elencadas buscaram colocar em cena, em evidência, alguns dos processos sociais que repercutem cotidianamente na vida dos

trabalhadores, inclusive com os profissionais formados em Serviço Social, por também pertencerem à classe trabalhadora. Essas adversidades que trazem rebatimentos, impactos à sua saúde e subjetividade, atingem a situação mental, a autoestima e a confiança das pessoas dentre outros aspectos elencados anteriormente. O próximo item aborda então, outras inflexões para a classe trabalhadora na contemporaneidade agravadas pela pandemia de COVID-19 frente a voracidade do capitalismo.



### 3.3. ENTRE A CRUZ E A ESPADA: REPERCUSSÕES DA PANDEMIA DE COVID-19 NO AGRAVAMENTO DAS DESIGUALDADES E INTERDIÇÕES NO MERCADO DE TRABALHO

*O coronavírus é um dos sintomas,  
o capitalismo que é a doença,  
a vida acima do lucro!  
(DIAS, 2021).  
(adaptado pela autora)*

A pandemia de COVID-19 trouxe consigo um cenário de emergência sanitária muito expressivo em escala global, tirando a vida de milhares de pessoas em todo o mundo e também afetando a economia, com um maior nível de empobrecimento, miserabilidade e desemprego aos trabalhadores. Aprofundou as disparidades entre as classes sociais, sendo assim parte de uma crise civilizatória, humanitária, social. E, no Brasil também institucional, no governo de Jair Bolsonaro, com escolhas políticas<sup>107</sup> quando não criminosas, no ‘mínimo’ irresponsáveis, omissas.<sup>108</sup> Ainda autoritário, reacionário, contra os interesses e demandas da classe trabalhadora, de extrema-direita, também anticiência, revisionista, negacionista. Em destaque aqui a discussão dos impactos à classe trabalhadora, também aos profissionais formados em Serviço Social em desemprego ou desalento no Rio Grande do Sul, em situação precarizada, como em trabalhos: informais, *uberizados*, intermitentes, terceirizados, subutilizados, subcontratados, dentre outros.

---

<sup>107</sup> Para melhor entendimento dessa apreensão sobre o governo Bolsonaro ler esses e tantos outros textos: SEVERO, Valdete Souto. **Por que é possível falar em política genocida no Brasil de 2020?** Disponível em: <<https://cutt.ly/ShgkMCf>>, acesso em: 27 nov. 2020; MARIZ, Renata. **Ministério da Saúde tem R\$ 3,4 bilhões ‘parados’ desde maio no orçamento emergencial de combate à pandemia.** Disponível em: <<https://cutt.ly/qhgluI2>>, acesso em: 27 nov. 2020; FRAGÃO, Luisa. **Governo Bolsonaro pode ter de jogar no lixo quase 7 milhões de testes para Covid-19.** Disponível em: <<https://cutt.ly/ahgco2x>>, acesso em: 27 nov. 2020, RIBEIRO, Marcelo; DI CUNTO, Raphael. **52 pedidos de impeachment esperam decisão.** Disponível em: <<https://cutt.ly/khxCsT3>>, acesso em: 27 nov. 2020, dentre outros textos e falas do próprio presidente.

Terra arrasada: esta é a expressão que vem à mente quando se pensa no Brasil nos últimos anos. Tudo aquilo que, com esforço, fora construído a partir do final da ditadura militar, em termos de democracia e de promoção da justiça social, foi destruído em pouco tempo. A ofensiva de direita, o golpe de 2016 e a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 produziram um revés que poucos foram capazes de prever ou mesmo imaginar. É um retrocesso que ocorre em múltiplas dimensões. A classe trabalhadora foi atingida pela revogação de parte importante da legislação que a protegia na relação com o capital e com a redução do financiamento para educação, saúde e outros serviços públicos. A desproteção social resultante atinge sobretudo as mulheres, principais responsáveis pelo cuidado com as crianças, os velhos e os enfermos. Elas também sofrem assim como a população *LGBTQIA+*, com o refluxo das políticas governamentais de enfrentamento dos padrões históricos de opressão social definidos por gênero, raça, sexualidade e classe (MIGUEL, 2019, p. 11, grifo nosso).

Para Antunes (2020) as crises de 1968-1975 (estrutural, principalmente em 1973) e de 2008-2009 (do setor imobiliário e bancário estadunidense) mostram tanto a capacidade do capitalismo de se reinventar em meio à tantas ‘dificuldades, barreiras’, de se transmutar, com sua voracidade, barbárie, caráter predatório, de mesmo em cenários caóticos como a pandemia por exemplo (dentre outros), continuar vigente, se ampliando, se reproduzindo, em meio aos processos de luta e resistência. Esses processos de metamorfoses no capitalismo trazem desdobramentos nos: “[...] ritmos estonteantes de corrosão do trabalho; destruição ilimitada da natureza; degradação do mundo rural, convertido em agrobusiness e em zona de extrativismos predatórios; segregação urbana e social, etc.” E que se ancoram ainda em uma “[...] forte eugenia social, a exacerbação do racismo, a opressão de gênero, a xenofobia, a homofobia, o sexismo, além da propagação do *culto aberrante* da ignorância, do desprezo à ciência [...]” (ANTUNES, 2020, p. 83-88). Tal imbricação consiste em um sistema de metabolismo antissocial do capital, de crise estrutural e emergência sanitária que é apontado pelo autor como um “capitalismo pandêmico, virótico”. Em um quadro que exacerba as diferenças entre as classes sociais, onde a burguesia tem melhores condições, privilégios para enfrentar a pandemia e a classe trabalhadora se arrisca para sobreviver, é o fogo cruzado, uma agudização e aprofundamento no terreno da luta de classes.

[...] o progresso do COVID-19 exhibe todas as características de uma pandemia de classe, de gênero e de raça. Embora os esforços de mitigação estejam convenientemente ocultos na retórica de que “estamos todos juntos nisso”, as práticas, principalmente por parte dos governos nacionais, sugerem motivações mais sinistras. A classe trabalhadora contemporânea *mundial* [...] enfrenta a falta de escolha entre contrair a contaminação em nome de cuidar e manter os principais recursos da provisão (como supermercados) abertos ou ficar desempregada sem benefícios (com cuidados de saúde adequados). [...] As forças de trabalho em muitas partes do mundo são socializadas há muito tempo para se comportarem como bons sujeitos neoliberais, o que significa culpar a si mesmas ou a Deus se algo der errado, mas nunca ousar sugerir que o capitalismo pode ser o problema. Mas mesmo bons indivíduos que defendem o neoliberalismo podem ver que há algo errado com a maneira como esta pandemia está sendo respondida. (HARVEY, 2020, s/p, grifo nosso).

Para Marques; Depieri (2020) a desestruturação econômica e a tragédia humana generalizada exigem mais Estado, apesar de sua vinculação proeminente neoliberal. Os sistemas públicos de saúde por sua vez se destacam, apesar de todos os ataques sofridos por décadas e décadas de políticas residuais, de proteção social mínima. Uma particularidade dessa pandemia é que ela atingiu economicamente alguns países antes da doença chegar propriamente ao território.

Nesse cenário de crise sanitária percebe-se que a população que mais sofre os rebatimentos de desemprego, de contaminação, de falta de acesso à tratamento de saúde quando ocorre o contágio, sem conseguir fazer o isolamento social adequado (ou até mesmo sem direito de fazer), com a falta de água até para lavar as mãos é a classe trabalhadora, o que desmistifica a ideia de que o vírus seja assim tão ‘democrático’. “Quem está nas periferias são os que mais morrem de COVID-19, são os que estão sentindo os impactos na renda, e o aumento da violência doméstica, a ausência de políticas do Estado [...]” (CAMPOS; ARANTES, 2020, s/p).

A Foto 4 ilustra fatidicamente as discussões elencadas nessa pesquisa ao simbolizar os trabalhadores que arriscam suas vidas no transporte público lotado (por exemplo, dentre outros) em plena pandemia, em troca de um salário, ao ficar entre a cruz e a espada em prol da sobrevivência. Tal analogia com o período escravocrata brasileiro, seus resquícios na formação social e econômica do país, agravadas na contemporaneidade pela crise sanitária, não são mera coincidência, mas um projeto de dominação e manutenção do capitalismo. A escravidão é o nosso berço, em um país em transe (SOUZA, 2017).

Foto 4 – O navio negreiro



Foto: (CARPENTER, 2020).

De acordo com Marques; Depieri (2020) a crise na economia aprofundada, decorrente do coronavírus, impactará a economia mundial como nunca antes vivenciado pela humanidade. Os setores que sentiram o impacto da crise mais de ‘imediato’ foram o de aviação e turismo. Metade da população mundial, cerca de 4 bilhões de pessoas, conforme a agência de notícias *Press*, estavam com algum tipo de restrição de circulação no começo do mês de abril 2020, o que afetou significativamente as atividades econômicas. O FMI calculava uma queda de 3% na economia global e de 11% no volume de bens e serviços. Já o Banco Mundial tinha um prognóstico de queda de 4,6% no PIB na América do Sul e Caribe. O FMI projetava no começo da pandemia uma queda de 5,3% no PIB do Brasil, número que ficou conforme Lúcio (2021) em – 4,1%, a menor taxa desde 1996. Tais números só não foram ainda mais expressivos, por conta do auxílio emergencial, (que diminuiu de R\$ 600,00 para R\$ 300,00, foi suspenso e só voltaria a ser pago em 2021, no valor de R\$ 150,00 à aproximadamente R\$ 375,00, de abril à julho, sob a chantagem de ser aprovada a PEC 188/2019 do novo Pacto Federativo<sup>109</sup>, que em

---

<sup>109</sup> Proposta que dentre outros pontos controversos, mexe com os percentuais para os orçamentos da Saúde e da Educação, visa assim o fim da obrigatoriedade de investimentos mínimos nessas duas pastas pela União, Estados e municípios. “No caso de estados e municípios, 25% da receita arrecadada com impostos deve ser gasta com educação, para a União esta parcela é de 18%. Para a saúde, em estados o valor é de 12% da receita e para municípios é de 15%. A proposta da PEC é de unificar o piso dos gastos com saúde e educação para a União, estados e municípios. Isso significa que não existirá mais um mínimo para cada área e sim um mínimo geral.

discussões na Câmara e Senado foi tirada por enquanto de cogitação, mas que propôs outra “contrapartida”, o congelamento dos salários dos funcionários públicos, dentre outras medidas de austeridade, como privatizações). Em comparação com igual período de 2019 o PIB caiu 11,4%, o maior tombo desde 1996. Ainda com uma queda acumulada de 2,2% frente aos 4 trimestres anteriores a 2020. Já no primeiro trimestre de 2020, o PIB no país estava em queda de 5,9% em relação ao mesmo período de 2019 (-0,2% este em comparação ao quarto trimestre de 2018) antes da ‘explosão oficial’ da pandemia no Brasil. Marques; Depieri (2020) ressaltam ainda que o Banco Mundial antevê para o país um aumento da taxa de pobreza de 4,4% para 7%, sendo que o país já vinha atravessando um cenário de crise desde a recessão de 2015-2016 (a crise fabricada e o golpe), em que nos anos seguintes o crescimento foi irrisório, apenas 1%. Tal cenário de incertezas dificultam a tomada de decisões mais acertadas e também de projeções econômicas.

[...] o pós-pandemia que se desenha desde agora não será apenas de luto pelos mortos por causa da COVID-19 e de desalento em razão do desemprego elevado e da recessão econômica. Deverá comportar uma elevação da centralização dos capitais, o aumento das desigualdades e as práticas de extermínio para aqueles que se mostram inúteis para o capital (NAKATANI; MELLO; BRAGA, 2020, p. 7).

E complementam, Campos; Arantes (2020, s/p) ao enfatizarem a falácia da austeridade por parte do governo, que prioriza o apoio aos bancos, ao setor financeiro (aos interesses vorazes do capital) em detrimento dos recursos para a população em situação social e econômica mais vulnerável.

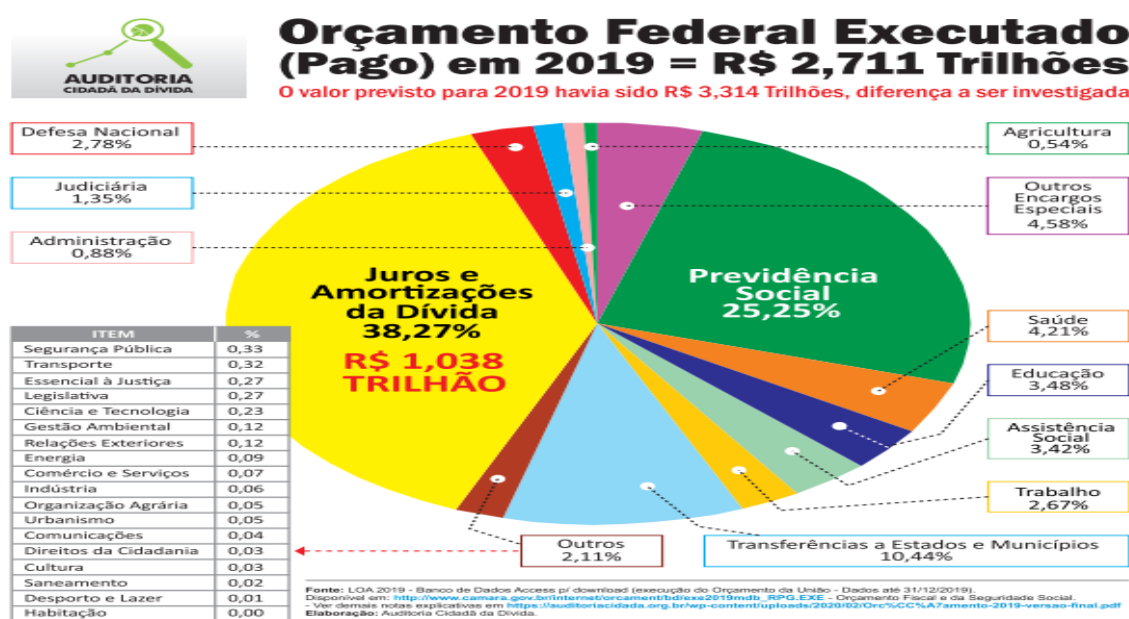
---

(CEOLIN, 2019, s/p). Isto é, retira a obrigatoriedade do orçamento público, visando desmontar e sucatear ainda mais esses serviços públicos. Guedes (ministro da Economia), propõe ainda a ampliação da rede escolar no ensino básico por “*voucher*”, que nada mais é que “expandir” a educação por meio da rede privada, o direito literalmente como mercadoria. Sendo essa a PEC 188 do Pacote “Mais Brasil”).

Como desculpa para não ampliar o auxílio de R\$ 600,00, Guedes adota a receita neoliberal do “equilíbrio” fiscal, afirmando que não há recursos, que esse seria um gasto muito grande ao governo. Oras, só no período da pandemia, o Banco Central já deu aos bancos uma quantia de aproximadamente R\$ 1,2 trilhão, o equivalente a 16,7% do PIB brasileiro. Além disso, a tributação aos banqueiros é baixíssima, além da falta de tributação dos dividendos de acionistas. Ou seja, enquanto o povo paga entre 7,5% até 22,5% de imposto de renda, os banqueiros e outros grandes empresários não pagam nada sobre os lucros obtidos. Por isso, defendemos a taxação das grandes fortunas, além de outras medidas que ataquem os interesses de bancos e do sistema financeiro. Também devemos oferecer respostas ao problema da dívida, exigindo a auditoria e suspensão de pagamento de juros e dividendos para grandes credores. A pressão também deve ser feita para que as outras políticas de moradia, saneamento, segurança e saúde estejam em manutenção nas cidades pois o que caracteriza a pobreza e a miséria não somente diz respeito a renda como saída isolada, mas como parte de um todo, nesse sentido, a revogação da emenda constitucional 95/2016, do teto dos gastos, que restringe os investimentos com gastos públicos por 20 anos, precisa ser feita de forma urgente também.

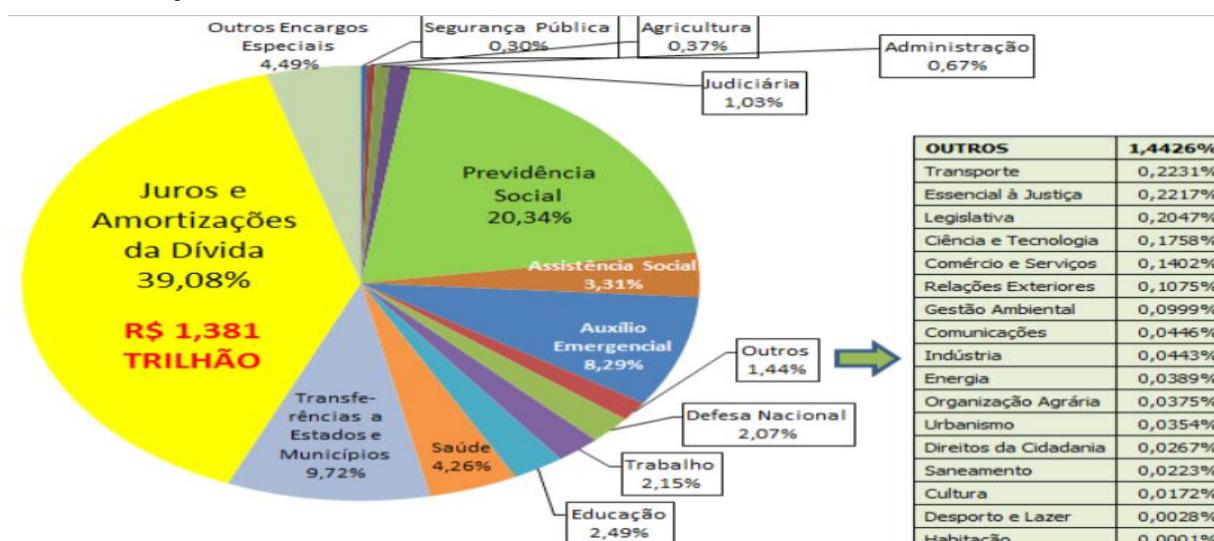
A política de Estado mínimo, neoliberal se direciona somente para classe trabalhadora. A diferença entre os Gráficos 1 e 2 (Orçamento pago em 2020 = R\$ 3,535 trilhões, que inclui gastos do “Orçamento de Guerra” autorizado pela Emenda Constitucional 106/2020), mostram factualmente, qual é a prioridade dos governos, que mesmo em pleno período de pandemia, ‘agregou’ pifiamente o Orçamento para a área da saúde, de 4,21% para 4,26% e aumentou em 33% o pagamento dos juros da ‘dívida’. E, para onde mais querem tirar recursos, que é da Previdência Social (diminuiu o orçamento de 25,25% para 20,34%), um dos alvos de ataques da atual política de austeridade, privatizações (FATTORELLI; ÁVILA; MULLER, 2021).

Gráfico 1 – Orçamento da União em 2019



Fonte: (Auditoria Cidadã da Dívida 2020, s/p).

Gráfico 2 - Orçamento da União em 2020



Fonte: (FATTORELLI; ÁVILA; MULLER, s/p, 2021).

De acordo ainda com Maretti (2020) no Brasil 42 bilionários aumentaram suas fortunas em US\$ 34 bilhões, ('surgiram' 8 bilionários no país em plena crise sanitária) com o valor equivalente à metade da população brasileira, cerca de 105 milhões de pessoas. E 'despontaram' 73 bilionários da América Latina com uma fortuna de US\$ 48,2 bilhões do início da pandemia até junho de 2020. O patrimônio líquido desses super ricos cresceu de US\$ 123,1 bilhões em março, para R\$ 157,1 bilhões em julho. Enquanto estima-se que aproximadamente 40 milhões de pessoas percam seus empregos e 52 milhões entrem na faixa de pobreza na América Latina e Caribe nesse ano. Crise para quem?! Tal dinâmica representa em síntese a Lei Geral de Acumulação Capitalista, pois para que em um polo exista acumulação de riqueza, torna-se imprescindível a miséria, o pauperismo no outro polo (MARX, 2013).

A COVID-19 não é igual para todos. Enquanto a maioria da população se arrisca a ser contaminada para não perder emprego ou para comprar o alimento da sua família no dia seguinte, os bilionários não têm com o que se preocupar, diz Katia Maia, diretora executiva da Oxfam Brasil. Eles estão em outro mundo, o dos privilégios e das fortunas que seguem crescendo em meio à, talvez, maior crise econômica, social e de saúde do planeta no último século, acrescenta. O Brasil tinha 40 milhões de trabalhadores informais e 11,9 milhões de desempregados antes da pandemia, "muitos sem proteção social". Após a pandemia, horizonte que ainda nem mesmo a ciência consegue apontar com clareza, o quadro deve se agravar muito. As expectativas apontam que o desemprego pós-pandemia pode aumentar para taxas de 15%, com 16 milhões de desempregados." (MARETTI, 2020, s/p).

Referente as inflexões e agudizações na contemporaneidade engendradas pelo contexto da pandemia de COVID-19 aos sujeitos da pesquisa, apresenta-se os seguintes depoimentos:

E, é um é um misto né, porque a gente tá tentando melhorar e vem essa pandemia e acaba piorando a situação da gente, de muita gente que a gente conhece, afeta também. Além da nossa condição, afeta as pessoas perto da gente que também tão sofrendo com esse processo e fica mais difícil de lidar... uma carga emocional muito grande [...] e, e ainda a pandemia piorou mais ainda e aí depois eu já fiquei com COVID e aí agravou muito mais. E aí desemprego em fevereiro, março veio a pandemia e aí depois eu fiquei com COVID, quer dizer tudo, isso misturado foi um caos pra mim, haja saúde mental né? Tá sendo bem difícil, bem difícil. [...] Então não sei, mas afetou sim um monte né, a minha vida esse COVID (Profissional 3).

[...] olha como tem sido assim num ano bem, bem difícil, um ano novo pra todo mundo né, porque realmente é um ano que, que ele vai terminar e iniciar com a pandemia, então é um sentimento assim de frustração, é um sentimento de impotência, é uma mistura de sentimentos que as vezes a gente não sabe nem como lidar (Profissional 8).

Então e fora as pessoas conhecidas que eu tenho, que pegaram, que tiveram ruim né, gente mais chegada, o marido da fulana faleceu, ah por quê não sei o quê. E aí tu vai vendo pessoas bem mais jovens, então isso vai te dando uma sensação estranha uma coisa que eu, que a gente não controla nada né? Que a tua vida tá bem à deriva sim, essa sensação dessa pandemia, rezando pra que saia essa bendita vacina né? (Profissional 2).

O relato da Profissional 3 frente à situação de crise sanitária, se volta para as questões emocionais, de como é difícil tanto para ela, como para outras pessoas lidar com esse momento. Percebe-se no depoimento da Profissional 8 que ela também se sente afetada psicologicamente e que entende ainda que isso atinge as demais pessoas, assim como a Profissional 3. A Profissional 2 corrobora com os 2 relatos anteriores referente as questões emocionais, psicológicas afetadas pela pandemia e deposita a esperança na cura com a vacina, o que evidencia a importância da ciência. Todos os participantes do estudo relataram em seus depoimentos terem conhecido de pessoas próximas, até familiares, que adoeceram ou vieram à falecer por conta da pandemia, o que impacta ainda mais na saúde mental dessas pessoas. Tal cenário requer “[...] políticas públicas para o cuidado em saúde mental em tempos de pandemia do COVID-19, tudo isso gerenciado em um misto de iniciativas de conselhos de classe profissionais, sociedade civil organizada, e o governo municipal, estadual e federal” (SAIDEL *et al.*, 2020, p. 6). Preconiza-se assim, um esforço principalmente das autoridades, mas também da sociedade como um todo, ao encontro de esforços coletivos de enfrentamento, tanto nessa situação específica de crise sanitária, como no cotidiano da população.



Afetou sim, afetou do que acredito também as oportunidades, tem diminuído, tem diminuído aqui, por não poder ter muita, muito funcionário, então acredito que afetou bastante nessa questão (Profissional 4).

[...] a gente iniciou o ano com uma pandemia então atrapalhou muito, bem complicado, se já era difícil né, ter emprego, agora menos ainda, até porque muitas, muitos lugares tão fechando, fechando as portas por não ter condições de se manter né, então acredito que seja um pouco disso (Profissional 8).

Eu moro numa cidade de 40 mil habitantes e parece que atualmente tem 400 casos, mas isso, isso aumentou depois de uns dias para cá, depois das eleições municipais é... é isso ficou mais caótico e a prefeitura decretou é, é como se fala é... instalou o *lockdown* então [...] o comércio todo fechou meus pais são comerciantes então isso tem impactos né? Exato, claro teve impacto financeiro no início da pandemia, teve que fechar o comércio meus pais tiveram que fechar o comércio e agora também fechou o comércio um bom tempo né? E a gente só sobrevive do comércio, do dinheiro que entra no comércio, então isso foi bem debilitante assim e bem preocupante pra minha família (Profissional 5).

Na verdade... quando a pandemia aconteceu, eu perdi meu emprego. A primeira sensação é de que não ia conseguir me inserir até a pandemia passar, foram as condições que eu tenho de vida que me possibilitaram ter uma renda né? Mas, olha, analisando a minha situação, como, como eu poderia encarar sem essas opções que eu tenho agora, seria muito difícil conseguir um emprego na área de novo, tudo fechou, trabalhava com público e com relação direta com muita gente na ONG, com os pais. As instituições de trabalho social fecharam todas né? O campo de trabalho que eu tinha desapareceu praticamente, então a dificuldade [...] daí agora os horários de trabalho praticamente se reduziram a, a zero né, então muita gente desempregada e então fica muito mais desigualdade, mais difícil de conseguir emprego. [...] essa questão do COVID agora pouco né, eu me curei tá com 2 dias, foi uma coisa meio surpreendente, porque eu 'tava' me cuidando bastante com a minha família, é... isso a gente respeita todos os protocolos da quarentena, a gente tá levando a sério, é um vírus que tu não consegue, tu não consegue prever da onde ele vem né, qual é... como ele surgiu (Profissional 1).

Primeiro o desemprego, já era um caos pra mim ter que ficar dentro de casa, aí veio o *lockdown*, a gente teve que ficar presa dentro de casa. [...] e aí depois eu peguei e fiquei muito mal porque eu, eu sou paciente de infecção urinária crônica há 35 anos e aí isso me afetou bastante. Eu fiquei muito mal, eu só não fui parar no hospital porque eu não quis, porque a indicação do médico era que eu fosse pro hospital e até hoje eu me arrependo de não ter ido pro hospital, porque eu fiquei com meu pulmão prejudicado e eu 'tô' até agora tendo essas sequelas terríveis, tem dias que eu 'tô' bem, tem dias que eu 'tô' mal muito mal e a minha filha fora olfato e gosto, ela só teve um dia de febre apesar de tudo ela ficou bem. E o meu marido teve um dia de febre leve, eu tive 5 dias de febre de 39 direto assim sem, sem... o, do dia que eu tinha que ir pro hospital e, eu nem conseguia levantar pra ir pro hospital e ele teve uma febre leve e, e disse que não teve sintoma de falta de olfato, de degustação (Profissional 3).

O depoimento da Profissional 4 se reporta para outras questões, como a falta, a diminuição de oportunidades, inclusive as demissões causadas por esse período pandêmico. O relato da Profissional 8 vai ao encontro da fala anterior, onde salienta também a desocupação. Já a Profissional 5 refere que após eleições municipais o número de pessoas contaminadas subiu vertiginosamente na cidade onde mora, foi necessário o *lockdown*, o que impactou financeiramente a renda da família dela, pois os pais são comerciantes. Para o Profissional 1 o desemprego o afetou frontalmente, foi uma das primeiras coisas que aconteceu com ele na situação de pandemia. Frente a esse novo cenário, o mesmo acreditava que nem informalmente conseguiria algum tipo de trabalho. Ressalta que a indicação de amigos, foi o que o auxiliou no processo de (re) inserção, ainda que não sendo um emprego com carteira assinada. Aponta que seu antigo campo de trabalho literalmente desapareceu, que outras pessoas junto com ele ficaram desempregadas, repercutindo no aumento da desigualdade. E só 2 dias antes da entrevista ele tinha se curado pelo contágio com o COVID-19, o que inclusive o levou a adiar a entrevista algumas vezes, por estar doente, assim como a Profissional 3, que também se contagiou com o coronavírus, junto com o esposo e a filha. Essa mesma entrevistada também foi atingida bem no início da pandemia com o desemprego e mediante a situação com essa doença, ficou com sequelas nos pulmões. “Nesse contexto, além da crise sanitária, uma das consequências da pandemia é o aumento do desemprego e, portanto, a elevação da informalização do trabalho, dos terceirizados, dos subcontratados, dos flexibilizados, dos trabalhadores em tempo parcial e do subproletariado (COSTA, 2020, p. 4).” Os depoimentos dos profissionais nessa seção, são contraprovas históricas dos elevados níveis de desocupação, além de intermitência, informalidade e outros constrangimentos, precarizações, pelos quais passa a classe trabalhadora cotidianamente, agravados pela pandemia.

Na verdade ela me afetou que eu não procurei né? Porque como eu tinha falado, a ideia minha era... e quando eu fui demitida lá em fevereiro, era começar um pós, começar a procurar até quando eu tinha uma organização financeira, eu tinha pensado eu não vou sair, ir correndo e pegar o primeiro emprego, eu vou tentar na área do Serviço Social, então que, que eu vou fazer, vou começar a fazer um cursinho *on-line*, vou começar o pós que era semipresencial. E aí uns dois, três meses eu já tô com o currículo né, “Florido” como se diz né? Aí o que que aconteceu, quando chegou essa pandemia e que ela veio muito forte e que a gente não podia sair né, nem andar pra lá e pra cá, eu digo por aí não tem como procurar emprego né, não, não, não tem, não, eu não vejo como eu trabalhar nas minhas condições né, porque se antes já tinha um preconceito com a questão da idade, hoje tem a questão do ser do grupo de risco né? Então por isso eu te digo que antes da vacina não tem como, só depois: agora eu já tô vacinada, eu posso trabalhar, nada me impede. Mas o que ela... o que eu tenho que fazer... é isso né, simplesmente me tolheu, no meu caso não! (Profissional 2).

Não, não, não faço não... tenho um trabalho assim... até pensei sabe várias vezes mas e aí eu fiquei pensando na pandemia. E aí e será que eu vou conseguir dá conta de tanta... sabe então eu já me já me, me coloquei nesse lugar sabe de, de estar vendendo alguma coisa assim ou uma joia ou produtos, de cosméticos, essas coisas, mas aí eu sabe, me, me travei por conta da pandemia (Profissional 5).

Já para a Profissional 2 a pandemia a afetou no sentido de que ela por ser do grupo de risco, (o que além da idade 59 anos, traz impactos à profissional) mesmo estando desempregada dificulta procurar emprego. Tinha iniciado uma pós-graduação, a fim de melhorar o currículo, pois visava procurar uma vaga no Serviço Social, mas ao passar dos meses, por conta da perda de renda teve que parar. A mesma então reforça a importância da vacina, que após esse cenário terá condições novamente de procurar ocupação. A Profissional 5 relata que se sentiu “travada” de buscar de uma renda informal nesse cenário de pandemia, receio de não conseguir comercializar, pois mesmo com distanciamento vender exige de certa forma um contato mais próximo com os clientes. Diferentemente dessas duas profissionais, a maioria da classe trabalhadora não tem alternativas “e as opções se tornam quase sempre escassas: em plena crise, a maioria precisa escolher entre trabalhar e se expor ao vírus ou seguir as recomendações de quarentena e não ter dinheiro no fim do mês” (BETIM, s/p, 2020). Assim, com a conclusão dos debates da presente pesquisa, passa-se a seguir para a apresentação das Considerações Finais.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicia-se dessa forma as Considerações Finais, que encerram o Curso de Mestrado no PPGSS PUCRS no qual pontua-se, mesmo que de forma breve, o significado desse processo para a vida pessoal, acadêmica e profissional da mestranda. A data da Defesa 08/03/2021 marca um ciclo de exatamente 6 anos desde a saída do Ceará em 08/03/2015 para o Rio Grande do Sul em busca de um SONHO, a graduação em Serviço Social e agora o mestrado, em uma data extremamente significativa e de lutas, no Dia Internacional da Mulher!

Para além do aprendizado ímpar, dos vínculos estabelecidos, do amadurecimento, é importante salientar que a crise sanitária, cujos rebatimentos na vida dos profissionais em desemprego e desalento foram apontados no **Terceiro Capítulo**, também tiveram impactos em nossa vida pessoal, limitou possibilidades e exigiu um esforço maior para cumprir os compromissos acadêmicos. Também impactou no andamento da pesquisa, dificultou contatos, sendo um dos percalços para um estudo com um maior número de entrevistados, como já explicitado no **Primeiro Capítulo**. A isso se acresce a dor e a consternação pela perda de tantas famílias no Brasil e no mundo, de colegas, pessoas conhecidas, o sentimento de pesar que permeia esse momento e a inconformação pelo modo displicente como o governo brasileiro vem conduzindo todo esse processo. Esse contexto adverso, se por um lado nos rouba energia, por outro instiga ainda mais nosso compromisso em enfrentar as desigualdades, as injustiças sociais e a luta por um novo tipo de sociabilidade para além do capitalismo (MÉSZÁROS, 2008). Nosso luto, é nossa luta!

As vivências no NEPES<sup>110</sup> ampliaram essa consciência quanto a necessidade de não arrefecer diante das adversidades, as trocas com colegas de profissão e de outras áreas que participam do grupo foram muito significantes. Os encontros, os eventos, os diálogos, os memes, o acolhimento, ficarão para sempre na memória e no coração. Uma vez NEPES, sempre NEPES! Participar em 2020 e 2021 de dezenas de eventos, mesmo não presencialmente, a descoberta de canais de trabalhadores na *internet* foi muito relevante, a Revolução está em curso, ALEGRIAS! Com uma profunda gratidão de pertencer ao Serviço Social, uma profissão inscrita e forjada na luta!

---

<sup>110</sup> Núcleo de Estudos em Políticas e Economia Social.

Assim então, a partir das leituras realizadas, ao encontro das discussões elencadas com os autores e autoras e a busca de mediação com o real concreto, retoma-se os objetivos propostos no estudo através do problema de pesquisa: *Quais os determinantes e repercussões dos processos de desemprego e desalento que se materializam na vida de profissionais formados em Serviço Social no Rio Grande do Sul, principalmente após a Contrarreforma trabalhista de 2017?* Identifica-se inicialmente, dentre outros elementos, que as particularidades do município de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, ultrapassam o Estado gaúcho e alinham-se as tendências brasileiras e mundiais do mercado de trabalho, alicerçados na precarização laboral. Os estudos levam a inferir que essa precarização, seus processos sociais e desdobramentos, são funcionais à ordem burguesa, ao ampliar o lucro, ancorados na desigualdade social.

Observou-se que o neodesenvolvimentismo foi um importante processo de viabilização de acessos históricos para a classe trabalhadora, mas que não acompanhado de um sólido trabalho de ‘base’, perdeu terreno na luta de classes em meio ao avanço conservador da extrema direita. Destacou-se ainda que a precarização do trabalho, agravada pelo avanço neoliberal, a acumulação flexível e aprofundada na Contrarreforma Trabalhista de 2017, impõem condições mais aviltantes à força de trabalho, disfarçadas de empreendedorismo, como a *uberização*, a informalidade, o subemprego, dentre outras formas de expressão, inclusive aos profissionais formados em Serviço Social, o que se acentua ainda mais com a crise sanitária imposta pela pandemia do COVID-19. O desemprego não diminuiu conforme a promessa falaciosa do governo Temer e os direitos foram duramente atacados e suprimidos. Percebeu-se também a relação do desemprego com formas de precarização existencial que repercutem no adoecimento, na vulnerabilização da saúde mental, na baixa autoestima, na frustração, impactando na subjetividade dos trabalhadores pesquisados, agudizados pela situação de pandemia e também a importância do apoio familiar.

Referentes as estratégias mencionadas pelos profissionais entrevistados (no âmbito particular deles) na busca por trabalho, elencam-se: estudar para concurso, ingressar no mestrado (pós-graduação, bolsa de estudo como renda), qualificação em outras áreas, o envio de currículos, se inserir em outros campos, a procura de emprego na *internet*, a indicação de amigos. Já as dificuldades apontadas são acentuadas pelo desemprego estrutural, pelas contrarreformas, como a trabalhista de 2017, pela pandemia, que repercutem em menos postos de trabalho, menos concursos, baixos salários, instabilidade, superexploração da força de trabalho, a falta de experiência é também um entrave na busca por emprego. Esses aspectos, no

entanto, não reverberaram numa busca coletiva de estratégias de resistência, que lograsse maior alcance e conquistas para o conjunto da classe trabalhadora, mostrando que o individualismo que marca esse modo de produção perpassa também a vida desses trabalhadores.

Reforça-se que mais pesquisas precisam ser realizadas sobre o tema e o estudo feito pela UFRGS em parceria com a PUCRS e o CRESS, aportarão dados que seguramente contribuirão para construir um panorama das condições de trabalho vivenciadas por assistentes sociais no Rio Grande do Sul, entre outros dados que subsidiarão estudos futuros. Esperou-se que ao discutir teoricamente esses processos e ao aportar a mediação da expressão dos colegas que o vivenciam, a produção possa ter contribuído para dar visibilidade a essa expressão da questão social. Mas como a questão social não se manifesta apenas através das desigualdades, mas também via estratégias de resistência, aporta-se algumas reflexões no caminho do enfrentamento dessa situação desoladora, cientes de que uma mudança efetivamente radical não é possível nos marcos do capitalismo, como já referia Mészáros (2008) e nem também no espaço individual.

É imprescindível qualificar coletivamente os campos de discussão, disputar os *cyber* espaços (*youtube, facebook, instagram, whatsapp*, dentre outros), as narrativas (mentes e corações, trabalho de ‘base’), essas formas de comunicação atuais, assim como a produção de conhecimentos que viabilizem mediações necessárias para compreensão e enfrentamento das demandas. Constitui-se também como parte de estratégias coletivas: a formação continuada, permanente, a participação nos eventos, a unidade entre escolas de Serviço Social, sejam elas privadas, públicas ou à distância, a fim de construir diálogos e planos, somar, ao invés de dissipar, dizimar a luta. Com um processo constante de organização, solidariedade e consciência de classe. Ao dessa forma articular o caráter crítico, investigativo, interventivo e propositivo com a realidade concreta, ao caráter socioeducativo da profissão, com preponderância das interlocuções dialógicas e horizontais.

No bojo de proposições para além do Serviço Social, isto é, das demandas internas da profissão, da luta pelo conjunto dos trabalhadores, porém ainda dentro das amarras e limites do próprio capitalismo, mas ao encontro de saltos quanti e qualitativos, a fim da viabilização de recursos para a Renda Básica e o financiamento das Políticas Públicas (com base nas discussões de Fattorelli (2020b), Campos; Arantes (2020)), reitera-se a importância e a necessidade dos seguintes aspectos, para além dos já elencados ao longo da Dissertação: mudar a Política Monetária do Banco Central, fundada em dois pilares: a adoção de juros elevados e a redução

da base monetária, inclusive com a cobrança de IOF<sup>111</sup> sobre a atuação de capitais. O fim das privatizações, que entregam o patrimônio nacional por valores irrisórios e sem real devolutiva à sociedade. A adesão a uma política agrícola com primazia à agricultura familiar e a soberania alimentar, ao invés da política de exportação, também a Reforma Agrária e Urbana. Além da redução das Operações Compromissadas que remunera a sobra de caixa dos bancos, o fim de Operações de *swap* cambial, que causam prejuízos de bilhões de reais ao país.

A revogação das Emendas Constitucionais 93 e 95, das contrarreformas: Trabalhista e da Previdência, são também imperativos. Inclusive com uma ‘Reforma’ Administrativa, que realmente mexa nos privilégios e regalias e não retire direitos como na proposta atual. O corte de cargos de ‘confiança’ que acabam sendo cabides de emprego e troca de favores, das verbas de gabinete, o financiamento privado de campanhas. Diminuir a quantidade de assessores para os políticos, afim de coibir dentre outras ilicitudes, os tais “funcionários fantasmas”. Reduzir a quantidade de vereadores, deputados estaduais, federais e senadores por pleito. Acabar com todos os cartões corporativos<sup>112</sup>, (inclusive o do presidente, que está sob sigilo de gastos), com o fundo partidário, com as “contribuições empresarias” pois, na verdade, são investimentos e visam retorno quando o projeto alçado chega ao poder, reverbera em corrupção aliás. Também o fim do auxílio moradia, que na prática beneficia quem além de ter alto salário, tem em tese casa para morar. Aposentadoria nos três poderes com o mesmo teto do INSS (R\$ 6.101,06 em 2020).

Na esteira de “reformas”, pontua-se também: a não aprovação do Plano Mais Brasil que na realidade se apropria ainda mais do fundo público, da não autonomia do Banco Central, que na verdade libera o mercado financeiro para atuar mais livremente dentro dessa estrutura, se apropriando ainda mais dos recursos públicos. Inclusive a não aprovação por exemplo, de projetos escusos e de interesses particulares como o Projeto de Lei 1581/20 que buscou anulação (‘perdão’) de dívidas tributárias de instituições religiosas que passam de R\$ 1 bilhão,

---

<sup>111</sup> Imposto sobre Operações Financeiras.

<sup>112</sup> Segundo Camporez; Faria (2020) os gastos com o cartão corporativo da Presidência só no primeiro quadrimestre de 2020 foi de R\$ 3,76 milhões. Tais números dobraram em comparação com a média dos últimos 5 anos, sem ainda o detalhamento completo das ‘despesas’ com o dinheiro público, sob o pretexto de sigilo para segurança do chefe do executivo e os seus, ferindo a Lei de Acesso à Informação, a Transparência e o interesse da sociedade. Bolsonaro apontou que desse montante, mais de R\$ 739 mil foi gasto na operação de resgate em Wuhan na China de 34 brasileiros no começo da pandemia em fevereiro de 2020. Esse valor foi lançado para março somando R\$ 1,98 milhão, ao bater o recorde de despesas para um presidente em um mês desde 2001. “Antes de ser eleito, Bolsonaro foi um crítico ferrenho dos gastos com cartões corporativos e, principalmente, do possível sigilo dos extratos. Em 2008, em discurso na Câmara dos Deputados, ainda como parlamentar (na época filiado ao PP) desafiou o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva a “abrir os gastos” com o cartão” (CAMPOREZ; FARIA, 2020, s/p).

que se refere a cobrança da CSLL<sup>113</sup>, uma Reforma Tributária que não tenha foco sobre o consumo, sobre quem tem os menores salários, mas que seja progressiva, taxando quem ganha mais, dentre outras medidas que precisam ser tomadas ao encontro de diminuir desigualdades provocadas pelo próprio sistema. Porém, longe de defender um capitalismo “reformado, humanizado”, mas ao passo de conquistas, mudanças reais, nas condições de vida da classe trabalhadora em meio a luta de classes e disputa de interesses, atendimento de demandas. E sem perder o horizonte, o caminho para outra sociedade, para além do capital, não mais ancorada no regime de dominação-exploração, opressão, ao encontro da emancipação humana. É imprescindível (re) inventar um outro modo de vida, em que a humanidade seja repleta de sentido em suas atividades mais vitais e essenciais (ANTUNES, 2020).

Por fim, salienta-se como primordial, o entendimento e das disputas do Fundo Público, seus processos de planejamento, organização e alocação de recursos. Visto que as políticas públicas estão imersas no campo da disputa de interesses, dos jogos de poder, da correlação de forças e principalmente da destinação (ou não) de recursos, pois a história de toda a sociedade até então, é a história de lutas de classes. Que as classes dominantes tenham uma revolução da classe trabalhadora, nela não têm nada a perder a não ser suas correntes, Trabalhadores de todo o mundo uni-vos! (MARX; ENGELS, 2005). Não estamos em silêncio, mas querem nos silenciar! Somos classe trabalhadora, nossa luta é todo dia, persistência, resistência! Avante!!!

---

<sup>113</sup> Contribuição Social sobre Lucro Líquido.



## REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Ludmila Costhek. **Plataformas digitais e uberização**: Globalização de um Sul administrado? Disponível em: <<https://cutt.ly/8gQZuXU>> acesso em: 25 out. 2020.

ABRAMO, Fundação Perseu. **Carta ao povo brasileiro**. Luiz Inácio Lula da Silva - São Paulo, 22 de junho de 2002. Disponível em: <<https://cutt.ly/uhzOQKO>>, acesso em: 01 dez. 2020.

ALMEIDA, Blog do. **Mantenha o povo ocupado com suas necessidades básicas e ele não terá tempo para pensar na liberdade plena**. Charge. Disponível em: <<https://cutt.ly/PgPY9XT>>, acesso: 02 nov. 2020.

ALVES, Giovanni Antonio Pinto. **Dimensões da Reestruturação Produtiva: ensaios de sociologia do trabalho**. 2ª edição. Londrina: Editora Praxis, 2007.

ALVES, Giovanni Antonio Pinto. **O duplo negativo do capital: uma leitura de Marx no século XXI**. Disponível em: <<https://cutt.ly/FgQZa3a>>, acesso em: 09 ago. 2020.

ALVES, Giovanni Antonio Pinto. Precarização do trabalho, qualidade de vida e saúde dos magistrados trabalhistas no Brasil. In: **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região**, número 47, 2015. Disponível em: <<https://cutt.ly/bgQZd4u>>, acesso em: 22 maio 2020.

ALVES, Giovanni Antonio Pinto. Crise estrutural do capital, maquinofatura e precarização do trabalho– a questão social no século XXI. In: **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 12, n. 2, p. 235 - 248, jul./dez. 2013. Disponível em: <<https://cutt.ly/8gQZhyt>>, acesso em: 09 out. 2020.

ALVES Giovanni Antonio Pinto. **Trabalho e subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.

ALVES, Giovanni Antonio Pinto. **Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório**: o novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem-que-trabalha. Disponível em: <<https://cutt.ly/4gQZkZb>>, acesso em: 20 maio 2020.

AMORIM, Saul. **Um resumo da crise de 2008**. Disponível em: <<https://cutt.ly/8gQZz7W>>, acesso em: 24 out. 2019.

ANGELO, Tiago. **Pagar honorário com serviço comunitário equivale a criminalizar propositura de ação.** Disponível em: <<https://cutt.ly/5gQZv2v>>, acesso em: 30 set. 2020.

ANTUNES, Leda. **Mais mudanças no emprego.** Nova CLT completa 2 anos sem cumprir promessa de gerar vagas e prestes a ser reformada de novo. Disponível: <<https://cutt.ly/RgQZmHa>>, acesso em: 05 out. 2020.

ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro. **A Desertificação Neoliberal no Brasil** (Collor, FHC e Lula). 2ª edição. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro. Afinal, quem é a classe trabalhadora hoje? In: **Estudos do Trabalho. Revista da RET** (Rede de Estudos do Trabalho) ano II, n. 3, 2008a. Disponível em: <<https://cutt.ly/zgQZEun>>, acesso em: 06 jun. 2020.

ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro. Dimensões da precarização estrutural do trabalho. In: **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização.** Graça Druck e Franco Tânia Franco organizadoras. São Paulo: Boitempo, 2007.

ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro. **Coronavírus** [recurso eletrônico]: o trabalho sob o fogo cruzado. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro. **Crise capitalista contemporânea e as transformações no mundo do trabalho.** Cadernos de capacitação em Serviço Social e política social. Módulo 1: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Brasília: CEAD, 1999.

ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro. **O caracol e sua concha:** ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro. **O privilégio da servidão:** o novo proletariado de serviços na era digital. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro. Desenhando a nova morfologia do trabalho: As múltiplas formas de degradação do trabalho. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais.** Volume 83, 2008b. Disponível em: <<https://cutt.ly/1gQZTVy>>, acesso em: 06 jun. 2020.

ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro; DRUCK, Maria da Graça de Faria. **A terceirização sem limites:** a precarização do trabalho como regra. O Social em Questão. Ano XVIII, nº 34, 2015.

ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro; PRAUN, Lucieneida Dovão. A sociedade dos adoecimentos no trabalho. In: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 123, p. 407-427, jul./set. 2015. Disponível em: <<https://cutt.ly/OgQZUZY>>, acesso em 06 jun. 2020.

ABNT. **NBR 6023**: informação e documentação - referências - elaboração. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <<https://cutt.ly/GgQZOvC>>, acesso em: 26 maio 2020.

ABNT. **NBR 14724**: informação e documentação – trabalhos acadêmicos – apresentação. 3ª edição. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<https://cutt.ly/3gQZSro>>, acesso em: 26 maio 2020.

ANDRETTA, Filipe. **Um ano sem Ministério do Trabalho: foi bom ou ruim para os brasileiros?** Disponível em: <<https://cutt.ly/DgQZS32>>, acesso em: 30 jun. 2020.

ASCOM. **Aumenta o número de bancários afastados por adoecimento mental.** Disponível em: <<https://cutt.ly/cgQZFQs>>, acesso em: 30 jun. 2020.

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA. **Compilado**: gráficos de pizza do Orçamento Geral da União (executado) – 2011-2019. Disponível em: <<https://cutt.ly/rgQZGzw>>, acesso em: 05 out. 2020.

BARALDI, Márcio. **O Pato de Tróia.** Disponível em: <<https://cutt.ly/sgQZKfo>>, acesso em: 29 jun. 2020.

BARCELLOS, Jorge. A administração neoliberal em Porto Alegre. Frase de Hideraldo Montenegro. In: **Le Monde Brasil Diplomatique**. Disponível em: <<https://cutt.ly/qg9cquk>>, acesso em: 17 nov. 2020.

BARRETO, Bruno. **Demissão de Moro marca o divórcio entre a Lava Jato e o bolsonarismo.** Disponível em: <<https://cutt.ly/dhgLaEU>>, acesso em: 27 nov. 2020.

BARROCO, Maria Lúcia. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 124, p. 623 – 636, out/dez. 2015.

BARROS, Ciro. **Quem grita ‘Não vai ter Copa’?** Disponível em: <<https://cutt.ly/JgRNaxF>>, acesso em: 28 out. 2020.

BECKER, Gary Stanley. **Capital Humano**: uma análise teórica e empírica com referência especial à educação. Chigaco: University Press, 1994. Disponível em: <<https://cutt.ly/ngWZDhm>>, acesso em: 27 out. 2020.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamentos e história. 7ª edição. São Paulo: Cortez, 2010.

BETIM, Felipe. **No Brasil informal com coronavírus, domésticas dependem de altruísmo de padrões para evitar contágio**. Jornal El País. Disponível em: <<https://cutt.ly/Llvp9wT>>, acesso em: 24 fev. 2020.

BEZERRA, Juliana. **Impeachment de Collor**. Disponível em: <<https://cutt.ly/yhjSeRB>>, acesso em: 01 dez. 2020.

BOTTOMORE, Thomas Burton. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOCAYUVA, Pedro Cláudio Cunha. Globalização e pandemia: o fim da hegemonia e a necropolítica neoliberal. **In: Para além da quarentena**: reflexões sobre a crise e pandemia. Ana Lole, Inez Sampa, Rodrigo Lima R. Gomes (Orgs.) Mórula Editorial, 2020.

BOCHI, Andrea. **Chega ao fim a 108ª Conferência Internacional do Trabalho realizada no centenário da OIT**. Disponível em: <<https://cutt.ly/3hytK1t>>, acesso em: 17 nov. 2020.

BRAGA, André L. **O que as empresas podem fazer por um mundo melhor?** Disponível em: <<https://cutt.ly/UgQZLfv>>, acesso em: 13 out. 2020.

BRAGA, Alice Morais. **O tempo de trabalho no capitalismo**. Disponível em: <<https://cutt.ly/blpUymd>>, acesso em: 20 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **COVID-19 no Brasil**. Dados até: 26/02/2021c. Disponível em: <<https://cutt.ly/tgQZ1s0>>, acesso em: 26 fev. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Entenda o assunto.** Pedalada Fiscal. Disponível em: <<https://cutt.ly/9gQZX1x>>, acesso em: 20 maio 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Lei nº 13.467/2017.

BRASIL. Presidência da República. **Medida Provisória nº 927, de 22 de março de 2020a.** Dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), e dá outras providências. Disponível em: <<https://cutt.ly/ugQZV2h>>, acesso em: 03 out. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Medida Provisória nº 936, de 01 de abril de 2020b.** Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas trabalhistas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e dá outras providências. Disponível em: <<https://cutt.ly/3gQZMdH>>, acesso em: 03 out. 2020.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social PNAS; Norma Operacional Básica NOB/SUAS.** Brasília, 2004. Disponível em: <<https://cutt.ly/RlFxnS>>, acesso em: 18 fev. 2021.

BUENO, Sinara. **Exportação no Brasil:** Quais os principais produtos exportados? Disponível em: <<https://cutt.ly/Khnd6El>>, acesso em: 06 dez. 2020.

CAMPOS, Gabriela; ARANTES, Tamires. Contribuições do Serviço Social para a urgente luta pela renda básica permanente em tempos de crise do neoliberalismo e pandemia. In: **Revista Movimento.** Disponível em: <<https://cutt.ly/HgQZ0ED>>, acesso em: 29 jun. 2020.

CAMPOS, Ivete Maria Barbosa Madeira; CARVALHO, Cristina Helena Almeida. **Análise do REUNI como política pública de financiamento da expansão da educação superior.** Disponível em: <<https://cutt.ly/7g60kny>>, acesso em: 17 nov. 2020.

CAMPOREZ, Patrick; Faria; Thiago. **Despesas com cartão da Presidência dobram com Bolsonaro.** Disponível: <<https://cutt.ly/TgQZ2MP>>, acesso em: 06 out. 2020.

CAPES. **Catálogo de Teses e Dissertações.** Disponível em: <<https://cutt.ly/ugQZ7dY>>, acesso em: 29 set. 2020.

CASTEL, Robert. As metamorfoses do trabalho. In: **Globalização: o fato e o mito** (Org. José Luís Fiori et. al.). Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

CASTILLO, Juan José. **Sociologia del Trabajo**, CIS, Madri, 1996.

CATTANI, Antônio David. **Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia**. 4ª edição. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Editora UFRGS, 2002.

CARPENTER, Yan Marcelo Nunes. **O navio negreiro**. Disponível em: <<https://cutt.ly/egQZ9LO>>, acesso em: 27 jun. 2020.

CEOLIN, Monalisa. **Pacto Federativo: o que é e o que pode mudar?** Disponível em: <<https://cutt.ly/wkVFeZ0>>, acesso em: 14 fev. 2021.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional / Organizado pelo Conselho Federal de Serviço Social; colaboradores Rosa Prêdes. [et al.].** Brasília: 2005. Disponível em: <<https://cutt.ly/ZkvIexq>>, acesso em: 06 fev. 2021.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Lei 8662/93. Brasília: CFESS, 1993.

CFESS-CRESS. **Bandeiras de Luta do Conjunto CFESS-CRESS**. Disponível em: <<https://cutt.ly/rkduKgn>>, acesso em: 02 fev. 2021.

CHAVES, Cláudio. Crônica dominical: “Nem tudo que reluz...” (abra o olho, professor/a)! Frase de Paulo Freire. In: **A força da ideia**. Disponível em: <<https://cutt.ly/1g9cW80>>, acesso em: 17 nov. 2020.

CHRISTO, Dirce Cristina de. **Evolução do desemprego no Brasil de 1995 a 2010: análise dos governos FHC e Lula**. Disponível em: <<https://cutt.ly/igQZ3KU>>, acesso em: 26 set. 2020.

CRESS-SP 9º Região. **MP 905/2019 extingue Serviço Social no INSS**. Disponível em: <<https://cutt.ly/5g3oBxZ>>, acesso em: 17 nov. 2020.

CRESS/RS 10º Região. **Número de assistentes sociais ativos no Rio Grande do Sul em 2020**. Porto Alegre/RS, 2020.

COSTA, Simone da Silva. Pandemia e desemprego no Brasil. In: **Revista de Administração Pública**. Disponível em: <<https://cutt.ly/Llvy60t>>, acesso em: 24 fev. 2021.

COUTINHO, Marco Antônio Monteiro. **Cento e cinquenta dias de (Des) governo de mediocridades e insanidades (Parte 2)**. Disponível em: <<https://cutt.ly/WgQZ8LG>>, acesso em: 07 ago. 2020.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Cristian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEBORTOLI, Sonimara; DIEHL, Liciane. **Análise do mercado de trabalho a partir da percepção de pessoas desempregadas**. Disponível em: <<https://cutt.ly/rltC7Ys>>, acesso em: 20 fev. 2020.

DELGADO, Gabriela Neves; VIANA, Márcio Túlio; AMORIM, Helder Santos. **Terceirização: aspectos gerais. A última decisão do STF e a Súmula 331 do TST. Novos enfoques (\*)**. Disponível em: <<https://cutt.ly/egFrbnu>>, acesso em: 05 nov. 2020.

DIAS, Amanda Cabral. **A precarização do trabalho de assistentes sociais em situação de desemprego no município de São Borja/RS**. UNIPAMPA, São Borja: 2018. Disponível em: <<https://cutt.ly/qgQZ5jk>>, acesso em 26 set. 2020.

DIEESE. **Sistema PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego**. Disponível em: <<https://cutt.ly/Zhpk0Mu>>, acesso em: 17 nov. 2020.

ENESCU, Lívio. **Manual da reforma trabalhista**: pontos e contrapontos. Valdete Souto Severo, Jorge Souto Maior; organizadores Afonso Paciléo Neto, Sarah Hakim; prefácio Enescu-São Paulo (SP): Sensus, 2017. Disponível em: <<https://cutt.ly/HgEvLwD>>, acesso em: 27 out. 2020.

FATTORELLI, Maria Lúcia. **Carta aberta questiona reforma administrativa (PEC 32/2020)**. Auditoria Cidadã da Dívida. Disponível em: <https://cutt.ly/ukxcBvA>, acesso em: 05 fev. 2021.

FATTORELLI, Maria Lúcia. **Extra classe**: Mais Brasil para banqueiros. Publicado em: 17/02/2020a. Disponível em: <<https://cutt.ly/EgQZ6gi>>, acesso em: 05 out. 2020.

FATTORELLI, Maria Lúcia. **VÍDEO 12 EHORAdeVIRARoJOGO**. Auditoria Cidadã da Dívida. 13:36 sec. In: **Youtube**, 01 de out. 2020b. Disponível em: <<https://cutt.ly/hgQXqpQ>>, acesso em: 02 out. 2020.

FATTORELLI, Maria Lúcia; ÁVILA; Rodrigo; MULLER, Rafael. **Gastos com a dívida pública cresceram 33% em 2020**. Disponível em: <<https://cutt.ly/kkRsLVI>>, acesso em: 09 fev. 2021.

FERNANDES, Sabrina da Fonseca Borges. **Bilionários do Brasil unidos** | 077. 14:02 sec. In: **Youtube**. Disponível em: <<https://cutt.ly/PgKpGyb>>, acesso em: 08 de nov. 2020.

FERREIRA, José Wesley. **Sociologia do trabalho**. Ijuí: Editora Unijuí, 2012. Disponível em: <<https://cutt.ly/8gQXw1x>>, acesso em: 26 set. 2020.

FERREIRA, José Wesley. **Questão social: apreensão e intervenção no trabalho dos assistentes sociais**. PUCRS, Porto Alegre: 2008. Disponível em: <<https://cutt.ly/EgQXeIO>>, acesso em: 30 set. 2020.

FRAGA; Cristina Kologeski. *et al.* **A fundação do curso de Serviço Social em universidades públicas federais no Rio Grande do Sul: contradições, possibilidades e desafios ao desenvolvimento local-regional**. Disponível em: <<https://cutt.ly/HkL4SdH>>, acesso em: 12 fev. 2021.

FRAGÃO, Luisa. **Governo Bolsonaro pode ter de jogar no lixo quase 7 milhões de testes para COVID-19**. Disponível em: <<https://cutt.ly/ahgco2x>>, acesso em: 27 nov. 2020.

FREIRE, Paulo Reglus Neves. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRESU, Gianni. **Entre pandemia e crise orgânica: contradições e narrativas hegemônicas do capitalismo em colapso**. In: **Para além da quarentena: reflexões sobre a crise e pandemia**. Ana Lole, Inez Sampa, Rodrigo Lima R. Gomes (Orgs.) Mórula Editorial, 2020.

FREZ, Célia Iarosz. **Intertexto – Bertold Brecht (1898-1956)**. PET Letras. Disponível em: <<https://cutt.ly/qgQXuJL>>, acesso em: 13 ago. 2020.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e Liberdade**. In: **Os Economistas**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

FOUCAULT, Paul-Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987.



GASPAR, Ricardo Carlos. O avanço da internacionalização do capitalismo contemporâneo: um ensaio de interpretação crítica da globalização. In: **Pesquisa & Debate**, São Paulo, volume 10, número 2, 1999. Disponível em: <<https://cutt.ly/4gQXiOC>>, acesso: 02 jun. 2020.

GÓIS, Tiago. **Leia a íntegra do discurso de Aécio na volta ao Senado**. Disponível em: <<https://cutt.ly/dgQXpyL>>, acesso em: 04 out. 2020.

GROHMANN, Rafael. Plataformização do trabalho: características e alternativas. In: **Uberização do trabalho digital e indústria 4.0**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

GUIMARÃES, Gleny Terezinha Duro; ROCHA, Maria Aparecida Marques de. Transformações no mundo do trabalho: repercussões do trabalho do assistente social a partir da criação da LOAS. In: **Revista Textos & Contextos** Porto Alegre v. 7 n.1 p. 23-41. jan. / jun. 2008. Disponível em: <<https://cutt.ly/3gQXarJ>>, acesso em: 27 maio 2020.

HOLANDA, Francisco Buarque de. **Apesar de Você**. Gravadoras PolyGram e Philips, 1970. Disponível em: <<https://cutt.ly/AgQXdpt>>, acesso em: 06 out. 2020.

HARVEY, David W. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, David W. Política anticapitalista em tempos de coronavírus. In: **Blog Boitempo**. Disponível em: <<https://cutt.ly/ngQXfm6>>, acesso em: 22 jun. 2020.

HAYEK, Friedrich August von. **O Caminho da Servidão**. São Paulo: Globo, 1977.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social brasileiro em tempos de mundialização do capital. In: **Serviço Social na História: América Latina, África e Europa**/ Marilda Villela Iamamoto e Maria Carmelita Yazbek (orgs.). – 1 Ed. – São Paulo: Cortez, 2019b.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A formação acadêmico-profissional em Serviço Social: uma experiência em construção na América Latina. In: **Revista Serviço Social & Sociedade nº 134**. São Paulo: Cortez. Jan./abr. 2019a.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo, Cortez, 2004, 2015.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 20ª edição. São Paulo: Cortez, 2007.

IBGE. **Desemprego**. Disponível em: <<https://cutt.ly/ZgQXxPm>>, acesso em: 24 jan. 2020a.

IBGE. **Desemprego cai para 11,9% na média de 2019**; informalidade é a maior em 4 anos. Editoria: Estatísticas Sociais | Carmen Nery. Publicado em: 31/01/2020b. Disponível em: <<https://cutt.ly/CgQXcP5>>, acesso em: 02 out. 2020.

IBGE. **PIB cai 9,7% no 2º trimestre de 2020**. Publicado em: 01/09/2020c. Disponível em: <<https://cutt.ly/S1AnCQ6>>, acesso em: 02 out. 2020.

IBGE. **Desemprego atinge 14 milhões de pessoas em abril**. Editoria: Estatísticas Econômicas Eduardo Peret. Disponível em: <<https://cutt.ly/JgQXmg4>>, acesso em: 27 set. 2020.

IBGE. **Indicadores IBGE**. Pesquisa Mensal de Emprego dezembro 2010. Disponível em: <<https://cutt.ly/zgQXQsz>>, acesso em: 27 set. 2020.

IBGE. **O desalento das pessoas que desistiram de procurar trabalho**. Editoria: Revista Retratos Alana Lima, Helena Tallmann, Marília Loschi e Rita de Cássia. Disponível em: <<https://cutt.ly/jgQXWOa>>, acesso em: 16 jun. 2020.

IBGE. **Pesquisa Mensal de Emprego**. Rio de Janeiro: 2002. (Série Relatórios Metodológicos, v. 23).

IBGE. **PNAD Contínua: taxa de desocupação é de 13,9% e taxa de subutilização é de 28,7% no trimestre encerrado em dezembro**. Disponível em: <<https://cutt.ly/X1AbE3d>>, acesso em: 26 fev. 2021

INSTITUTO LULA. **Confira as universidades, câmpus e institutos federais criados pelos governos do PT**. Disponível em: <<https://cutt.ly/Qhph4ri>>, acesso em: 17 nov. 2020.

JÚNIOR, Armando Boito. **Reforma e Crise Política no Brasil**: os conflitos de classe nos governos do PT. Campinas/São Paulo: Unicamp/Unesp, 2018.

JINKINGS, Ivana. O golpe que tem vergonha de ser chamado de golpe. In: **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. 1 ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016. Disponível em: <<https://cutt.ly/0hjDM8I>>, acesso em: 01 dez. 2020.

JÚNIOR, Armando Boito. Os atores e o enredo da crise política. In: **Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016. Disponível em: <<https://cutt.ly/0hjDM8I>>, acesso em: 03 out. 2020.

JÚNIOR. Plínio de Arruda Sampaio. **Crônica de uma crise anunciada**: crítica à economia política de Lula e Dilma. São Paulo: SG-Amarante, 2012.

KELLER, Suéllen Bezerra Alves. **A Ascensão do Conservadorismo e o Esgotamento do Projeto Neodesenvolvimentista**: Implicações Profissionais ao Serviço Social. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Humanidades, PUCRS, Porto Alegre, 2019.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1976.

KONDER, Leandro Augusto Marques Coelho. **O que é dialética?** 23ª edição. São Paulo: Brasiliense, 2008. Disponível em: <<https://cutt.ly/BgQXYH2>>, acesso em: 09 out. 2020.

KOWARICK, Lúcio Félix Frederico. **Trabalho e vadiagem**: a origem do trabalho livre no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. Disponível em: <<https://cutt.ly/ggQXIs2>>, acesso em: 09 out. 2020.

LARANGEIRA, Sônia Maria Guimarães. Fordismo e pós-fordismo. In: **Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia**. Cattani, Antônio David. (Org.). 4ª edição. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Editora UFRGS, 2002.

LIMA, Evellyn Caroline Santos. **Destruição criativa**. Disponível em: <<https://cutt.ly/whxFWBz>>, acesso em: 02 dez. 2020.

LIMA, Thaís Damasceno; DEUS, Larissa Navaes. A crise de 2008 e seus efeitos na economia brasileira. In: **Revista Cadernos de Economia**, Chapecó, v. 17, n. 32, p. 52-65, jan./jun. 2013. Disponível em: <<https://cutt.ly/lgQXORG>>, acesso em: 09 out. 2020.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal, lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

LEMOS, Bianca. **Sai o pato amarelo, entra o sapo verde**: Fiesp agora mira os juros. Disponível em: <<https://cutt.ly/fgEcolR>>, acesso em: 27 out. 2020.

LENZI, Tié. **O que mudou com a Reforma Trabalhista?** Disponível em: <<https://cutt.ly/5gQXPGm>>, acesso em: 15 de mai. 2020. Toda Política, 2018.

LOPES, Ariel. **Lula é o presidente que mais fez inclusão social no Brasil, diz propaganda do PT.** Disponível em: <<https://cutt.ly/zgGws0T>>, acesso em: 05 nov. 2020.

LOPES, Felipe de Oliveira Lopes; FURTADO, Laís Puerla. **A contribuição sindical após a perda de validade da MP 873/19.** Disponível em: <<https://cutt.ly/rht5odX>>, acesso em: 17 nov. 2020.

LÚCIO, Clemente Ganz. **O emprego no Brasil: resultados de 2020 e desafios para 2021, por Clemente Ganz.** Disponível em: <<https://cutt.ly/TzdYzFj>>, acesso em: 07 de mar. 2021.

LUKÁCS, György. **Ontologia do ser social:** os princípios ontológicos fundamentais de Marx. Trad. Carlos Coutinho. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MAIOR, Jorge Luiz Souto. **Curso de direito do trabalho:** a relação de emprego. São Paulo, 2007. v. II.

MAIOR, Jorge Luiz Souto. **“Empregadores anticeletistas” (e antidemocráticos).** Disponível em: <<https://cutt.ly/0gQXALa>>, acesso em: 07 ago. 2020.

MARETTI, Eduardo. **Na pandemia, bilionários aumentam fortuna e pobres pagam a conta.** Disponível em: <<https://cutt.ly/9gQXSXU>>, acesso em 06 out. 2020.

MARQUES, Rosa Maria; DEPIERI, Marcelo. **A crise econômica da COVID-19 e o mundo pós pandemia.** São Paulo, 18/05/2020.

MARTINELLI, Maria Lúcia. Reflexões sobre o Serviço Social e o Projeto Ético-Político Profissional. In: **Revista Emancipação**, v. 6, n.1, p. 09-23, 2006.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo:** novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MATTOSO, Jorge. O Brasil desempregado: **Como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90.** 2ª edição. São Paulo: ABRAMO, 1999.

MARASCIULO, Marília. **Entenda o que foi o AI-5, ato institucional mais duro do regime militar.** Disponível em: <<https://cutt.ly/rgOTNtG>>, acesso em: 01 nov. 2020.

MARINI, Ruy Mauro. **Ruy Mauro Marini: Vida e Obra.** Roberta Traspadini e João Stedile (orgs). 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARIZ, Renata. **Ministério da Saúde tem R\$ 3,4 bilhões ‘parados’ desde maio no orçamento emergencial de combate à pandemia.** Disponível em: <<https://cutt.ly/qhgluI2>>, acesso em: 27 nov. 2020.

MARX, Karl Heinrich. **Contribuição à crítica da economia política.** Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl Heinrich. **Crítica da filosofia do direito de Hegel.** Tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus; [supervisão e notas Marcelo Backes]. - [2.ed revista]. Disponível em: <<https://cutt.ly/FgQXFjD>>, acesso em: 03 ago. 2020. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl Heinrich. **Para a crítica da economia política.** São Paulo: Abril Cultural, 1974.

MARX, Karl Heinrich. **O Capital: crítica da economia política.** Livro I: o processo de produção do capital; [tradução de Rubens Enderle]. - São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl Heinrich. **Os despossuídos:** debate sobre a lei referente ao furto e madeira. Tradução de Daniel Bensaid, Mariana Echalar. 1ª edição. Boitempo, 2017.

MARX, Karl Heinrich. **O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte.** São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl Heinrich. **Manuscritos econômicos filosóficos.** São Paulo: Martin Claret, 2004.

MARX, Karl Heinrich; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã.** Tradução Luis Cláudio de Castro e Costa. - São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MARX, Karl Heinrich; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista.** Coleção Grandes Obras do pensamento Universal, 2005.

MELIM, Tatiana. **Brasil enfrenta o maior nível de desemprego desde 2012.** Disponível em: <<https://cutt.ly/EgQXGdu>>, acesso em: 02 out. 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: **Pesquisa social: teoria, método e criatividade** / Suely Ferreira Deslandes, Otavio Cruz Neto, Romeu Gomes, Maria Cecília de Souza Minayo (organizadora). 21 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MONTEIRO, Jorge Henrique de Lima; SILVA, Alyne Casali da. **Democracia em Vertigem**. Disponível em: <<https://cutt.ly/chUD7X5>>, acesso em: 10 dez. 2020.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. In: **Revista Educação**, Volume 22, n. 37, Porto Alegre: 1999.

MORAES, Livia de Cássia Godoi; FERNANDES, Vinícius Tomaz. Entrevista com Giovanni Alves. In: **Revista Temporalis**, Brasília (DF), ano 16, n. 31, jan/jun. 2016. Disponível em: <<https://cutt.ly/zhp5ZMo>>, acesso em: 03 jun. 2020.

MÉSZÁROS, Istvan. **A Educação para além do capital**. 2ª edição ampliada. São Paulo: Boitempo, 2008.

MÉSZÁROS, István. **O século XXI: Socialismo ou barbárie**. São Paulo: Boitempo, 2003.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. Tradução Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Editora Unicamp e Boitempo Editorial 2002.

MIGUEL, Luis Felipe. **O colapso da democracia no Brasil: da constituição ao golpe de 2016**. 1. Ed. – São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019.

NADAL, Alejandro. Crise e mutações do capitalismo. In: **Verificar o neoliberalismo Um olhar não convencional sobre o modelo econômico, a globalização e as falhas de mercado**. Disponível em: <<https://cutt.ly/BgQXHLg>>, acesso em: 30 jun. 2020.

NAIME, Laura; CAOLI, Cristiane. **Taxa média de desemprego ficou em 8,5% em 2015, diz IBGE**. Disponível em: <<https://cutt.ly/dgQXJAI>>, acesso em: 30 set. 2020.

NAIME, Laura; SILVEIRA, Daniel, Silveira. **Alta dos alimentos no ano é a maior desde 2002; veja itens que mais subiram**. Disponível em: <<https://cutt.ly/dhUGoFP>>, acesso em: 11 dez. 2020.

NAKATANI, Paulo; MELLO, Gustavo; BRAGA, Henrique. A crise brasileira e a COVID-19. In: “**CUADERNOS sobre la crisis y el corona-virus**”. Disponível em: <<https://cutt.ly/DgQXKS7>>, acesso em: 04 ago. 2020.

NISCASTRO, Isabela. **Sem travas no coração: o coração grita, a razão traduz**. Disponível em: <<https://cutt.ly/RgQXLRK>>, acesso em: 28 jun. 2020.

NETTO, Reynaldo Carilo Carvalho. **O “Quarto Poder” e censura democrática**. Disponível em: <<https://cutt.ly/cgDX1gW>>, acesso em: 04 nov. 2020.

NETTO, José Paulo. Crise do capital e consequências societárias in: **Revista Serviço Social & Sociedade, nº 111**. São Paulo: Cortez. Ed. julho/dezembro, 2012.

NEVES, Ednalva Félix das; OLIVEIRA, Sibeles Vasconcelos de; PAULI, Rita Inês Paetzhold. **As medidas governamentais de enfrentamento ao desemprego no Brasil em razão da COVID-19**. Disponível em: <<https://cutt.ly/FgQXZ8f>>, acesso em: 03 out. 2020.

NONATO, Rogério Gaspar Santo; RANGEL, Wesley Oliveira. **Xibom Bombom**. As Meninas. Gravadora Universal Music, 1999. Disponível em: <<https://cutt.ly/egQXCB>>, acesso em: 06 out. 2020.

PANTALEÃO, Sergio Ferreira. **Reforma trabalhista** - o que a empresa pode fazer sobre o polêmico desconto da contribuição sindical? Disponível em: <<https://cutt.ly/rx1uJtu>>, acesso em: 27 mar. 2021.

PAULANI, Leda Maria. Uma ponte para o abismo. In: **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016. Disponível em: <<https://cutt.ly/0hjDM8I>>, acesso em: 01 dez. 2020.

PEREIRA, Tiago. **Abaixo-assinado contra corte de R\$ 35 bi no SUS ultrapassa 150 mil assinaturas**. Disponível em: <<https://cutt.ly/qgK2X4g>>, acesso em: 08 nov. 2020.

PEREIRA, Joelma. **Centrais prometem novas manifestações contra reformas de Temer**. Disponível em: <<https://cutt.ly/egQXB8Z>>, acesso em: 30 jun. 2020.

PEREIRA, Cláudia Regina. **Guerras Culturais: O Que São e Como Chegaram ao Brasil?** Disponível em: <<https://cutt.ly/KgZ7GhP>>, acesso em: 09 nov. 2020.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Mudança Social, Política Social e o papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar. In: **Política Social, família e juventude; uma questão de direitos**. São Paulo/Rio de Janeiro: Cortez Editora/ Uerj, 2004, v., p. 25-41.

PÉREZ, Javier Fiz. **A frustração daqueles que não conseguem encontrar um emprego**. Disponível em: <<https://cutt.ly/Qk7rBIG>>, acesso em: 18 fev. 2021.

PERÓN, Isadora; VENCESLAU, Pedro. **Aécio sinaliza vai trabalhar para pôr fim ao governo Dilma**. Disponível em: <<https://cutt.ly/sgQXMt5>>, acesso em: 04 out. 2020.

PINHO, Márcio. **Contribuição sindical cai 95% dois anos após reforma trabalhista**. Disponível em: <<https://cutt.ly/EgQX1rc>>, acesso em: 05 out. 2020.

PITTY, Priscilla Novaes Leone. **Admirável Chip Novo**. Gravadoras Deckdisc e Polysom, 2003. Disponível em: <<https://cutt.ly/KgQX0IZ>>, acesso em: 03 jul. 2020.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Tradução de Fanny Wrabel. - 2. ed.- Compus, Rio de Janeiro: 2000.

POLON, Luana. **Desemprego estrutural**. Disponível em: <<https://cutt.ly/fgQX2OY>>, acesso em: 01 jun. 2020.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social**: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1995-2009.

PONTES, Reinaldo Nobre. Mediação: categoria fundamental para o trabalho do assistente social. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Cadernos CFESS, ABEPSS, CEAD, UNB. Cortez, 1999.

PRATES, Jane Cruz. A pesquisa social a partir do paradigma dialético-crítico: do projeto à análise do dado. In: **Diversidade e estética em Marx e Engels**. Idília Fernandes e Jane Cruz Prates (Orgs). Campinas: Papel Social, 2016.

PRATES, Jane Cruz. **O trabalho profissional do Assistente Social**: processos de trabalho, instrumental e os produtos. Material didático, Capacitação NUCRESS, Cachoeira do Sul, 2014 – slides 25-26.



PRATES, Jane Cruz. O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária. In: **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 11, n. 1, p. 116 - 128, jan./jul. 2012.

PRATES, Jane Cruz. O Planejamento da Pesquisa Social. In: **Revista Temporalis**, ABEPSS, nº 7, B Porto Alegre: 2003.

PRAUN, Lucieneida Dovão. **Reestruturação Produtiva, saúde e degradação do trabalho**. Campinas: Papel Social, 2016.

PT.ORG. Dilma: “**A verdade está vindo à tona sobre a participação dos militares no Golpe de 2016**”. Disponível em: <<https://cutt.ly/fkBhdVI>>, acesso em: 15 fev. 2020.

RAICHELIS, Raquel Degenszajn. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. In: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 107, p. 420-437, jul./set.2011.

RAMOS, Gustavo Teixeira. **O golpe de 2016 e a reforma trabalhista: narrativas de resistência/ Gustavo Teixeira Ramos et al. (coords.).** - Bauru: Canal 6, 2017. 391 p.; 23 cm. (Projeto Editorial Praxis)

REIS. Tiago. **Pleno emprego: Aprenda o que é e veja exemplos reais desta situação**. Disponível em: <<https://cutt.ly/mgQX93b>>, acesso em: 30 set. 2020.

RIBEIRO, Marcelo; DI CUNTO, Raphael. **52 pedidos de impeachment esperam decisão**. Disponível em: <<https://cutt.ly/khxCsT3>>, acesso em: 02 dez. 2020.

RIBEIRO, Luis Antonio. 115 reflexões de Paulo Freire essenciais para entender o nosso tempo. In: **Notaterapia**. Disponível em: <<https://cutt.ly/3gPT2Up>>, acesso em: 02 nov. 2020.

RICHTER, Sheila Adriani; SILVA, Jorge Alexandre da. Trabalho, precarização e violação de direitos no exercício profissional do assistente social. In: **A violência intrafamiliar na fronteira oeste em uma sociedade capitalista: a experiência da 3ª edição da EPIVI/ Cesar Beras, Simone Barros de Oliveira, organizadores**. Porto Alegre: Evangraf /Palmarinca, 2018.

RODRIGUES. Rogério Camilo. **O mercado de trabalho brasileiro durante o primeiro governo Dilma Rousseff: uma análise comparativa com as premissas marxista, utilitarista e keynesiana**. PUC-SP, 2016. Disponível em: <<https://cutt.ly/JgQX8L0>>, acesso em: 30 set. 2020.

ROMANO, Veladimir. **Para Karl Marx, tudo que é sólido desmancha no ar.** Foto de Marx e Engels. Disponível em: <<https://cutt.ly/DgQCqoy>>, acesso em: 13 jul. 2020.

SAID, Flávia. **Ex-aliados de Bolsonaro mostram como funciona o Gabinete do Ódio.** Disponível em: <<https://cutt.ly/egQCwTF>>, acesso em: 01 out. 2020.

SAIDEL, Maria Giovana Borges *et al.* **Intervenções em saúde mental para profissionais de saúde frente a pandemia de Coronavírus.** Disponível em: <<https://cutt.ly/FlvqJkQ>>, acesso em: 24 fev. 2021.

SALVADOR, Evilásio. **Fundo público e seguridade social no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2010.

SÁ, Rachel; CANDIDO, Victor. **Terraço Explica: O que raios é o tal do Swap Cambial?** Disponível em: <<https://cutt.ly/ugQCrrE>>, acesso em: 05 out. 2020.

SILVA, Jorge Mário da. **Trabalhador.** Disponível em: <<https://cutt.ly/8gQCtil>>, acesso em: 28 jun. 2020.

SILVA, Rafael Vieira Braga da; STELET, Bruno Pereira; PINHEIRO, Roseni; GUIZARDI, Francini Lube. Do elo ao laço: O agente comunitário na construção da integralidade em saúde. In: **Cuidado: as fronteiras da Integralidade.** Rio de Janeiro: IMS-UERJ. HUCITEC: ABRASCO, 2004. p. 75-90. Disponível em: <<https://cutt.ly/RlfrPmd>>, acesso em: 21 fev. 2020.

SINGER, Paul Israel. O combate à crise pelo Governo Federal. In: **Teoria e Debate**, n. 81, mar./abr. 2009.

SILVEIRA, Daniel. **Brasil perdeu 21,7% dos trabalhadores sindicalizados após a reforma trabalhista, diz IBGE.** Disponível em: <<https://cutt.ly/ogQCdmW>>, acesso em: 05 out. 2020.

SILVEIRA, Daniel; NAIME, Laura. **Desemprego fica em 11,8% em setembro e atinge 12,5 milhões, diz IBGE.** Donfa News. Disponível em: <<https://cutt.ly/hgQCkYd>>, acesso em: 30 jun. 2020.

SOUSA, Rainer Gonçalves. **“Comissão da Verdade”.** Brasil Escola. Disponível em: <<https://cutt.ly/okxMHjb>>, acesso em: 05 fev. 2021.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato.** Rio de Janeiro: Leya, 2017.

TONET, Ivo. **Método científico**: uma abordagem ontológica. 1ª edição— São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

SEVERO, Valdete Souto; MAIOR, Jorge Luiz Souto. **Manual da reforma trabalhista**: pontos e contrapontos. Valdete Souto Severo, Jorge Souto Maior; organizadores Afonso Paciléo Neto, Sarah Hakim; prefácio Enescu-São Paulo (SP): Sensus, 2017. Disponível em: <<https://cutt.ly/HgEvLwD>>, acesso em: 27 out. 2020.

SEVERO, Valdete Souto. **Por que é possível falar em política genocida no Brasil de 2020?** Disponível em: <<https://cutt.ly/ShgkMCf>>, acesso em: 27 nov. 2020.

VASCONCELOS. Yumara Lúcia. Alicerces da precarização existencial no mundo do trabalho. In: **Revista Espaço Acadêmico** - n. 221 -mar/.abr. 2020 - bimestral. Disponível em: <<https://cutt.ly/UgQC16f>>, acesso em: 09 jun. 2020.

VIOLIN, Tarso Cabral. Dilma e Lula. In: **Blog do Tarso, Direito, Políticas Públicas e Administração Pública**. Disponível em: <<https://cutt.ly/FgQCxn5>>, acesso em: 30 jun. 2020.

VITÓRIA, Gisele. **Livros só mudam pessoas**. Frase do poeta Mário Quintana. Disponível em: <<https://cutt.ly/FgQCcka>>, acesso em: 04 out. 2020.

YAZBEK, Maria Carmelita. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. In: **Serviço Social: direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

WILLIAMSON, John. **Uma Breve História do Consenso de Washington**. Documento encomendado pela Fundação CIDOB para uma conferência “Do consenso de Washington em direção a uma nova governança global”. Barcelona: September 24–25, 2004. Disponível em: <<https://cutt.ly/fgQCc2w>>, acesso em: 21 maio 2019.

(APÊNDICE A)

**ROTEIRO NORTEADOR DA PESQUISA**

**BLOCO 1**

**Identificação:**

**Profissional:**

**Idade:**

**Sexo:**

**Instituição em que se formou Graduação (Município e Estado):**

**Município e Estado que nasceu:**

**Município e Estado que mora atualmente:**

**Tempo de Graduação:**

**Outras qualificações:**

**Local:**

**Data:**

**BLOCO 2**

**Condições de Trabalho, Emprego/Desemprego e Desalento:**

- 1- Como você identifica na sua experiência de trabalhador/a os processos de precarização do trabalho? Caso sim, quais?
- 2- Quais as estratégias e dificuldades encontradas para conseguir emprego e/ou ter acesso à renda e buscar se (re) inserir no mercado de trabalho?
- 3- Há quanto tempo está procurando emprego formal?
- 4- O salário recebido em empregos anteriores atendia suas necessidades e de sua família? Explique em que medida, como?
- 5- Como era o seu contrato de trabalho no emprego anterior (caso tenha havido) e suas condições de trabalho (jornada, direitos, salário, relações de valorização e condições para capacitação, qualificação, etc).
- 6- Quais foram na sua opinião os elementos que contribuíram para o seu desemprego ou desalento e dificuldade de re (inserção) no mercado de trabalho?
- 7- Você já passou por formas de trabalho precarizado? Em caso positivo, em que situação, onde, como?
- 8- Você acredita nos valores defendidos pela profissão, nos processos coletivos, de resistência,

de transformação, de emancipação, no Projeto ético-político e suas bandeiras de luta?

9- Após concluir o ensino superior você conseguiu trabalhar na profissão em que se formou?

10- Outras observações sobre o tema.

### **BLOCO 3**

#### **Condições de Vida:**

1- O que mudou nas suas condições materiais e de sua família com o desemprego ou desalento?

2- Qual a renda média da família e quanto esta renda diminuiu a partir da situação de desemprego e desalento? E durante a pandemia essa situação foi agravada? Caso sim, em que medida?

3- Como o desemprego e o desalento afetaram você e sua família no acesso à serviços como educação, saúde, dentre outros?

4- Você se sente frustrado/a por não estar trabalhando na profissão em que se formou? Como? Fale um pouco sobre isso:

5- Como você vê os impactos à sua saúde, seus sentimentos, autoestima frente à situação de desemprego e desalento?

6- Ocorreram mudanças na sua relação com familiares, amigos/as ou pessoas próximas depois do desemprego e desalento? Quais? Como você se sente em relação a essas mudanças?

7- Como a pandemia determinada pelo COVID-19 tem impactado na sua vida e de sua família? Foi contemplado/a pelo Auxílio Emergencial?

8- Que estratégias de sobrevivência você tem utilizado, particularmente, no período de pandemia?

9- Para você como a pandemia de COVID-19 afetou no seu processo de procura/(re) inserção no mercado de trabalho?

10- Como você está lidando com os seus sentimentos nessa situação de desemprego e desalento? Tem buscado algum tipo de apoio? Caso sim, em que espaços?

11- Outras observações sobre o tema.

## (APÊNDICE B)

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o/a senhor/a para participar da pesquisa: “O desemprego e o desalento de profissionais formados/as em Serviço Social no Rio Grande do Sul”, da Pesquisadora Responsável Professora Pós-Dra. Jane Cruz Prates e da Pesquisadora Auxiliar Amanda Cabral Dias, que tem por objetivo analisar as condições de vida dos/as profissionais formados em Serviço Social entrevistados/as em situação de desemprego e desalento nesse Estado. A pesquisa busca identificar, explicitar os processos sociais decorrentes das desigualdades de acesso ao mundo do trabalho após a Contrarreforma Trabalhista de 2017 e no cenário de pandemia, para assim contribuir nas estratégias coletivas de enfrentamento.

Sua participação é voluntária e se dará por meio de entrevista *on-line*, pela plataforma Zoom, com o tempo estimado de 30 à 40 minutos (que será gravada, degorada e posteriormente apagada). Conduzida pela pesquisadora auxiliar, de modo a entender os aspectos centrais que rebatem na vida do/a trabalhador/a referente ao desemprego e o desalento. Os recursos tecnológicos necessários para a entrevista são *internet* e celular. O/a senhor/a foi escolhido/a por atender os critérios estabelecidos no mapeamento do perfil inicial da pesquisa. Os dados, depoimentos e resultados individuais desta pesquisa estarão sempre sob sigilo ético, não sendo mencionados os nomes dos/as participantes em nenhuma apresentação oral ou trabalho escrito, que venha a ser publicado.

A participação nesta pesquisa pode oferecer desconforto no que se refere ao possível constrangimento, na medida em que poderão ser lembradas algumas situações não agradáveis, o que pode gerar incômodo à pessoa entrevistada, sendo que no decorrer da pesquisa o/a participante pode resolver não mais continuar, terá assim toda a liberdade de fazê-lo, sem que isso lhe acarrete qualquer prejuízo. Nos termos da Resolução 510/2016: o/a participante tem como direito buscar indenização (art. 9, São direitos dos participantes: IV - Ser indenizado/a pelo dano decorrente de sua participação na pesquisa, nos termos da lei e art. 19 par. 2 – o/a participante da pesquisa que vier a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, previsto ou não no Termo, Registro de Consentimento Livre e Esclarecido, tem o direito de buscar assistência e indenização).

Como o/a senhor/a é bacharel/a em Serviço Social e não está inserido no mercado profissional (formal), entendemos que esta pesquisa o/a beneficia porque traz contribuições para o entendimento da configuração do mercado de trabalho para o/a profissional formado em Serviço Social e, ainda pode servir de referência às entidades organizativas da categoria profissional para mobilização em prol da realização de concurso público para várias políticas públicas em nível estadual e municipal no estado do Rio Grande do Sul. Esta pesquisa está sob a responsabilidade da Prof<sup>a</sup>. Pós-Dra Jane Cruz Prates, vinculada à coordenação do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS, líder do Grupo de Pesquisa GTEMPP vinculado ao NEDEPS/PUCRS, que poderá oferecer qualquer esclarecimento através dos telefones, (51) 3320-3539 ou (51) 3320-3500 Ramal 4114.

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) tem a obrigação de avaliar se a pesquisa foi planejada e se está sendo executada de maneira ética. Se você achar que a pesquisa não está sendo realizada de tal forma ou que está sendo prejudicado de alguma maneira, entre em contato com o CEP-PUC/RS localizado na Av. Ipiranga, 6681, Prédio 50, Sala 703 CEP: 90619-900 – Bairro Partenon – Porto Alegre – RS, também estará disponível pelo telefone (51) 3320-3345 ou *e-mail*: cep@pucrs.br, de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h30 às 17h. A Pesquisadora Auxiliar Amanda Cabral Dias se compromete também a esclarecer devida e adequadamente qualquer dúvida nos seguintes contatos: amandaservicosocial1711@gmail.com, ou no celular: 55 98402 5884 de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h30 às 17h. O/a entrevistado/a ficará com uma via deste documento.

Após ter sido devidamente informado/a de todos os aspectos desse estudo e ter esclarecido todas as minhas dúvidas, eu concordo em participar desta pesquisa.

---

**Assinatura do/a Participante**

---

**Assinatura da Pesquisadora Responsável**

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

## (APÊNDICE C)

### ROTEIRO DE ANÁLISE DOCUMENTAL:

- **Identificação do documento**
- Tipo de documento:
- Local e Data:
- Referências:
  
- **Breve Resumo:**
- **Contexto em que o documento foi produzido:**
- **Elementos que lhe aportam legitimidade.**
- **Conceitos apresentados** (implícitos e explícitos).
- Valores explicitados (princípios, orientações políticas).
- Alterações previstas no mundo do trabalho.
- Dados de realidade utilizados e fontes.
- **Obras referenciadas** ou explicitação de **fontes** de consulta.
- Outras **observações** relevantes.





Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
Pró-Reitoria de Graduação  
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar  
Porto Alegre - RS - Brasil  
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564  
E-mail: [prograd@pucrs.br](mailto:prograd@pucrs.br)  
Site: [www.pucrs.br](http://www.pucrs.br)